

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
MESTRADO**

Karoline da Silva Menezes

**LECIONÁRIO DA MISSA NO BRASIL À LUZ DO VATICANO II:
PERSPECTIVA TEOLÓGICA E HORIZONTE PASTORAL**

Recife-PE
2024

KAROLINE DA SILVA MENEZES

**LECIONÁRIO DA MISSA NO BRASIL À LUZ DO VATICANO II:
PERSPECTIVA TEOLÓGICA E HORIZONTE PASTORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Teologia, com o apoio da Bolsa Jesuíta, disponibilizada pela mesma instituição.

Área de concentração:

Teologia Sistemático-Pastoral

Linha de Pesquisa:

Teologias e Temas de Fronteiras

Orientador:

Prof. Dr. Creômenes Tenório Maciel

Recife-PE

2024

M5431 Menezes, Karoline da Silva.
Lecionário da missa no Brasil à luz do Vaticano II :
perspectiva teológica e horizonte pastoral / Karoline da Silva
Menezes, 2024.
130 f.

Orientador: Creômenes Tenório Maciel.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Teologia.
Mestrado em Teologia, 2024.

1. Missais. 2. Concílio Vaticano (2. : 1962-1965).
3. Igreja Católica - Liturgia. 4. Teologia dogmática. I Título.

CDU 264-12

Pollyanna Alves - CRB4/1002

KAROLINE DA SILVA MENEZES

**LECIONÁRIO DA MISSA NO BRASIL:
PERSPECTIVA TEOLÓGICA E HORIZONTE PASTORAL**

Dissertação de Mestrado em Teologia apresentada à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre em Teologia, com o apoio de Bolsa Jesuíta, disponibilizada pela mesma instituição.

Aprovada em 11 de abril de 2024

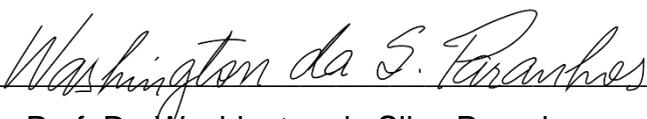
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Creômenes Tenório Maciel
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Orientador



Profa. Dra. Aíla Pinheiro de Andrade
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Leitora interna



Prof. Dr. Washington da Silva Paranhos
Faculdade Jesuíta de Teologia e Filosofia (FAJE)
Leitor externo

Para Alberto Beckhäuser (*in memoriam*) e
Cláudio Vianney Malzoni

AGRADECIMENTOS

À Companhia de Jesus, por meio dos jesuítas que atuam na Universidade Católica de Pernambuco, pela fé na equidade de gêneros e na representatividade laical na vida da Igreja e pelo incentivo constante para os estudos da Teologia e da Liturgia. De modo particular, agradeço a concessão da Bolsa Jesuíta que me possibilitou financeiramente o percurso deste mestrado.

Ao Centro de Documentação e Informação - CDI da CNBB, que não mediu esforços para a disponibilização do material referente ao processo de elaboração dos lecionários no Brasil catalogado em seu acervo.

Aos meus professores e ao corpo técnico da Secretaria *Scriptu Sensu* e da Biblioteca Central da UNICAP, pelo empenho na qualidade do meu desenvolvimento acadêmico e na minha formação humana. Agradeço aos componentes da banca examinadora, os professores Aíla Pinheiro e Washington Paranhos, e ao orientador, Prof. Creômenes Maciel, pela disponibilidade em me orientar na elaboração desta dissertação.

Agradeço de modo ímpar à minha família, aos meus amigos e a todos os que torceram pelo êxito desta minha jornada, manifestando seu apoio, carinho, compreensão e solidariedade em inúmeros momentos.

Minha gratidão infinita a Deus, fonte criadora na inspiração de seu Espírito Santo, a Jesus, verdadeiro Mestre, e a Maria – *theotókos* –, modelo de escuta e atenção à Palavra Divina.

“Trazemos, porém, este tesouro em vasos de argila, para que esse incomparável poder seja de Deus e não de nós (2Cor 4,7)”.

RESUMO

No lecionário, a Palavra de Deus é transmitida de forma abundante e a assembleia participa ativamente através do sacerdócio batismal. A pesquisa analisa o lecionário da missa de rito romano no Brasil, seu aspecto teológico-pastoral e seu percurso redacional após o Concílio Vaticano II. A metodologia inclui revisão bibliográfica, estudo de fontes documentais e primárias e registros dos arquivos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Encontra-se dividida em três capítulos, o primeiro de natureza histórica, o segundo de natureza teológica e o terceiro, pastoral. Os resultados indicam um processo de adaptação às mudanças do Vaticano II laborioso e delongado, com a introdução da língua vernácula e o resgate da abundância da Palavra de Deus na liturgia. Houve considerável esforço para fornecer uma tradução de qualidade para as assembleias litúrgicas, seguindo os textos originais. No entanto, a participação do povo na construção dos textos foi limitada. A teologia seguiu as diretrizes do Concílio, enfatizando a Tradição, o domingo como Dia do Senhor e a piedade popular. Desafios pastorais incluem a atualização dos formulários de leituras, a educação das comunidades no uso dos subsídios pastorais e a cooperação ecumênica para a transmissão na fé por meio desse livro. A continuidade do trabalho com os lecionários merece grande dedicação e apreço, uma vez que são importantes instrumentos de evangelização e educação para o compromisso comunitário.

Palavras-chave: Liturgia da Palavra; Elenco de Leituras da Missa; Livros Litúrgicos; Língua Vernácula.

ABSTRACT

In the lectionary, the Word of God is transmitted abundantly and the assembly participates actively through the baptismal priesthood. The research analyzes the lectionary of the Roman Rite Mass in Brazil, its theological-pastoral aspect and its redactional path after the Second Vatican Council. The methodology includes a bibliographical review, a study of documentary and primary sources and records from the archives of the National Conference of Bishops of Brazil. It is divided into three chapters, the first historical, the second theological and the third pastoral. The results indicate a laborious and lengthy process of adaptation to the changes of Vatican II, with the introduction of the vernacular language and the recovery of the abundance of the Word of God in the liturgy. There was considerable effort to provide a quality translation for the liturgical assemblies, following the original texts. However, the participation of the people in the construction of the texts was limited. Theology followed the Council's guidelines, emphasizing Tradition, Sunday as the Lord's Day and popular piety. Pastoral challenges include updating the reading forms, educating communities in the use of pastoral aids and ecumenical cooperation for the transmission of the faith through this book. The continuity of the work with the lectionaries deserves great dedication and appreciation, since they are important instruments of evangelization and education for community commitment.

Keywords: Liturgy of the Word; Cast of Mass Readings; Liturgical Books; Vernacular Language.

ASTRATTO

Nel lezionario, la Parola di Dio viene trasmessa abbondantemente e l'assemblea partecipa attivamente attraverso il sacerdozio battesimale. La ricerca analizza il lezionario della Messa di rito romano in Brasile, il suo aspetto teologico-pastorale e il suo percorso redazionale dopo il Concilio Vaticano II. La metodologia comprende una rassegna bibliografica, uno studio delle fonti documentarie e primarie e dei documenti dell'archivio della Conferenza episcopale nazionale del Brasile. È suddiviso in tre capitoli, il primo storico, il secondo teologico e il terzo pastorale. I risultati indicano un laborioso e lungo processo di adattamento ai cambiamenti del Vaticano II, con l'introduzione della lingua vernacolare e il recupero dell'abbondanza della Parola di Dio nella liturgia. C'è stato un notevole sforzo per fornire una traduzione di qualità per le assemblee liturgiche, seguendo i testi originali. Tuttavia, la partecipazione del popolo alla costruzione dei testi è stata limitata. La teologia ha seguito le linee guida del Concilio, ponendo l'accento sulla tradizione, sulla domenica come giorno del Signore e sulla pietà popolare. Le sfide pastorali includono l'aggiornamento dei moduli di lettura, l'educazione delle comunità all'uso dei sussidi pastorali e la cooperazione ecumenica per la trasmissione della fede attraverso questo libro. Continuare a lavorare con i lezionari merita grande impegno e apprezzamento, perché sono importanti strumenti di evangelizzazione e di educazione all'impegno comunitario.

Parole chiave: Liturgia della Parola; Calco delle letture della Messa; Libri liturgici; Lingua vernacolare.

RÉSUMÉ

Dans le lectionnaire, la Parole de Dieu est transmise en abondance et l'assemblée y participe activement par le biais du sacerdoce baptismal. La recherche analyse le lectionnaire de la messe de rite romain au Brésil, son aspect théologico-pastoral et son parcours rédactionnel après le Concile Vatican II. La méthodologie comprend une revue bibliographique, une étude des sources documentaires et primaires et des dossiers des archives de la Conférence nationale des évêques du Brésil. Elle est divisée en trois chapitres, le premier historique, le deuxième théologique et le troisième pastoral. Les résultats indiquent un processus laborieux et long d'adaptation aux changements de Vatican II, avec l'introduction de la langue vernaculaire et la récupération de l'abondance de la Parole de Dieu dans la liturgie. Des efforts considérables ont été déployés pour fournir une traduction de qualité pour les assemblées liturgiques, en suivant les textes originaux. Cependant, la participation du peuple à l'élaboration des textes était limitée. La théologie a suivi les orientations du Concile, en mettant l'accent sur la tradition, le dimanche comme jour du Seigneur et la piété populaire. Les défis pastoraux comprennent la mise à jour des formulaires de lecture, l'éducation des communautés à l'utilisation des aides pastorales et la coopération œcuménique pour la transmission de la foi à travers ce livre. La poursuite du travail sur les lectionnaires mérite un grand dévouement et une grande reconnaissance, car ce sont des outils importants pour l'évangélisation et l'éducation à l'engagement communautaire.

Mots clés: Liturgie de la Parole; Distribution des lectures de la messe; Livres liturgiques; Langue vernaculaire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DF – Constituição dogmática *Dei Filius*

DV – Constituição dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IELM – Introdução ao Elenco de Leituras da Missa

LA – Nova Instrução para a reta aplicação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Concílio Vaticano II *Liturgiam Autenticam*

ODC – Ofício Divino das Comunidades

OLM – *Ordo Lectionum Missae*

PC – Decreto *Perfectae Caritatis* sobre a conveniente renovação da vida religiosa

PO – Decreto *Presbyterorum Ordinis* sobre o ministério e a vida dos sacerdotes

SC – Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia

UR – Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O LECIONÁRIO NA VIDA DA IGREJA	17
2.1 PERCURSO GERAL DOS LIVROS DE LEITURAS DA MISSA	17
2.1.1 Pressuposto bíblico vetero e neotestamentário.....	17
2.1.2 O Período pós-Apostólico	19
2.1.3 A redução da diversidade das Sagradas Escrituras na liturgia.....	21
2.2 O CONCÍLIO VATICANO II, A LÍNGUA NA LITURGIA E A REFORMA DO LECIONÁRIO	23
2.2.1 A questão da língua na liturgia.....	23
2.2.2 A reforma do lecionário da missa no Concílio Vaticano II	27
2.3. O LECIONÁRIO DA MISSA NO BRASIL	33
2.3.1 Recepção da reforma do lecionário pela Igreja no Brasil	33
2.3.2 O método da elaboração dos lecionários no Brasil	37
2.3.3 Apresentação do lecionário do Concílio Vaticano II para o Brasil:	40
2.3.3.1 Estrutura fundamental do lecionário dominical e festivo.....	41
2.3.3.2 Estrutura fundamental do lecionário semanal	41
2.3.3.3 Estrutura fundamental do lecionário para a missa dos santos e para diversas necessidades	42
2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	43
3 A TEOLOGIA DO LECIONÁRIO DA MISSA	46
3.1. A PALAVRA DE DEUS À LUZ DO VATICANO II	47
3.1.1 Da instrução à comunicação: as Sagradas Escrituras como chave comunicadora da revelação divina	47
3.1.2 Dimensão cristológica e pneumatológica das Sagradas Escrituras na liturgia e na vida da Igreja.....	50
3.1.3 A Palavra de Deus na Liturgia sob a Sacrosanctum Concilium	52
3.2 A REFORMA DO LECIONÁRIO NO CONCÍLIO VATICANO II	54

3.2.1 A natureza e os critérios para a composição do lecionário	54
3.2.2 A introdução ao elenco de leituras da missa: chave hermenêutica para o uso dos lecionários.....	59
3.2.3 O Lecionário e o Ano Litúrgico	61
3.3 LITURGIA DA PALAVRA COMO AÇÃO RITUAL.....	65
3.3.1 As Sagradas Escrituras na ação ritual	65
3.3.2 O lecionário entre o ambão e o altar: ritualidade para proclamar a Palavra de Deus	67
3.3.3 Uma palavra sobre arte: a teologia comunicada nas ilustrações do lecionário.....	69
3.4 A TEOLOGIA EXPRESSA NO LECIONÁRIO TRADUZIDO PARA O BRASIL.	71
3.4.1 Manter a Tradição, buscar a compreensão	71
3.4.2 A unidade da Igreja no livro litúrgico	73
3.4.3 A prioridade do lecionário dominical e festivo	75
3.4.4 O “Santoral” e a religiosidade popular no Brasil	76
3.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	78
4 O LECIONÁRIO EM HORIZONTE PASTORAL	81
4.1 O MISTÉRIO PASCAL, TEOLOGIA APLICADA NOS CICLOS DE LEITURAS	81
4.1.1 O ciclo trienal dominical e as solenidades.....	82
4.1.2 O ciclo bienal semanal.....	87
4.1.3 O ciclo serial dos santos e os formulários para demais celebrações.....	90
4.2 LECIONÁRIO, A BÍBLIA NA LITURGIA	94
4.2.1 A arte de fazer: a tradução dos lecionários em vista da recepção pastoral	94
4.2.2 A arte de acolher criativamente: diversas formas de recepção do lecionário no contexto pastoral brasileiro	102
4.2.3 A arte de ouvir: por uma teologia da escuta	104
4.2.4 A arte de celebrar: a sacramentalidade da Palavra de Deus.....	108

4.3 O LECIONÁRIO EM PERSPECTIVA ECUMÊNICA	110
4.3.1 Participação cristã para além do rito	110
4.3.2 O lecionário ecumênico	114
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	120
5 CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	127

1 INTRODUÇÃO

Os livros litúrgicos nos quais está organizado o conjunto de leituras utilizadas nas cerimônias religiosas têm uma história antiga e de muito trabalho no Cristianismo. A tradição vetero e neotestamentária apresenta alguns testemunhos da escuta da Palavra de Deus em assembleias litúrgicas como em Neemias 8, Lucas 4 e Lucas, 24,27, onde é possível perceber uma inspiração para o zelo na composição dos livros que registram os textos a serem lidos em assembleia. Entre o início do séc. IV e séc. V, por exemplo, já é possível encontrar pequenas anotações com textos eucológicos para as celebrações nas comunidades, conhecidas como *libelli*, que são as prováveis fontes dos primeiros sacramentários¹ (Scicolone, 1992, p. 685). Posteriormente, começaram a surgir os livros para as leituras das celebrações cotidianas. Esses elencos de leituras bíblico-litúrgicas foram chamados de lecionários.

Os lecionários acompanharam a Igreja em suas diferentes fases. Quando da reforma litúrgica ocorrida no Concílio Vaticano II, exerceram parte fundamental na comunicação da Palavra de Deus e da revelação divina na história. Tratando-se de um processo complexo, a reforma do lecionário proposta nesse Concílio apresenta incontáveis contribuições e diversos desafios pastorais no cenário litúrgico mundial e brasileiro. Seu processo de adaptação para o Brasil carrega de maneira intrínseca as propostas para a animação da vida litúrgica brasileira, não sem lacunas. A que mais ressoa neste trabalho é a falta de registros sistematizados e estudados que apontem direções interpretativas para o desenvolvimento teológico e pastoral desse livro.

Esta pesquisa reúne o material existente a respeito do processo redacional de adaptação do lecionário feito para a Igreja no Brasil, à luz dos desdobramentos do Concílio Vaticano II, perpassado pela restauração litúrgica e pelo uso do vernáculo na liturgia, com o objetivo de encontrar os eixos teológicos que guiaram tal processo, tendo em vista sua aplicação e os resultados pastorais. Esse objetivo é dado especificamente no estudo do início do processo redacional dos lecionários na história

¹ “É o livro do celebrante, bispo ou presbítero, e contém as fórmulas eucológicas para a eucaristia e os sacramentos”, de acordo com o Dicionário de Liturgia organizado por Sartore e Triacca (1992, p. 686). Nele, os relatos sobre a origem e evolução do sacramentários permitem chegar à conclusão de que a forma antiga não corresponde à atual, pois havia diferentes modelos presentes de forma simultânea e suas estruturas acompanharam o movimento dos ritos litúrgicos ao longo dos séculos. Mais detalhes sobre a origem e história do sacramentário encontram-se na publicação de Éric Palazzo, intitulada *Le Moyen Age: des origines aux XIII^e siècle*. Paris: Beauchesne, 1993, p. 47ss.

da Igreja e seu desenvolvimento ao longo do tempo, a partir dos registros de apontamentos de leituras para as celebrações litúrgicas e a história dos lecionários no Brasil: o processo de tradução, organização e publicação do elenco de leituras da missa atualmente em uso (dominical, ferial e santoral) e suas características. Especifica-se também na apresentação dos princípios teológicos que serviram para guiar a composição do elenco de leituras da missa e sua distribuição no ano litúrgico e na análise crítica de sua aplicabilidade e de sua pertinência no desenvolvimento do processo, avaliando os impactos e contribuições pastorais trazidos para a Igreja do Brasil a partir desse trabalho.

O ponto de partida do presente trabalho é a pesquisa bibliográfica em obras impressas e digitais, nacionais e internacionais, que apresentem as informações literárias disponíveis sobre o tema. Soma-se à investigação, um estudo das fontes das fontes primárias e dos documentos oficiais, de vital importância para o aspecto qualitativo deste conteúdo. Foi realizada também uma pesquisa do material bibliográfico original, nos registros contidos nos arquivos da Linha 4-Liturgia, na sede da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil (CNBB), localizada em Brasília-DF, Brasil, possibilitando o aspecto diferencial deste trabalho. No entanto, as principais fontes de pesquisa são os lecionários. Daí decorre que o método se orienta a partir de uma perspectiva propriamente bíblico-litúrgica, baseada na dinâmica originária do mistério pascal de Cristo que fomenta os tempos e dos ciclos litúrgicos que inspiram e estruturam os lecionários. Por esta razão, o estudo dos lecionários inicia-se aqui em seu volume dominical e festivo, seguido pelo semanal/ferial e pelo santoral, respectivamente. Tendo isso como pressuposto, o ponto de partida se dá na história dos lecionários, de onde emergem os valores teológico e pastoral que eles carregam. Em seguida, encontra-se o âmago do trabalho: a perspectiva teológica constitutiva do lecionário brasileiro. Serão apresentados os princípios teológicos que guiam a composição do lecionário da missa e sua relação com o calendário litúrgico. Finalmente, será feita a abordagem de problemáticas surgidas ao longo desse processo e seus impactos na Igreja do Brasil. Somada a elas, cabe também um levantamento dos acréscimos trazidos com tal experiência de trabalho.

O estudo do panorama geral da história dos lecionários no primeiro capítulo contribui para a ampliação do conhecimento desses livros e o esclarecimento da recepção das formas típicas romanas, que desembocará no processo redacional vivido pela Igreja do Brasil a partir do Vaticano II. Esse percurso abrange uma

apreciação de alguns pressupostos bíblicos vetero e neotestamentários, como também de seu desenvolvimento no período pós-apostólico, destacando a riqueza e emprego das Sagradas Escrituras na liturgia. A análise crítica inclui a redução dessa diversidade ao longo do tempo, a influência da língua na liturgia para a compreensão e a vivência da fé, e as implicações que essas escolhas tiveram na experiência litúrgica, de modo particular através do impacto do Concílio Vaticano II na reforma do Lecionário do Missal Romano. Ao partir do panorama geral, o leitor poderá compreender os contextos que influenciaram um panorama específico, a saber, o cenário brasileiro. O estudo da recepção da reforma do Lecionário pela Igreja no Brasil explora o caminho metodológico da elaboração dos lecionários nesse contexto, apresentando detalhadamente a estrutura fundamental dos lecionários dominical e festivo, semanal, e para a missa dos santos e diversas necessidades. Através da pesquisa dos registros do processo, pretende-se destacar como, historicamente, o Lecionário do Concílio Vaticano II foi adaptado e incorporado à realidade litúrgica brasileira. Ao final desse capítulo, o leitor poderá contar com um conjunto suficiente de informações para compreender o panorama histórico que permitiu o desenvolvimento dos eixos teológicos presentes no lecionário e explorar os desafios de sua elaboração, vislumbrando possíveis caminhos para sua atualização e relevância contínua na vida da Igreja, sobretudo dentro do cenário brasileiro.

Num segundo tempo será desenvolvida a significância teológica dada ao processo e ao conteúdo literário produzido. Na teologia subjacente ao Lecionário, está como alicerce o resgate das Sagradas Escrituras para a comunicação da Igreja consigo e com o mundo. Serão analisadas as constituições conciliares fundamentais para a compreensão da transição do modelo instrutivo para o modelo comunicativo na transmissão da fé cristã, e os aspectos cristológicos e pneumatológicos presentes no uso das Sagradas Escrituras para a liturgia e para a vida da Igreja. A partir da abordagem dos critérios que conduziram a reforma do lecionário, o estudo se direciona aos registros do processo no Brasil para salientar quais aspectos teológicos foram levados em consideração nas fases desse trabalho e as questões fundamentais nele refletidas, uma vez que deve ser única a teologia que perpassa e engloba todos os livros litúrgicos.

Num terceiro tempo se abordará o lecionário em seu horizonte pastoral, considerando o mistério pascal como base teológica no desenvolvimento dos ciclos de leituras (dominical trienal, bienal semanal, anual dos santos e diversas

circunstâncias) dentro do cenário religioso e devocional brasileiro, com as possibilidades que suas particularidades exigem desse livro e os desafios gerados pelo calendário das festas religiosas e culturais e pelos subsídios complementares que pretendiam potencializar sua recepção. É o momento oportuno para a compreensão do trabalho dos especialistas na formulação de um material imprescindível para o ensino e a vivência da fé, como o lecionário, e sua relação com os demais livros rituais elaborados no Brasil, como a Liturgia das Horas, o Ofício Divino das Comunidades e a Bíblia da CNBB. Apresenta-se como aspecto pastoral importante a necessidade da insistência na escuta como gesto ritual, diante dos desafios que a contemporaneidade manifesta para a percepção e a sensibilidade ao momento presente, para a compreensão da sacramentalidade da Palavra de Deus na celebração litúrgica. Adicionalmente, a investigação do lecionário finaliza em perspectiva ecumênica, abordando a participação cristã na concepção dos lecionários em sua edição típica e na edição adaptada para o Brasil, e a possibilidade de cooperação ecumênica no uso comum do livro litúrgico das Sagradas Escrituras.

Deste modo, ao longo deste trabalho, cada capítulo se propõe a oferecer uma análise sobre o Lecionário da Missa com diferentes enfoques, proporcionando uma compreensão mais profunda de sua importância na vida de fé e na prática litúrgica da Igreja. A partir desse estudo, será possível elucidar novos horizontes para a práxis litúrgico-pastoral, levando em consideração a recepção desse formato bíblico na diversidade de assembleias litúrgicas do Brasil.

2 O LECIONÁRIO NA VIDA DA IGREJA

A liturgia sempre foi parte central da vida da Igreja, uma expressão visível da fé e uma maneira privilegiada de manifestar a relação entre a pessoa humana e Deus. Ao longo dos séculos, diversos recursos foram desenvolvidos para enriquecer e estruturar a celebração litúrgica, e entre eles, os lecionários destacam-se como ferramentas fundamentais na leitura das Sagradas Escrituras. Através dos lecionários, a Igreja estabeleceu um sistema organizado de leitura das Sagradas Escrituras, permitindo que os fiéis tivessem acesso a uma ampla variedade de textos bíblicos ao longo do ano litúrgico.

Neste capítulo, explorar-se-á a história dos lecionários, sua evolução e a força da reforma dos livros litúrgicos no contexto de renovação litúrgica proposto a partir do Concílio Vaticano II na vida da Igreja e no contexto brasileiro. Partir de uma perspectiva histórica, traçando os primórdios dos lecionários nas comunidades cristãs, poderá permitir a compreensão acerca do desenvolvimento desses livros ao longo do tempo, acompanhando as mudanças litúrgicas, teológicas e culturais que influenciaram a sua forma e conteúdo.

Primordial é o enfoque a ser dado também à história dos lecionários no contexto brasileiro, sobretudo no que concerne ao trabalho da Igreja no Brasil para a recepção e publicação do lecionário proposto pelo Concílio Vaticano II, no contexto da liturgia na língua vernácula, por meio do trabalho de tradução. Ao explorar esse contexto, é possível compreender que esses recursos litúrgicos desempenham um papel crucial na transmissão da fé e no enriquecimento espiritual dos fiéis. Os lecionários permitem o acesso sistemático e abrangente às Sagradas Escrituras, possibilitando que os fiéis se familiarizem com a abundância da Palavra de Deus ao longo do ano litúrgico.

2.1 PERCURSO GERAL DOS LIVROS DE LEITURAS DA MISSA

2.1.1 Pressuposto bíblico vetero e neotestamentário

Antiga e laboriosa é a história dos lecionários na vida da Igreja. São os livros que dispõem as leituras a serem utilizadas na Liturgia da Palavra das celebrações litúrgicas cristãs. Neles há, explicitamente, a caminhada de fé do povo da Antiga e da Nova Alianças, e, subtendido, um reflexo do relevante trabalho bíblico-litúrgico do

povo cristão, herdeiro e proprietário desse “tesouro guardado em vasos de barro” (Bíblia [...], 2002, 2Cor 4,7). Desde as inspirações oriundas das Sagradas Escrituras à reforma dos livros litúrgicos no Concílio Vaticano II, os lecionários vêm contribuindo para a transmissão da Palavra de Deus no meio de seu povo.

É possível encontrar já nas Sagradas Escrituras alguns textos que relatam e fundamentam esse gesto comunitário da escuta e da interpretação da Palavra de Deus, como é o caso da antiga liturgia de renovação da aliança narrada em Deuteronômio 31,9-13, na qual Moisés ordena a leitura da Lei diante do povo de Israel, e do capítulo 8 do livro de Neemias que relata a cerimônia organizada pelo povo de Israel que pede a Esdras e a Neemias diante da Porta chamada das Águas para ouvirem “o livro da Lei de Moisés, que laweh havia prescrito para Israel” (Bíblia [...], 2002, Ne 8,1); o pedido é atendido e a proclamação dos textos é feita durante toda a manhã do primeiro dia do sétimo mês, de um púlpito de madeira enquanto “todo o povo ouvia atentamente a leitura do livro da Lei” (Bíblia [...], 2002, Ne 8,3).

No Novo Testamento quatro narrativas que citam a leitura-explicação de textos das Sagradas Escrituras são dadas pelo evangelista Lucas, a começar por Lc 4,14-30 que narra a ida de Jesus à sinagoga de Nazaré no sábado, dia sagrado para os judeus; na cerimônia Jesus desempenha a função de leitor¹ e levanta-se para ler, segundo o seu costume. Há ainda o texto de Lc 24,13-35, onde Jesus ressuscitado se une aos discípulos a caminho de Emaús e, explicando-lhe as Escrituras, fala do seu caminho de paixão, morte e ressurreição, culminando o encontro com a partilha do alimento, gesto que faz com que os discípulos o reconheçam. A perícopes de At 8,26-35 narra o encontro de Filipe com o etíope, servo da rainha Candace, no qual vivem a experiência de partilharem a leitura do texto de Is 53,7-8 e, num gesto homilético (De Zan, 2015, p. 31), Filipe explica o sentido daquela passagem a pedido do etíope. E em At 20,7-12 ao narrar o milagre de Paulo sobre o jovem Êutico que, ao adormecer, cai do terceiro andar da casa onde a comunidade estava reunida, é dada a informação sobre o contexto no qual ocorre o fato: uma partilha do pão da comunidade cristã nascente, cuja leitura e explicação dos textos sagrados tinha fundamental lugar. Por fim, nos escritos paulinos também são encontradas referências a esse gesto de diálogo que precede a partilha do pão. Em 1Ts 5,27 e Cl 4,15-16, por

¹ Conforme a nota explicativa da Bíblia de Jerusalém para este versículo, “qualquer judeu adulto era admitido, com autorização do chefe da sinagoga, a fazer a leitura pública do texto sagrado” (Bíblia de Jerusalém, 2002, p.1795).

exemplo, Paulo pede que sua carta seja lida para o povo, em reunião comunitária. Estes textos bíblicos ajudam o leitor à introdução do significativo gesto da reunião da comunidade dos fiéis em torno da Palavra de Deus como rito litúrgico, mesmo que ainda de forma elementar.

Entretanto, a forma como encontram-se dispostos os lecionários atuais foi sendo estabelecida lentamente, ao longo da história da Igreja. A composição desses livros não é imediata no início do Cristianismo, de maneira que não havia um elenco de leituras constituído universalmente e as celebrações passaram por diversas mudanças, nas quais estavam presentes influências históricas e teológicas. Os Atos dos Apóstolos relatam as reuniões dos cristãos nesse período:

Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações (Bíblia [...], 2002, At 2, 42); Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e gozavam da simpatia de todo o povo (Bíblia [...], 2002, At 2, 46-47).

No testemunho dos apóstolos, é apontado o início de uma organização ritual, que ia estabelecendo o modo de reunir-se em comunidade: fala-se de reuniões nas casas, partilha dos bens e do pão e ainda em orações, mas tais ocasiões não tinham um rito constituído para todos, surgiam como algo bastante espontâneo da comunidade.

2.1.2 O Período pós-Apostólico

Por volta do séc. II, surgem registros de uma prática celebrativa onde já constava a leitura de textos dos profetas e dos apóstolos como um elemento permanente nas reuniões da assembleia dominical. Segundo São Justino, “são lidas, as memórias dos Apóstolos e os escritos dos Profetas tanto quanto o tempo permite” (São Justino, 1995, p. 83). As memórias dos apóstolos trata-se dos evangelhos, enquanto os escritos dos profetas, do Antigo testamento. A ordem proposta nesse método supõe uma herança da liturgia sabatista das sinagogas, na qual era lida primeiramente a *parashah*, texto de maior importância, retirado do Pentateuco e, em seguida, a *haftaráh*, trecho dos livros proféticos, que complementava a primeira leitura (De Zan, 2015, p.33).

No início do cristianismo havia uma multiplicidade de línguas usadas nas celebrações litúrgicas, nas quais era feita a proclamação da Palavra de Deus. À

medida que os modos celebrativos foram se fixando e tomando uma forma diferente da celebrada pelo judaísmo, surgiram manuscritos que indicavam as leituras a serem usadas e posteriormente uma espécie de listas de perícopes havia sido organizada na ordem de sua utilização litúrgica. A partir do século III, por exemplo, já são encontrados textos indicativos de leituras para determinadas celebrações, como Páscoa e Pentecostes (Godu, 1923 apud De Zan, 2016, p. 246). Durante o séc. IV, a liturgia de rito romano viveu a passagem do grego para o latim como língua eclesiástica² e traduções textuais passaram a ser necessárias, surgem os *libelli*, anotações com textos eucológicos para as celebrações nas comunidades, que são as prováveis fontes dos primeiros sacramentários (Scicolone, 1992, p. 685). Adiante, começaram a surgir os livros para as leituras das celebrações cotidianas. Esses elencos de leituras bíblico-litúrgicas foram chamados de lecionários. Quanto às primeiras sistematizações dos lecionários da liturgia ocidental encontram-se o lecionário anual do Museu de Marselha (ano 458), conhecido como o Palimpsesto³ de Wolfenbüttel⁴, o lecionário de Cápua (Codex Bonifatianus I), da liturgia da Itália Meridional, de cerca do ano de 546 e, finalmente, o lecionário de Würzburg, mais antigo registro encontrado para a liturgia romana, oriundo de meados do século VII, composto de dezesseis folhas de pergaminho grande, em formato 292 x 0225, de escrita alongada e pontiaguda. Suas laudas são preenchidas por longas linhas que ocupam as páginas, exceto no caso da tabela inicial, organizada em duas e em três colunas. Contém de 28 a trinta linhas por página, num texto bastante compacto. Nele lhe falta o título original, sendo identificado por “*INCIPIUNT CAPITULLA LECTIIONUM DE CIRCULO ANNI*” e contém evangeliário e epistolário, sendo o primeiro maior em volumetria de perícopes em relação ao segundo (Morrin, 1910, p. 41).

Os estudos acerca da liturgia romana⁵, a partir da análise da documentação encontrada, concluem que seu lecionário foi sendo formado por etapas, relacionadas

² Esse período perdurou até o século XVI, por ocasião da Reforma Protestante, quando houve a tradução da Bíblia para o vernáculo e a simplificação dos ritos litúrgicos por parte dos reformadores (Scicolone, 1992, p. 685);

³ Palimpsesto é o termo que designa um pergaminho ou papiro cujo texto anterior foi eliminado para permitir a sua reutilização;

⁴ Codex Weinssenburgensis 76 ou Codex 4160, oriundo da Liturgia da Gália merovíngia, primeiro manuscrito descoberto de um lecionário da liturgia do Ocidente, o lecionário da Igreja de Arles, da qual são provenientes os sermões de Cesário de Arles, na passagem do século V ao século VI (470 – 542);

⁵ Para maior aprofundamento do assunto, é possível encontrar as referências bibliográficas indicadas por Renato de Zan em seu livro “Os múltiplos tesouros da única Palavra – Introdução ao lecionário e

aos tempos fortes do ano litúrgico, a ver: a princípio, deu-se o lecionário para o tempo que compreendia o primeiro dos três domingos antes da Quaresma⁶, chamado “septuagésima”, ao domingo de Páscoa; em seguida formou-se o lecionário das semanas da Páscoa até Pentecostes. Variáveis, entretanto, eram os lecionários do tempo após Pentecostes até a semana que precedia o Tempo do Natal e as que compreendiam este último (De Zan, 2015, p. 46). A maneira como tais lecionários⁷ relacionavam-se entre si e com o sacramentário⁸ é divergente segundo os estudiosos, sendo usados os sistemas de leituras de diferentes lecionários (Würzburg, Alcuíno, Murbach...) e mesclando epístolas e evangelhos entre si, conforme escreve Renato de Zan sobre o processo: “também o Comes do presbítero Theotinchus, cujo exemplar se perdeu, apresenta uma ordem das leituras muito próxima ao que se encontra tanto no Comes de Murbach, como no Comes de Alcuíno (e, se quisermos, no Comes de Würzburg)” (De Zan, 2015, p. 46).

No que concerne ao modo de leitura dos textos na liturgia, a “*lectio continua*”, leitura continuada da Bíblia na liturgia, na qual inicia-se a leitura na passagem seguinte à interrompida na celebração precedente não parece ser o meio mais certo ou geral, dadas as análises dos registros que apontam variações desse modo, direcionando para uma “*lectio semicontinua*”; razões pastorais, como a duração do tempo das celebrações e a chegada dos tempos fortes no calendário litúrgico, influenciavam na delimitação da leitura das perícopes nas celebrações. (De Zan, 2015, p. 34. 46-47).

2.1.3 A redução da diversidade das Sagradas Escrituras na liturgia

Com o passar do tempo, a liturgia romana foi desenvolvendo-se e a produção literária, sobretudo na Idade Média, habituou-se a adaptações e reproduções do

à leitura litúrgica da Bíblia”, publicado no Brasil pela Editora Vozes em 2015. As indicações encontram-se da página 16 à página 23 e são divididas por a) História do lecionário, e b) O lecionário do Vaticano II.

⁶ Antes da Reforma litúrgica proposta pelo Vaticano II.

⁷ O termo “lecionário” também é empregado para o conjunto das perícopes que serão utilizadas em uma celebração específica. Ex.: No Ano A, para a Festa dos Santos Inocentes (mártires), o lecionário é formado por: 1Jo 1,5-2,2, Sl 123(124),2-3.4-5.7b-8 (R. 7a) e Mt 2,13-18.

⁸ Num estudo acerca do panorama histórico dos livros litúrgicos é importante suspender a ideia dos modelos estabelecidos atualmente, pois durante a história de sua composição era comum que houvesse livros subdivididos. Os sacramentários e os lecionários só foram unidos quando da fixação dos missais plenários (por isso o nome), e os próprios lecionários eram formados por livros “fracionados”, como os que continham as epístolas (epistolário), os evangelhos (evangeliário), os salmos (saltério) e assim sucessivamente.

conteúdo já existente. Fatores como o processo de “sacerdotalização”⁹ e a incompreensão da língua latina, que se tornou erudita e reservada a uma pequena parte da população, contribuíram para a redução da Palavra de Deus e o desaparecimento da participação ativa dos fiéis na liturgia (Silva, 2015, p. 10); de uma multiplicidade de ritos e ministérios, potencializada dos meados do século VII com a época franco-carolíngia, a Igreja caminhava para o individualismo litúrgico-devocional bastante presente no século IX.

Durante o pontificado do Papa Gregório VII (1073-1085) a liturgia romana entrou numa fase de estabilização e unificação consolidada nos anos seguintes, na qual a valorização dos ritos celebrados de modo particular na capela papal tomaram independência, à luz da qual foram sendo realizadas as reformas litúrgicas que se seguiram (Augé, 2007, p. 45). Destaca-se, por exemplo a reforma realizada por Inocêncio III (1198-1216), cujo objeto central foram os livros litúrgicos pois demonstra como a redução ministerial concentrou-se a tal ponto, no qual as funções das celebrações passam a ser realizadas quase que completamente pelo presbítero. É assim que surgem, no século XIII, a criação dos livros plenários que continham todas as partes rituais dos sacramentos, na tentativa de auxiliar a logística dos ministros ordenados em suas muitas funções pastorais (Augé, 2007, p. 46-48).

No período entre os séculos XIII e XV, os cristãos observaram a concentração dos ministérios litúrgicos no clero, juntamente com outros fatores que diminuiriam a vida espiritual. Isso levou as camadas mais simples da Igreja a desejarem uma renovação que oferecesse um novo modelo de vida e celebração, em contraste com o sistema estabelecido e seus valores morais, que haviam sido afetados de forma negativa.

No início do século XVI, tal desejo encontra combustão na Reforma Protestante, nas correntes de pensamento oriundas do Renascimento e, finalmente, no Concílio de Trento que em sua duração não conseguiu executar a reforma dos livros litúrgicos, confiando-a aos pontífices e indicando que as alterações realizadas deveriam se estender a toda a Igreja e abarcar toda a liturgia. É nesse contexto que surge o Missal Romano de 1570, cujo modelo mantém-se plenário, com o lecionário (com uma lista reduzida de leituras) sendo um de seus componentes.

⁹ no fim da perseguição dos cristãos pelo Império Romano, os status presbiteral e episcopal foram alterados, associados à instituição civil como representantes dela. Na liturgia há a supressão de diversos ministérios ordenados e não ordenados (Augé, 2007, p. 32 e 46).

A partir do século XIX, surge um movimento embrionário do que se conheceu posteriormente como Movimento Litúrgico, que ganhou espaço concreto no século XX, dada a sua maior sobriedade em relação ao primeiro (Augé, 2007, p. 48). O cerne das questões que geraram tal movimento parece ser a participação dos fiéis no culto cristão. É o que apresenta Bernard Botte em sua obra “O movimento litúrgico – testemunhos e recordações”:

Os historiadores do movimento litúrgico são unânimes em situar o seu início no Congresso de Malines de 1909, no dia em que D. Lambert Beauduin apresentou seu relatório sobre a participação dos fiéis no culto cristão. (...) De fato, este só começou quando iniciativas concretas passaram das ideias à ação e desencadearam um esforço contínuo para mudar as coisas (Botte, 1978, p. 21).

Esse Movimento¹⁰ foi um dos grandes responsáveis por levar a liturgia romana à pauta do Concílio Vaticano II (Paranhos, 2021), com a proposta da grande reforma ocorrida a partir dos primeiros encaminhamentos do Concílio, em 1964, com a publicação da Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*¹¹, cuja teologia nela expressa comunicava uma leitura eclesiológica diferente da que até então estava sendo experimentada pela Igreja, com ares enrijecidos e rebuscados e cuja espiritualidade distanciou-se da vivida nos primeiros séculos da Igreja nascente. No esteio do Concílio, a liturgia caminhava agora para uma práxis cujo objetivo é o de que “os fiéis expressem na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo (SC, nº 2), trazendo à cena uma ação ritual comunitária diretamente ligada à experiência pessoal e à vida comum, e abrangente em sua comunicação.

2.2 O CONCÍLIO VATICANO II, A LÍNGUA NA LITURGIA E A REFORMA DO LECIONÁRIO

2.2.1 A questão da língua na liturgia

Entre as questões defendidas pelo Movimento Litúrgico do século XX estava a do apelo ao retorno da celebração dos sacramentos na língua vernácula como um dos objetivos para a retomada da participação ativa do povo, acolhida no Concílio Vaticano II a partir da reforma litúrgica suscitada por este concílio. Nele, assim como outros

¹⁰ Sobre a história do Movimento litúrgico, vide: ALBAZÁBAL, José. Verbete: Movimento litúrgico. In: SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA. Dicionário elementar de liturgia. Disponível em https://www.liturgia.pt/dicionario/dici_ver.php?cod_dici=274. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

¹¹ Doravante SC

elementos, o estabelecimento do vernáculo no culto litúrgico não foi algo imediato, mas inserido gradualmente e em conjunto com as demais prescrições acerca da reforma da liturgia contidas no *motu proprio Sacram Liturgiam*¹², com publicação de 25 de janeiro de 1964 e cujas prescrições entraram em vigor em 16 de fevereiro do mesmo ano. De acordo com Giuseppe Midili,

a leitura da *Instructio* revela que a reforma é introduzida de forma gradual e sistemática, suprimindo o que já não respondia à sensibilidade do mundo contemporâneo e reiterando muitas vezes a necessidade de formar os fiéis, iniciá-los lentamente nas mudanças e assumir conta da sensibilidade das assembleias litúrgicas e dos párocos (Midili, 2016, p. 290; tradução nossa¹³).

A partir do comentário de Midili sobre a *SL*, é perceptível a ênfase na necessidade da formação para o povo quanto às mudanças a serem implantadas na liturgia a partir do Vaticano II, entre as mais evidentes a do uso do vernáculo, que desembocará no processo de reforma e tradução dos livros litúrgicos, entre os quais o lecionário da missa. Promover a formação dos fiéis, favorecendo uma participação ativa e uma ação pastoral que une os princípios gerais da teologia litúrgica desse concílio surge como a finalidade maior, materializada de maneira formativa. É nessa perspectiva que Paulo VI recomenda aos presbíteros, primeiros convidados à implementação das mudanças doravante ocorridas na liturgia, o estudo dos documentos conciliares, de maneira particular a Constituição sobre a Liturgia, para que pudessem fazer os fiéis compreenderem “na medida em que lho permitam a idade, condições de vida e formação mental, a fim de que eles possam participar corporal e espiritualmente nos ritos da Igreja, com toda a piedade” (Paulo VI, 1964, p. 2).

Em 7 de março de 1965, primeiro domingo da Quaresma, ocorre pela primeira vez após séculos de latim eclesiástico na liturgia a celebração da eucaristia em vernáculo alternado com textos em latim na paróquia de Ognissanti, Via Appia, conforme indicava a instrução, dizendo ser aquele dia “uma data memorável na história espiritual da Igreja”, pelo fato de o culto litúrgico acolher a partir de então a

¹² Doravante *SL*

¹³ Doravante, os textos originais em idioma estrangeiro traduzidos para o português serão disponibilizados em itálico em nota de rodapé, sem repetir “tradução nossa”: *Attraverso una lettura dell’Instructio si nota che la riforma viene introdotta in maniera graduale e sistematica, sopprimendo quanto non rispondeva più alla sensibilità del mondo contemporaneo e ribadendo spesso la necessità di formare i fedeli, di iniziarli lentamente ai cambiamenti e di tener conto della sensibilità delle assemblee liturgiche e dei pastori.*

língua vernácula (Midili, 2016, p. 293-294¹⁴). Essa celebração foi precedida por uma audiência com os párocos da diocese de Roma, na qual propôs metodologicamente as aplicações da reforma litúrgica e a introdução do vernáculo na liturgia, com o objetivo primordial de “poder dar voz à assembleia¹⁵” (Paulo VI, 1965, p. 328 apud Midili, 2016, p. 238,) e expõe o sentido teológico-pastoral de tal:

Trata-se de mudar muitos hábitos, que em muitos aspectos são respeitáveis e caros; trata-se de perturbar os piedosos e bons fiéis para lhes propor novas formas de oração, que não compreenderão imediatamente; trata-se de ganhar para a expressão pessoal e coletiva da oração muitas pessoas, que na Igreja rezam e não rezam como querem; trata-se de incrementar em cada assembleia de fiéis uma escola de oração e de culto mais ativa, isto é, introduzir nela novos aspectos, gestos, costumes, fórmulas, sentimento (...) (Paulo VI, 1965, p. 328 apud Midili, 2016, p. 291¹⁶).

Há, portanto, uma grande aposta na liturgia e nos elementos que a compõem, como o lecionário, por exemplo, como canal de comunicação direta com os fiéis acerca das novas mudanças na celebração à luz do Vaticano II. Sobre a homilia, parte importante da Liturgia da Palavra, o papa vai recomendar que “deve estar em relação com a vida espiritual e moral de quem a exerce; a oração deve precedê-lo; a sinceridade deve caracterizá-lo; o conteúdo deve ser verdadeiramente religioso e dirigido não à admiração, mas à instrução e edificação dos fiéis” (Paulo VI, 1965, 328 apud Midili, 2016, p. 292¹⁷).

Por último, para o aprofundamento da perspectiva de Midili, um aspecto teológico é trazido à luz por Salvatore Marsili. Ao ressaltar o valor do vernáculo, ajuda a compreender o real significado do retorno à língua vernácula na liturgia, que possibilita uma vida celebrativa e formativa mais consciente e uma autêntica proximidade com a obra sacerdotal de Cristo:

O uso da linguagem viva na liturgia é o sinal mais claro da reforma; o Verbo feito carne entra em contato com o homem de hoje por meio de uma imediatez vocal: Cristo não é um fenômeno de outros tempos, mas fala a cada pessoa

¹⁴ *Una data memorabile nella storia spirituale della Chiesa.*

¹⁵ *A dare alla assemblea la sua voce.*

¹⁶ *Si tratta di mutare tante abitudini, che sotto molti aspetti sono pur rispettabili e care; si tratta di disturbare i fedeli pii e buoni per proporre loro forme nuove di preghiera, che subito non capiranno; si tratta di guadagnare ad un'espressione personale e collettiva di preghiera tantissima gente, che in chiesa prega e non prega come vuole; si tratta di incrementare una scuola più attiva di orazione e di culto in ogni assemblea di fedeli, d'introdurre cioè in essa aspetti, gesti, usi, formule, sentimenti nuovi;*

¹⁷ *Deve essere in rapporto con la vita spirituale e morale di chi la esercita; la preghiera deve precederla; la sincerità deve caratterizzarla; il contenuto deve essere veramente religioso e rivolto non all'ammirazione, ma all'istruzione e all'edificazione dei fedeli.*

com a linguagem que lhe é conhecida e que usa diariamente” (Marsili, 1965, p.1 apud Midili, 2016, p. 287¹⁸).

O uso da língua vernácula no culto litúrgico levou, conseqüentemente, a mais um grande processo de tradução dos textos bíblico-litúrgicos, no qual ocorreu a separação do elenco de leituras da missa e do missal e a revisão de tais livros, de modo que pudessem atender às novas necessidades pastorais conseqüentes dessa reforma. Ao iniciar pela língua vernácula as orientações para a reforma litúrgica, o Concílio abriu as portas para o grande processo de redação dos novos livros litúrgicos¹⁹, entre eles o lecionário que ganhava dimensões teológicas, linguísticas, técnicas e estéticas.

Por se tratar do elenco de leituras feitas durante a missa, sua reforma está intrinsecamente ligada à do missal romano e o primeiro aspecto perceptível foi o desmembramento de ambos, que comportaria no lecionário um maior número de textos bíblicos para oferecer ao povo “mesa abundante da Palavra de Deus” (SC, nº 51), fato que chama atenção ao se lançar um breve olhar para o contexto da Liturgia da Palavra no período que antecedeu a reforma do lecionário no Concílio Vaticano II. Encontrava-se escassa em termos de volumetria dos textos apresentados no lecionário e no que era proclamado para a comunidade. A título de exemplo, o Antigo Testamento era lido apenas três vezes ao ano: na epifania, na Sexta-Feira Santa e na Vigília Pascal; os Atos dos Apóstolos eram lidos no domingo depois da festa da circuncisão, na Ascensão e em Pentecostes. “Não existe reforma, progresso e adaptação litúrgica sem o gosto saboroso e vivo da Escritura”, diz Renato de Zan (De Zan, 2015, p. 55) para fazer compreender a importância do trabalho com o lecionário no cenário da reforma litúrgica que apontava no horizonte dessa nova fase da Igreja,

¹⁸ *L'uso della lingua viva nella liturgia è il segno più vistoso della riforma; la Parola che si è fatta carne entra a contatto con l'uomo di oggi mediante una immediatezza vocale: Cristo non è un fenomeno di altri tempi, ma parla a ogni persona con la lingua che gli è nota e che usa quotidianamente.*

¹⁹ Podem ser observados os seguintes tópicos citados em SC: 1) A revisão dos livros: n. 25. Faça-se o mais depressa possível a revisão dos livros litúrgicos, utilizando o trabalho de pessoas competentes e consultando Bispos de diversos países do mundo; 2) A língua litúrgica: traduções: n. 36. § 1. Deve conservar-se o uso do latim nos ritos latinos, salvo o direito particular. § 2. Dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar pode revestir-se de grande utilidade para o povo, quer na administração dos sacramentos, quer em outras partes da Liturgia, poderá conceder-se à língua vernácula lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admoções, em algumas orações e cantos, segundo as normas estabelecidas para cada caso nos capítulos seguintes; Língua: n. 101. § 1. Conforme à tradição secular do rito latino, a língua a usar no Ofício divino é o latim. O Ordinário poderá, contudo, conceder, em casos particulares, aos clérigos para quem o uso da língua latina for um impedimento grave para devidamente recitarem o Ofício, a faculdade de usarem uma tradução em vernáculo, composta segundo a norma do art. 36.

na qual urgia a necessidade de uma atualização que levasse em consideração o zelo às Sagradas Escrituras e sua proclamação comunicada de maneira compreensível e inteligível através da língua vernácula.

2.2.2 A reforma do lecionário da missa no Concílio Vaticano II

Quando do início dos trabalhos na reforma litúrgica proposta pelo Concílio Vaticano II, havia uma consciência da grande proporção das atividades a serem desenvolvidas na aplicação dela, entre elas os trabalhos com os livros litúrgicos a serem reformulados e elaborados. Essa consciência foi expressa na Instrução *Inter Oecumenic*²⁰:

A razão para a decisão de se colocar estas coisas em prática atualmente é que a liturgia possa sempre mais plenamente satisfazer a intenção conciliar de promover a participação ativa dos fiéis. Os fiéis mais prontamente responderão à total reforma da liturgia se ela proceder gradativamente, em estágios, e se os pastores lha apresentarem e explicarem por meio da necessária catequese (*Consilium*, 1964, n. II. 4).

A linguagem do texto demonstra a confiança no método gradativo para a recepção da reforma litúrgica pelos fiéis por meio da ajuda dos pastores na explicação das mudanças propostas. Chama atenção principalmente o acento dado ao tempo de aplicação que, ao dizer “gradativamente”, anuncia um bom número de anos na preparação e aplicação dos textos a serem usados dali em diante.

O esquema de reorganização do elenco de leituras da missa foi designado ao denominado “Grupo de estudo 11”, constituído inicialmente por G. Diekmann, G. Fontaine, H. Schürmann, padre Jounel, padre Massi, E. Lanne, H. Kahlefeld e J. Féder, aos quais foram se juntando outros à medida que o trabalho exigia, chegando ao total de XX integrantes. Pe. Diekmann, por exemplo, foi substituído na função de relator pelo Pe. C. Vagaggini, grande contribuinte desse processo, juntamente com o Pe. Fontaine, secretário do grupo.

O trabalho foi iniciado a partir do princípio de restituição da abundância, variedade e adequação das Sagradas Escrituras nas celebrações litúrgicas, manifestado no nº 35,1 da SC e dos critérios teológicos que guiaram a atual composição, a saber: a comunicação do mistério de Cristo e a história da salvação, a sua atualização pela Igreja, o ensinamento das normas da vida cristã na Liturgia da

²⁰ Doravante IO

Palavra, a relação entre o Antigo e o Novo Testamentos, a importância dos demais temas centrais da fé cristã além da Páscoa e o ano litúrgico como método orgânico para a apresentação do querigma da salvação. Também esteve em mente a reforma do Missal Romano, cujo lecionário é uma grande e importante parte de sua constituição. Assim sendo, antes do Grupo 11 dar início propriamente à questão do lecionário, foram levantadas as questões ligadas à reforma do Missal, pelo Grupo X e por seu relator, o Pe. J. Wagner, entre 17 e 20 de abril de 1964, na segunda Reunião Plenária do Concílio (Massimi, 2018, p. 58). No documento apresentado pelo Pe. Wagner, resumem-se as seguintes indicações para o início do percurso de trabalho do Grupo 11: a lembrança do desejo do Concílio, expresso no nº 35 da SC sobre a promoção de mesa rica e extensa da Palavra de Deus, acessibilidade a esta, reorganização do elenco de leituras em ciclos a serem determinados de acordo com as discussões e o bom senso da equipe de trabalho; também foi apontada a celebração eucarística como lugar privilegiado da escuta das Sagradas Escrituras que exige dos proclamadores boa formação acerca delas e, portanto, merece especial atenção a sua abordagem para com os fiéis; viu-se a necessidade de definição do método da leitura (entre contínua ou semicontínua) dos livros das Sagradas Escrituras; indispensável era discutir a relação entre os lecionários do missal e do breviário, atualmente também reformado e chamado “Liturgia das Horas” e, por fim, solicitava-se a consideração acerca da preparação um lecionário para as celebrações eucarísticas celebradas com crianças (Massimi, 2018, p. 58-60).

Já sob a responsabilidade do Grupo 11, foram elaboradas abordagens de trabalho que consideravam relatórios, levantamento de dificuldades encontradas, propostas para o elenco de leituras divididos por tempos litúrgicos, que duraram de 1º de outubro de 1964 a 16 de novembro de 1967, no qual foi finalizada a proposta para o lecionário santoral²¹ (Bugnini, 2018, p. 357). Tais esquemas tiveram como fio condutor quatro direções: 1) A definição da quantidade de leituras e a possibilidade de omissão de alguma delas para os domingos, solenidades e festas de acordo com as questões das igrejas particulares; 2) A repetição do ciclo de leituras em alguns domingos e festas considerados principais; 3) A relação de costume de leitura entre determinados livros e ciclos do ano litúrgico; 4) A prioridade do Missal em relação ao

²¹ A tabela completa encontra-se disponível em: Bugnini, 2018, p. 357.

Breviário para a escolha das perícopes, de modo que o segundo tenha caráter complementar ao primeiro (Bugnini, 2018, p. 357).

Importante foi a contribuição de pesquisa acerca das “perícopes bíblicas usadas nas diversas liturgias, antigas e modernas, ocidentais e orientais, no interior da Igreja Católica e nas comunidades eclesiais não católicas” (Bugnini, 2018, p. 358). O grupo expressou tal consciência em sua documentação dizendo que “*a revisão do Lecionário deve ser feita tendo em conta a tradição romana, outras tradições litúrgicas e necessidades pastorais (...)*” (Coetus XI, 1964, p.6 apud Massimi, 2018, p. 64²²). Tal contribuição, entre outras questões, tornou-se fundamental para a decisão da não conservação do ciclo vigente como um dos que seriam propostos no novo elenco de leituras, com o Pe. Vagaggini contornando o argumento ecumênico de que a maior parte das igrejas oriundas da Reforma Protestante usa o Lecionário tradicional ao expor dados atualizados sobre a situação de boa parte dessas igrejas no tocante a seus lecionários, que apontava atualizações e desejos de renovação no esquema utilizado, vendo com simpatia a iniciativa da Igreja Romana. Foi realizada uma reunião entre os consultores e os Observadores do Concílio no dia 8 de outubro de 1966, na qual discutiu-se a questão e chegou-se à elaboração de uma declaração pública sobre a não-obrigatoriedade de razões ecumênicas na reforma do lecionário romano e ao pedido de um período experimental para este, no qual seria “examinado pelas diversas confissões cristãs” (Bugnini, 2018, p. 362).

De igual importância se deu o trabalho dos trinta e um biblistas²³ convidados a colaborarem na composição do novo lecionário a partir da seleção das perícopes bíblicas do Antigo e do Novo Testamento a serem utilizadas em âmbito litúrgico, de acordo com o seu parecer e da indicação da adequação das mesmas aos ciclos e festas do ano litúrgico, trabalhando as divisões dos textos e os versos que, eventualmente, seriam omitidos a partir do critério da melhor compreensão da economia salvífica da parte dos fiéis. Após essa etapa, foi enviada a especialistas em pastoral e catequese a lista elaborada pelos biblistas, que resultou em 2.500 fichas com contribuições sobre o trabalho realizado com as perícopes, avaliando sua aplicabilidade (Bugnini, 2018, p. 358-359).

²² *La revisione del Lezionario deve essere fatta tenendo conto della tradizione romana, delle altre tradizioni liturgiche e delle necessità pastorali, secondo lo spirito 4 e 23 di SC.*

²³ Lista completa disponível em: Bugnini, 2018, p. 358-359.

Esse primeiro tempo de trabalho foi bastante útil em termos de cooperação internacional, intersetorial e interreligiosa. Surgiram das diversas nações contribuições valiosas para a versão definitiva do lecionário durante o uso experimental do modelo ferial, composto por suas Conferências Episcopais. Entre maio e outubro de 1966 o trabalho já estava adiantado o bastante para que na reunião do dia 10 deste último mês citado fossem apresentadas ao Concílio a primeira versão com o esquema geral do novo elenco de leituras da missa com seus adendos pelo Pe. Vagaggini, na qual foram discutidas também as principais questões levantadas durante o processo de composição, que giraram em torno da obrigatoriedade das três leituras, da conservação do ciclo de leituras vigente e do número de ciclos a ser definido:

A primeira questão encontrava-se entre o argumento da recepção de tal quantidade de leituras pelas assembleias litúrgicas, diante da inabilidade de muitos fiéis e clérigos em relação às Sagradas Escrituras. Chegou-se à decisão da obrigatoriedade das três leituras, entre as quais haveria alguns casos de versão breve para textos mais longos e ainda outros nas quais a omissão da primeira ou da segunda seriam possíveis, pelas consideráveis alegações do desejo do Concílio de que fossem propostas mais leituras bíblicas nas celebrações, da manutenção da tradição dos primeiros séculos do cristianismo, da unidade da história da salvação, observada plenamente entre o Antigo e o Novo Testamentos, da negligência histórica do Antigo Testamento em relação ao Novo na Liturgia da Palavra com o passar dos anos e da unidade da Igreja celebrante a partir também de sua Liturgia da Palavra e não apenas do rito sacramental (Bugnini, 2018, p. 360-361).

A segunda questão, sobre a conservação do elenco de leituras que estava em vigor, já foi anteriormente mencionada quando da relação ecumênica, na qual os textos também eram utilizados pelos cristãos não católicos. Ao fazer o levantamento dos lecionários das demais igrejas, notou-se que elas haviam feito alterações em seus ciclos de leituras, seja na quantidade delas e na dos anos nas quais eram lidas, seja no acréscimo de perícopes ao livro atual, seja na composição de livros complementares, seja no desejo de uma nova proposta de lecionário. As igrejas citadas no relatório do Pe. Vagaggini são:

- a) as Igrejas anglicanas que encabeçam o “London Group” (...); b) os anglicanos da Índia, Paquistão, Bermudas e Ceilão (...); c) na Alemanha, a “Evangelische Michaelbruderschaft” (...); d) a Igreja luterana da Alemanha

(...); e) as Igrejas luteranas da Suécia e Dinamarca (...); f) a Igreja reformada da França (...); g) a Igreja dos Velhos Católicos (...) (Bugnini, 2018, p. 361).

Havia também outros fatores que animavam o grupo a não darem seguimento a esta proposta. Historicamente, a reforma do lecionário da missa proposta por esse Concílio tratava-se de um projeto grandioso num momento grandioso e isso deveria ser aproveitado para a preparação de um lecionário bem trabalhado, tendo em vista as possibilidades da época, que foram melhores que quaisquer outras anteriores. A conservação do lecionário vigente poderia, em dado momento contrastar consideravelmente com o que estava sendo elaborado, dadas as suas limitações já conhecidas pelo grupo, sobretudo no que diz respeito à sua volumetria, bastante inferior à do que foi apresentado ao final desse trabalho; sua disparidade não poderia passar despercebida e isso não seria condizente com o que o Concílio propôs, que levava inevitavelmente aos acréscimos dos textos do Antigo Testamento e às alterações do calendário litúrgico, outra questão a ser considerada. Por fim, na consulta às Igrejas supracitadas, a proposta de um lecionário comum foi idealizada, mas percebeu-se que seria um processo além de deveras delongado, poderia trazer perdas à tradição romana e o estado atual era de fato o da necessidade de mudança em seus lecionários, de modo que não justificava suficientemente o apego elenco vigente (Bugnini, 2018, p. 361-362).

A terceira questão estava relacionada à definição dos ciclos de leituras, uma vez que este número não foi estabelecido diretamente na SC. Para a distribuição das leituras, dois anos pareciam insuficientes, quatro pareciam demorados e resultariam em perícopes curtas ou de insuficiente compreensão teológica, como escreve Massimi ao relatar a discussão sobre o tema na *Relatio 1*, de 01 de outubro de 1964:

foi destacado como, na opinião dos consultores e especialistas, de acordo com os requisitos da SC 51, um curso de dois anos de leituras não era suficiente; um ciclo de três ou quatro anos se mostrou necessário. No entanto, este ciclo não estava previsto para todos os domingos e feriados (ex. Páscoa e Pentecostes, solenidades de Natal...) (*Coetus XI*, 1964, p. 8 apud Massimi, 2018, p. 65²⁴).

Tal questão foi também levada aos padres conciliares e a conclusão era de que três seria o número favorável, tanto por contemplar bem a “quase totalidade das

²⁴ *Nella Relatio 1 veniva evidenziato come, a giudizio dei consultori e dei periti, coerentemente con quanto richiesto da SC 51, un cursus di letture per due anni non fosse sufficiente; si dimostrava necessario un ciclo di tre o di quattro anni. Tale ciclo però non era previsto per tutte le domeniche e feste (es. nel giorno di Pasqua e Pentecoste, nelle feste di Natale...)*

Sagradas Escrituras”, como desejava a constituição conciliar (SC, nº 51), quanto por poder acomodar nesse esquema trienal os evangelhos sinóticos como carros-chefes de sua dinâmica dominical e festiva, comportando bem também a estabilidade e repetição de certas perícopes durante os ciclos de leituras que estavam sendo estabelecidos.

Em vias de conclusão do trabalho e já com os critérios estabelecidos após o relatório ao Papa Paulo VI apresentado em 10 de novembro de 1966, o esquema do novo lecionário já podia ser visualizado e foi feita uma publicação que chegasse de forma mais ampla para uma última consulta, feita às diversas conferências episcopais, que obteve 460 retornos com observações sobre as disposições gerais e as perícopes estabelecidas, de maneira que a última revisão detalhada pôde ser encaminhada, em janeiro de 1968, debruçando-se acerca dos aspectos de composição dos textos (supressão, acréscimo, divisão e revisão das perícopes) e alinhamentos entre os ciclos de leituras e o ano litúrgico. Em 25 maio de 1969 o texto obteve a aprovação do Papa, encaminhada à Congregação para o Culto Divino e foi promulgado por esta em 24 de junho do mesmo ano, apresentando quinhentas páginas de formato grande, contendo sua introdução geral com os princípios norteadores do processo e algumas indicações de tradução e de uso, o texto com as perícopes subdividido nas ocasiões litúrgicas a serem utilizados (próprio do tempo, próprio dos santos, comuns, missas rituais e missas dos fiéis defuntos) e o índice escriturístico²⁵ (Concílio Vaticano II, 1969).

Essa primeira edição, chamada *Ordo Lectionum Missae*²⁶ – *Typis Poliglottis Vaticanis*, conhecida como edição típica latina, apresenta, todavia, apenas as citações dos textos, tendo sido estes publicados por extenso posteriormente e nas traduções das conferências episcopais de cada país (Bugnini, 2018, p. 364-365). A segunda edição do texto ocorreu no ano de 1981, dezessete anos após a publicação da SC, impulsionada pela revisão da Nova Vulgata²⁷ da qual se determinaria a tradução dos

²⁵ Termo utilizado para designar o índice que aponta onde podem ser encontrados os textos bíblicos, já divididos em perícopes, dispostos naquele livro.

²⁶ Doravante *OLM*;

²⁷ Edição típica da Bíblia para a Igreja Católica de rito romano. É denominada assim a nova revisão do texto da Vulgata – versão latina do texto bíblico traduzido por São Jerônimo – realizada por orientação do Papa Paulo VI após o Concílio Vaticano II e finalizada no ano de 1975.

textos do lecionário a partir de então, e contou com a ampliação das *praenotanda*²⁸ e o acréscimo de perícopes alternativas para algumas celebrações.

2.3. O LECIONÁRIO DA MISSA NO BRASIL

2.3.1 Recepção da reforma do lecionário pela Igreja no Brasil

Da chegada dos europeus até o ano de 1964, no qual foi iniciado o Concílio Vaticano II, o Brasil vivia a celebração eucarística proposta pelo rito do Missal Romano de 1474, posteriormente revisado no ano de 1570 pelo Papa Pio V²⁹. Há registros, também, de uma edição bilíngue do missal cotidiano, que possibilitou maior participação dos fiéis na liturgia, através da compreensão do rito e da interlocução com o presidente da celebração:

No ano de 1936, surgiu o primeiro missal bilíngue cotidiano, obra do beneditino Dom Beda Kekeisen, do Mosteiro de São Bento da Bahia. Os anos que sucederam a *Mediator Dei* de Pio XII (1947) foram anos de grande energia, empolgação e fervor litúrgico (Silva, 2015, p. 13).

É curioso observar que o ano da publicação desse missal antecede em algumas décadas o Concílio de 1964, o que indica o desejo da reforma litúrgica também no contexto brasileiro. No apêndice escrito por Dom Clemente Isnard para a publicação da já citada obra de Bernard Botte no Brasil, relata-se a experiência

²⁸ Nome dado à introdução do lecionário na Edição Típica Latina (1967 e 1981), traduzido em português por Introdução ao Elenco das leituras da missa.

²⁹ Um exemplo registrado é o da primeira missa celebrada em terras brasileiras, em 26 de abril de 1500 sob a presidência de Frei Henrique de Coimbra, OFM, frade e bispo português, célebre missionário na Índia e na África, que viajou na frota do navegador Pedro Álvares Cabral. Essa missa é relatada por Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota, para Dom Manuel I, rei de Portugal à época, narrando detalhes do momento da chegada dos portugueses no Brasil. Ao comparar os livros litúrgicos vigentes àquela época, é possível chegar à proposta de uma liturgia da Palavra para essa missa composta de duas perícopes: a epístola de 1Jo 5,4-10 e o Evangelho de Jo 20,19-31. Sobre os livros vigentes, destacam-se como possibilidades o Missal Romano de 1474, publicado em Milão e conhecido como a primeira edição impressa de um livro com o título de *Missale Romanum* com os textos da missa segundo os usos da Cúria Romana, e o *Missale Franciscanum Regulae*, missal franciscano do séc. XIII, dado o fato de tal missa ter sido presidida por um frade franciscano, somado ao da grande influência dessa ordem na difusão do Missal da Cúria Romana no Ocidente, sob a viabilidade de um missal próprio da mesma. A familiaridade nos modos celebrativos era, todavia, bastante próxima: tais perícopes estão presentes em ambos os livros como proposta de elenco de leituras do Domingo na Oitava Pascal, dia em que foi celebrada a primeira missa. Cf. ERPEN, Jackson. O rito e o Missal Romano. Vatican News, 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-06/liturgia-o-rito-e-missal-romano.html>. Acesso em 15 de abril de 2023; *Missale Romanum*. Mediolani, 1474. Edited by Robert Lippe, LL.D. Chaplain of the Royal Asylum and Royal Infirmary at Aberdeen. Vol.I. Text. London, 1989; *Missale Franciscanum Regulae* – codicis VI.G.38. Bibliothecae Nationalis Neapolinensis, a cura di Marek Przewczewski, OFMcap. Libreria Editrici Vaticana – Città del Vaticano, 2003, p. 251.

celebrativa vivida por ele num contexto de “retiro” no ano de 1933, com o monge beneditino Dom Martinho Michler:

Na sala principal ele preparou um altar para a celebração da missa. Mas, para grande surpresa nossa, em vez de encostar a mesa na parede, ele a colocou no centro da sala e dispôs de um semicírculo de cadeiras, dizendo que ia celebrar de frente para nós. Foi a primeira missa celebrada de frente para o povo no Brasil! (...) A missa foi dialogada. Em latim, sem dúvida. Todos rezávamos, pela primeira vez, as partes que cabiam a acólito e ainda as que na missa cantada cabiam ao coro ou aos cantores. (...) Era a primeira vez que, fora de um mosteiro beneditino, se dialogava a missa. No mosteiro do Rio, em anos anteriores, D. Armando G'seil, mestre de noviços, dialogara algumas missas (Botte, 1978, p. 210).

Com o advento da língua vernácula e das demais novidades apresentadas pelo Concílio, foi iniciado no Brasil o processo de composição do novo lecionário do missal romano: “o processo de tradução e adaptação foi confiado pelo próprio Concílio às conferências dos bispos dos diversos países das diferentes línguas e exposto em sua amplitude nas próprias introduções dos distintos Rituais” (Beckhäuser, 2001, p. 65).

No trabalho foram seguidas as orientações próprias da Sé Apostólica para a tradução desses livros adaptadas à índole de cada língua, apresentadas na SC³⁰, de 4 de dezembro de 1963, na Instrução SL³¹, de 25 de janeiro de 1964 e na Instrução IO³², de 26 de setembro de 1964.

³⁰ Cf. A língua litúrgica: traduções: n. 36. § 1. Deve conservar-se o uso do latim nos ritos latinos, salvo o direito particular; § 2. Dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar pode revestir-se de grande utilidade para o povo, quer na administração dos sacramentos, quer em outras partes da Liturgia, poderá conceder-se à língua vernácula lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admonições, em algumas orações e cantos, segundo as normas estabelecidas para cada caso nos capítulos seguintes; § 3. Observando estas normas, pertence à competente autoridade eclesiástica territorial, a que se refere o artigo 22 § 2, consultados, se for o caso, os Bispos das regiões limítrofes da mesma língua, decidir acerca do uso e extensão da língua vernácula. Tais decisões deverão ser aprovadas ou confirmadas pela Sé Apostólica; § 4. A tradução do texto latino em língua vulgar para uso na Liturgia, deve ser aprovada pela autoridade eclesiástica territorial competente, acima mencionada.

³¹ Cf. n. 2187 - Como é sabido de todos, muitas prescrições da Constituição não podem aplicar-se dentro em breve, sobretudo porque devem antes ser revistos alguns ritos e preparar-se novos livros litúrgicos. A fim de que este trabalho se realize com a necessária sabedoria e prudência, instituímos uma Comissão especial cujo principal objetivo será pôr em prática, pelo melhor modo, as prescrições da referida Constituição sobre a Sagrada Liturgia.

³² Cf. XI. Traduções vernáculas dos textos litúrgicos (SC, art. 36, §3); 40. As traduções vernáculas dos textos litúrgicos, a serem preparadas em conformidade com as normas do art. 36, §3, tirarão proveito dos seguintes critérios: a. A base das traduções é o texto litúrgico latino. A versão das passagens bíblicas deve conformar-se ao mesmo texto litúrgico latino. Isto não retira, todavia, o direito de revisar tal versão, se aconselhável, com base no texto original ou de uma versão mais clara; b. A comissão litúrgica mencionada na Constituição, no art. 44, e na presente Instrução, no art. 44, deve ter especial responsabilidade para a preparação das traduções dos textos litúrgicos, providenciada a máxima assistência de um instituto de liturgia pastoral. Mas onde não há tal comissão, dois ou três bispos devem partilhar a responsabilidade pela tradução; eles devem escolher especialistas, inclusive entre leigos, em Escrituras, liturgia, línguas bíblicas, latim, a língua vernácula e música. Uma sã tradução

Diante desse novo cenário, a Igreja no Brasil procurou meios para colocar em prática as mudanças no âmbito da liturgia e, assim como na preparação dos outros livros litúrgicos, iniciada no ano de 1965 com a tradução do Ordinário da Missa e dos rituais, o trabalho do texto bíblico dos lecionários, com novas traduções especialmente feitas para esse fim, foi sendo elaborado por etapas e em paralelo com o dos outros livros litúrgicos, debruçando-se sobre os textos ainda em fase de reformulação pela comissão responsável no Concílio.

Nesse processo, surgiram preocupações urgentes como a da edição dos textos aprovados pela Sé Apostólica para possibilitar o uso da língua vernácula na missa e a cooperação entre Brasil e Portugal para a elaboração de um lecionário análogo, tendo em vista a observação da Sé Apostólica de que houvesse, na medida do possível, textos litúrgicos iguais para países com a mesma língua (SC, nº 36 § 3). Os trabalhos para a tradução única para os países de língua portuguesa que, na ocasião, resumiam-se a Portugal e Brasil, foram iniciados, mas não seguiram adiante:

A última vez que me dirigi a V. Excia. Foi para comunicar a decisão tomada no mês de maio do corrente ano pela Comissão Nacional de Liturgia no sentido de submeter à Assembleia Geral do Episcopado, a se reunir em julho, um projeto de dissolução da Comissão Mista para tradução dos textos litúrgicos, permitindo que o Brasil elabore suas próprias traduções, mantendo em comum com Portugal apenas as respostas que cabem ao povo nos diálogos com o celebrante. (...) Creio que, com boa preparação da pauta, será possível resolver numa única reunião os assuntos pendentes e preparar o futuro intercâmbio que deve ser mantido. Os bispos brasileiros não desejam ficar vinculados, por motivos pastorais, mas desejam de todo coração um intercâmbio crescente com seus irmãos portugueses” (Isnard, 1968).

de um texto litúrgico na língua de um povo deve responder a muitos requisitos simultaneamente; c. Onde for aplicável, deve haver uma consulta acerca das traduções com bispos de regiões vizinhas e que utilizam a mesma língua; d. Em nações de várias línguas deve haver uma tradução para cada língua, a ser submetida aos bispos envolvidos para fins de um cuidadoso exame; e. Deve-se dar especial atenção à alta qualidade dos livros usados pelo povo para a leitura do texto litúrgico em vernáculo, de modo que até a aparência dos livros possa levar a uma maior reverência à Palavra de Deus e aos objetos sagrados. 41. Os serviços litúrgicos realizados em qualquer lugar para o povo de uma língua estrangeira, especialmente para imigrantes, membros de uma paróquia pessoal, ou outros grupos semelhantes, podem ser legalmente celebrados, com o consentimento do Ordinário local, na língua nativa destes fiéis. Tais celebrações devem conformar-se aos limites estabelecidos para o uso do vernáculo e à tradução aprovada pela autoridade eclesiástica territorial competente para a língua em questão. 42. Melodias para as partes a serem cantadas em vernáculo pelo celebrante e os ministros devem ter a aprovação da autoridade eclesiástica territorial competente. 43. Livros litúrgicos particulares legalmente aprovados antes da promulgação da Constituição sobre a Liturgia e indultos concedidos até então, a menos que estejam em conflito com a Constituição, permanecem em vigor até que outras disposições sejam emanadas ao passo em que se completa a reforma da liturgia, no todo ou em parte.

Com a proposta de mesa abundante da Palavra de Deus (SC, nº 7, 24, 35, 51, 92, 106, 109, 112 e 121³³), todos os livros litúrgicos foram, naturalmente, afetados em sua constituição na reforma de seus lecionários: não há uma única celebração litúrgica que seja realizada sem a proclamação da Palavra de Deus como parte integrante da ação ritual. A preparação dos lecionários da missa do Vaticano II realizada pela Igreja no Brasil teve como contexto a receptividade das reformas propostas neste Concílio e deve ser compreendida em conjunto com a dos demais livros litúrgicos, sobretudo com a do Missal Romano, uma vez que o lecionário é parte fundamentalmente constituinte deste livro, ainda que suas particularidades sejam observadas.

³³ SC: Presença de Cristo na Liturgia, n. 7: Para realizar tão grande obra, Cristo está sempre presente na sua igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro – “O que se oferece agora pelo ministério sacerdotal é o mesmo que se ofereceu na Cruz” quer e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos Sacramentos, de modo que, quando alguém batiza, é o próprio Cristo que batiza. Está presente na sua palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta, Ele que prometeu: “Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, Eu estou no meio deles” (Mt. 18, 20); O lugar da Sagrada Escritura, n. 24: É enorme a importância da Sagrada Escritura na celebração da Liturgia. Porque é a ela que se vão buscar as leituras que se explicam na homilia e os salmos para cantar; com o seu espírito e da sua inspiração nasceram as preces, as orações e os hinos litúrgicos; dela tiram a sua capacidade de significação as ações e os sinais. Para promover a reforma, o progresso e adaptação da sagrada Liturgia, é necessário, por conseguinte, desenvolver aquele amor suave e vivo da Sagrada Escritura de que dá testemunho a venerável tradição dos ritos tanto orientais como ocidentais; A conexão entre a palavra e o rito, n. 35: Para se poder ver claramente que na Liturgia o rito e a palavra estão intimamente unidos: 1) Seja mais abundante, variada e bem adaptada a leitura da Sagrada Escritura nas celebrações litúrgicas. Revisão dos textos com mais leituras bíblicas, n. 51: Prepare-se para os fiéis, com maior abundância, a mesa da Palavra de Deus: abram-se mais largamente os tesouros da Bíblia, de modo que, dentro de um período de tempo estabelecido, sejam lidas ao povo as partes mais importantes da Sagrada Escritura; Normas para a reforma, n. 92: Quanto às leituras, sigam-se estas normas: a) Ordenem-se as leituras da Sagrada Escritura de modo que se permita mais fácil e amplo acesso aos tesouros da palavra de Deus; b) Faça-se melhor seleção das leituras a extrair das obras dos Santos Padres, Doutores e Escritores eclesiais; c) As “Paixões” ou vidas dos Santos sejam restituídas à verdade histórica; Domingo e festas do Senhor, n. 106: Por tradição apostólica, que nasceu do próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, no dia que bem se denomina dia do Senhor ou domingo. Neste dia devem os fiéis reunir-se para participarem na Eucaristia e ouvirem a palavra de Deus, e assim recordarem a Paixão, Ressurreição e glória do Senhor Jesus e darem graças a Deus que os “regenerou para uma esperança viva pela Ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos” (1Pd 1,3) (...); A Quaresma, n. 109: Ponham-se em maior realce, tanto na Liturgia como na catequese litúrgica, os dois aspectos característicos do tempo quaresmal, que pretende, sobretudo através da recordação ou preparação do Baptismo e pela Penitência, preparar os fiéis, que devem ouvir com mais frequência a Palavra de Deus e dar-se à oração com mais insistência, para a celebração do mistério pascal; Música Sacra: Importância para a Liturgia, n. 112: A tradição musical da Igreja é um tesouro de inestimável valor, que excede todas as outras expressões de arte, sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da Liturgia solene. Não cessam de a enaltecer, quer a Sagrada Escritura, quer os Santos Padres e os Romanos Pontífices, que ainda recentemente, a começar em S. Pio X, vincaram com mais insistência a função ministerial da música sacra no culto divino; n. 121: Os textos destinados ao canto sacro devem estar de acordo com a doutrina católica e inspirar-se sobretudo na Sagrada Escritura e nas fontes litúrgicas.

2.3.2 O método da elaboração dos lecionários no Brasil

Ao serem iniciados os trabalhos no Brasil, houve como ponto de partida a escolha sobre o tipo de tradução: tradução fiel, adaptada ao povo ou formulação de textos novos? Era preciso observar as orientações da Sé Apostólica, presentes na Instrução *IO*. Foi escolhida, então, uma “tradução fiel ao conteúdo do original latino, adaptada à linguagem erudita, mas ao alcance do povo em geral” (Beckhäuser, 2001, p. 66). Necessária também foi a adaptação do lecionário ao calendário litúrgico brasileiro:

Depois da missa durante a oitava de Natal, faltam as indicações para o caso de se celebrar, nos dias 29 ou 31 de dezembro as festas de São Tomás Becket, resp. de São Silvestre; talvez não seja muito provável que em algum lugar do Brasil estas festas sejam de 1ª classe; mas para o lecionário ser completo, deveria conter estas indicações (Lerchner, 1966).

Os livros litúrgicos foram, no processo, estabelecendo um ritmo de trabalho baseado em: tradução-base feita por um perito em latim; constituição de um grupo de trabalho composto por uma média de cinco a seis especialistas em áreas tocantes ao material elaborado (Bíblia, literatura, teologia, pastoral, música...) para a revisão dele, com determinada periodicidade, na qual eram observadas as críticas das traduções-base e o estudo dos textos que eram publicados em outras línguas; envio aos bispos e a outros especialistas para considerações. Nessa fase, houve pouco retorno/participação das comunidades nas avaliações dos documentos; correções aos apontamentos recebidos desses últimos, observando com maior atenção as partes nas quais havia divergência de opiniões entre teologia e liturgia, recorrendo-se às respectivas comissões nacionais; aprovação do texto (provisório ou definitivo) pela Comissão Central ou Assembleia e envio à Santa Sé para confirmação (Beckhäuser, 2001, p. 70-71).

O método adotado para a elaboração do lecionário da missa no Brasil, apesar de suas semelhanças com o dos demais livros, teve suas peculiaridades. Pode ser percebido em seis arcos temporais, indo do ano de 1969 ao ano de 1996:

1) Ano de 1969: a partir da publicação do *OLM* surgem os primeiros lecionários ao redor do mundo (Beckhäuser, 2001, p. 83). O Brasil se utiliza de alguns como referência para iniciar o seu trabalho. Os textos do lecionário da França e da Bíblia de

Jerusalém (edição francesa) são citados nos registros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil³⁴;

2) de 1971 a 1973: início dos trabalhos e publicação das primeiras propostas de lecionários, de forma independente ou arquetípica e natureza elementar (Beckhäuser, 2001, p. 84);

3) de 1973 a 1981: fase experimental dos textos produzidos. Em 1981, na 19ª Assembleia Geral da Conferência dos Bispos do Brasil³⁵ é definido um plano de trabalho para a versão definitiva dos lecionários. Nela, foi sugerida a escolha de uma das Bíblias existentes no cenário brasileiro para servir de texto de referência, mas nenhuma das apresentadas para análise atendia perfeitamente à proposta. Decidiu-se então, além de fazer a tradução direta da edição típica a partir de um cronograma que levaria os trabalhos com os três lecionários (dominical e festivo, santoral e ferial) de 1981 a 1987, a elaboração de uma Bíblia Catequético-Litúrgica. Esta Bíblia é a hoje conhecida como Bíblia da CNBB, lançada no ano de 2001 (Beckhäuser, 2001, p. 86);

4) de 1981 a 1987: A partir do cronograma elaborado, o trabalho iniciou-se pelo Lecionário Dominical e delongou-se muito além do esperado: além dos desafios próprios da tradução e da revisão dos textos, surgiram também durante esse período a primeira e a segunda edição típica do *OLM* e da Nova Vulgata, texto bíblico proposto para uso na liturgia (Beckhäuser, 2001, p. 85);

5) ano de 1987: Publicação do Lecionário dos Domingos e Festas A, B e C. Na 25ª Assembleia Geral da CNBB a tradução teve boa acolhida. A questão do tratamento da pessoa, entretanto, recebeu numerosas críticas, sendo decidido, ao final, o uso do tratamento na segunda pessoa – tu e vós; A Bíblia Pastoral foi cogitada para ser usada como tradução de referência, mas a proposta não foi adiante pelo fato de tal tradução não corresponder à questão do tratamento – tu e vós – escolhido (Beckhäuser, 2001, p. 85);

³⁴ Alguns exemplos oriundos do trabalho do Pe. Pedro Lerchner (1966, p. 8-9): Gradual: Depois da 2ª leitura do sábado das Têmporas: “Nos céus colocou uma tenda para o sol” (*In sole posuit tabernaculum suum*); Lectionnaire français: *Dans le soleil il a dressé sa tente*; *Le Psautier de la Bible de Jerusalem*, p. 38: *Là-haut, pour le soleil, il dresse une tente*; por isso pode ser que a tradução corresponda ao texto original hebraico; ao texto latino do missal não corresponde; 5ª leitura do sábado das Têmporas: falta uma linha: *et excussit flammam ignis de fornace*; *Lectionnaire: il écarta la flamme du foyer*.

³⁵ Doravante CNBB.

6) de 1987 a 1996: Fase final dos trabalhos com os lecionários atuais usados no Brasil. Deu-se após as reverberações da 25ª Assembleia da CNBB e nova organização do cronograma de trabalho. Sob a orientação de Dom Clemente Isnard e a coordenação do Pe. João Luís Morgano, assessorado pela Ir. Lucila Maia de Mendonça (Beckhäuser, 2001, p. 86), foi levantado o elenco dos textos bíblicos a serem usados nas celebrações eucarísticas e iniciado o trabalho definitivo realizado na tradução dos lecionários, que se materializou como uma obra de vários peritos, resultando em diferenças entre as traduções dos livros pois, apesar do desejo inicial da comissão de haver uma tradução uniforme e igualmente estilosa em termos literários, Dom Clemente admite a irrealidade em termos de tempo para o desenvolvimento de um projeto como esse: “era inexequível confiar toda a tradução a uma só pessoa, como pensamos no início. A necessidade de colocar os novos textos no uso litúrgico nos obrigou a aceitar esse método, válido, mas imperfeito” (Isnard, 1994, p. 7).

Dentre os tradutores, é nome bastante presente no início dos trabalhos, registrado nos arquivos da linha 4 da CNBB, o do Pe. Pedro Lerchner. Destacam-se também Frei Bruno Palma, OP, para o Pentateuco e para os Livros Históricos, Frei Ludovico Garmus para a tradução do Livro do Profeta Ezequiel, o prof. José Sá Porto para a tradução dos outros Livros Proféticos, e Domingos Zamagna para os Livros Sapienciais. A partir de então, foram feitas as revisões teológicas, linguísticas e litúrgico-pastorais, através de comissões da CETEL (Comissão Episcopal para Textos Litúrgicos – CNBB), e dadas as confirmações dos textos para uso litúrgico por Roma (Beckhäuser, 2001, p.86).

Com as etapas burocráticas sendo finalizadas, a montagem e publicação da versão em uso atualmente foi ocorrendo de maneira gradativa: em 1993, o Lecionário para os Domingos e Festas A-B-C, em 1994, o Lecionário Semanal e em 1996, o Lecionário para as Festas dos Santos, dos Comuns, para Diversas Necessidades e Votivas (Beckhäuser, 2001, p.86). No processo houve um trabalho conjunto das editoras Paulus e Paulinas para a publicação dos livros, pois antes da década de 90 as publicações dessas editoras eram feitas de forma conjunta. Após, a linha editorial foi dividida e as publicações dos livros litúrgicos ficaram sob a responsabilidade da Editora Paulus (I Lecionário, 1995, p.7).

2.3.3 Apresentação do lecionário do Concílio Vaticano II para o Brasil:

O Lecionário da missa elaborado pela Igreja no Brasil é apresentado em três volumes. A volumetria extensa é um dos traços característicos da reforma desse livro, proposta pelo Vaticano II. As perícopes são organizadas a partir do método de leitura litúrgica³⁶ e estão dispostas em três volumes: o Lecionário Dominical, contendo as leituras cíclicas dos domingos e festas dos anos A, B e C, o Lecionário Semanal, contendo as leituras cíclicas dos tempos litúrgicos e dos anos pares e ímpares, e o Lecionário Santoral, com as leituras para as Missas dos Santos, dos Comuns, para diversas necessidades e votivas. Neles é possível encontrar formas breves para o texto do evangelho em algumas ocasiões litúrgicas³⁷.

É possível perceber que, diferente do modo como é disposto no calendário litúrgico, o Tempo Comum não perpassa a disposição das leituras do Lecionário, de modo que as leituras de cada tempo litúrgico são dispostas de uma só vez, em seu conjunto. Quer dizer: o ciclo natalino é encerrado com as perícopes da Solenidade da Epifania do Senhor, no Lecionário Dominical, e com suas conseguintes, no Lecionário Semanal, até o sábado. Em seguida, ao invés de iniciarem-se as leituras do primeiro ciclo do Tempo Comum, logo são apresentadas as do Ciclo Pascal, com a Quarta-Feira de Cinzas, início da Quaresma. Somente após o Ciclo Pascal, são dispostas integralmente as leituras do Ciclo Comum.

Em todos os volumes foram inseridas, além dos textos de ordem burocrática (aprovação, decretos, promulgação, apresentação...), a Introdução Geral ao Elenco de Leituras da Missa³⁸ que traz os eixos teológicos e pastorais para a celebração litúrgica da Palavra de Deus, algumas tabelas explicativas sobre a distribuição dos textos no calendário litúrgico e a lista de abreviaturas dos livros bíblicos.

A primeira edição oficial dos lecionários conta também com algumas ilustrações, que pontuam os tempos do calendário litúrgico, cedidas pela Editora Cristã Bergmoser + Höller Verlag, com sede em Aachen, Alemanha (II Lecionário, 1995).

³⁶ Em tal método, as leituras se dispõem em torno do tema central da celebração. Este assunto será abordado e desenvolvido no 3º capítulo deste trabalho.

³⁷ Exemplos de casos encontrados: Lecionário Dominical: Solenidade do Natal do Senhor (I LECIONÁRIO, pág. 71-73); Lecionário Santoral: Festa da Natividade de Nossa Senhora, em 8 de setembro; memória litúrgica de São João Crisóstomo, celebrada em 13 de setembro (III LECIONÁRIO, pág. 166-170).

³⁸ Doravante IELM.

2.3.3.1 Estrutura fundamental do lecionário dominical e festivo

O livro contendo as leituras da missa consiste num complexo esquema de composição, porque contém além delas também os cantos interlecionais, como o gradual/salmo responsorial, o antifonário e o sequenciário.

No lecionário para os domingos, solenidades e festas atualmente constam 601 perícopes que são distribuídas (e repetidas) nas 207 celebrações que compõem seu arcabouço litúrgico. Estas perícopes são acompanhadas de 69 graduais/salmos responsoriais³⁹ e três sequências⁴⁰, sendo duas obrigatórias e uma facultativa, próprias das solenidades e festas, cujo texto é o mesmo para estas celebrações nos anos A, B e C⁴¹, que formam o corpo dos cantos interlecionais.

Sua estrutura é formada por três leituras: a primeira sendo tomada por uma perícope do Antigo Testamento ou, no tempo pascal, dos livros dos Atos dos Apóstolos, no Novo Testamento, a segunda sendo tomada por uma perícope do Novo Testamento, e o Evangelho sendo organizado no esquema trienal, que consiste na distribuição das perícopes dos evangelhos sinóticos em três anos, denominados Ano A para o evangelista Mateus, Ano B para o evangelista Marcos e Ano C para o evangelista Lucas. As perícopes do Evangelho segundo João são distribuídas em tempos litúrgicos que se destacam do Tempo Comum pela teologia específica a eles atribuídos, como a Quaresma e a Páscoa, conforme o nº74 da Introdução ao Elenco de Leituras da Missa (Congregação..., 2021, p. 220).

2.3.3.2 Estrutura fundamental do lecionário semanal

O lecionário no qual estão dispostas as leituras a serem utilizadas nos dias de semana, chamado, por isso, semanal ou ferial, propõe um esquema de leituras pares e ímpares, assim denominadas pelo fato de estarem organizadas para serem lidas de acordo com a natureza do ano cívico corrente: se ímpar ou par⁴². Cabe

³⁹ Na missa, embora não exclusivamente, por também ser utilizado nas antífonas e cantos rituais (preparação das oferendas, distribuição da comunhão) o texto do salmo será proposto principalmente para o gradual, mas nem sempre o gradual é composto por um salmo.

⁴⁰ As sequências obrigatórias são as das solenidades da Páscoa do Senhor e de Pentecostes. A sequência facultativa é a da Solenidade de Corpus Christi.

⁴¹ Este número deve considerar as informações disponíveis no índice escriturístico e no sumário, bem como o esquema trienal já mencionado no texto, denominado Ano A, Ano B e Ano C, materializado em três livros contendo perícopes distintas distribuídas na mesma estrutura litúrgica.

⁴² A título de exemplo: as leituras realizadas nas semanas do ano cívico de 2023 serão, por este ser um número ímpar, as leituras do ano ímpar. No ano cívico de 2024, as leituras serão as destinadas ao ano par, por este ser um número par, e assim sucessivamente.

lembrar que se trata do livro de leituras para as celebrações cotidianas. Sendo assim, as solenidades e festas que ocorram em dia de semana⁴³, não terão seu elenco de leituras disposto nesse livro, mas nos demais lecionários, de acordo com sua propriedade⁴⁴.

É constituído de 854 perícopes, distribuídas nas leituras, antífonas e evangelhos das 368 celebrações, que compõem seu corpo. Não apresenta de forma direta o número de graduais/salmos responsoriais⁴⁵ que acompanham as perícopes, mas é possível prever um número significativo, dada a quantidade numerosa das celebrações que o constituem e a previsão de um salmo para cada uma delas, ainda que seja repetido ao longo de sua distribuição. No lecionário semanal não há sequências propostas para suas celebrações.

A escolha do Evangelho se refere ao tempo litúrgico. No Tempo Pascal é comum o uso do Atos dos Apóstolos, por exemplo. O Evangelho de João é lido durante o Natal, a Quaresma e a Páscoa. Ainda sobre ele, mesmo que o esquema para as leituras semanais seja par e ímpar, o evangelho segue a lógica trienal do lecionário dominical, cuja eleição se dá pelo texto do evangelista estabelecido para o ano em vigência. Por conter as leituras de um período maior, o dos dias da semana, é o mais robusto de todos.

2.3.3.3 Estrutura fundamental do lecionário para a missa dos santos e para diversas necessidades

Caso distinto é o do lecionário santoral. O que ocorre em sua estrutura é a maior variedade de perícopes para a escolha da leitura que antecede o gradual/salmo responsorial. Sua natureza é concebida de um elenco de leituras pensado para celebrações que perpassam o calendário litúrgico dos domingos e festas: “Estão colocados dessa maneira para que o celebrante os escolha à vontade, levando em consideração as necessidades pastorais da assembleia que participa da celebração, a não ser que se indique expressamente algo diferente” (III Lecionário, 1996, p. 18).

⁴³ Como é o caso de Corpus Christi e das festas dos santos que possam ser padroeiros nas comunidades locais.

⁴⁴ Serão dispostas no lecionário dominical e festivo as solenidades e no lecionário santoral as festas de 1ª, 2ª e 3ª classe para os santos.

⁴⁵ Este número deve considerar as informações presentes no índice escriturístico e no sumário, e o esquema bienal já mencionado no texto, denominado Ano Ímpar e Ano Par, materializado em duas sessões contendo perícopes distintas, distribuídas na mesma estrutura litúrgica.

São 507 perícopes, 71 salmos responsoriais, 6 cânticos do Antigo Testamento e 1 cântico do Novo Testamento⁴⁶ que compõem e perpassam o arcabouço dos formulários próprios dos santos (postos ao longo dos meses do ano civil), dos comuns (no aniversário da dedicação de uma igreja, de Nossa Senhora, dos mártires, dos pastores, dos doutores da Igreja, das virgens, de santos e santas), para diversas necessidades (pela Santa Igreja, pelo bem público, em diversas circunstâncias da vida pública, por algumas necessidades particulares) e das missas votivas. Formam um total de 267 formulários, nos quais esses textos são distribuídos, alguns integralmente (sobretudo nas solenidades e festas) e outros apenas com a indicação dos textos a serem lidos.

No lecionário santoral há apenas uma sequência, executada na memória obrigatória de Nossa Senhora das Dores, no dia 15 de setembro. Trata-se de uma sequência que “pode ser proclamada de modo facultativo, integralmente, ou na forma abreviada, a partir da estrofe: *Ó santa Mãe, por favor...” (III Lecionário, 1996, p. 174).

Há solenidades citadas, mas direcionadas para o lecionário dominical, no qual estarão indicadas as leituras. Exemplo: em 15 de agosto é celebrada a solenidade da Assunção de Nossa Senhora. No Brasil, entretanto, “esta solenidade é celebrada no domingo seguinte, quando o dia 15 não for domingo” (III Lecionário, 1996, p. 155). Há também celebrações que dispõem de mais de um corpo de leituras, quando são celebradas mais de uma vez ao dia (missa da vigília/missa do dia); é uma situação que ocorre na natividade de São João Batista, em 24 de junho, e na solenidade de São Pedro e São Paulo, apóstolos, em 29 do mesmo mês.

2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Na análise da história dos lecionários na vida da igreja e no contexto brasileiro, é possível notar a sua importância e influência na liturgia e na eclesiologia cristã ao longo dos séculos. Desde os primeiros manuscritos utilizados nas comunidades cristãs basilares até a edição do lecionário reformado pelo Concílio Vaticano II, esses recursos desempenharam um papel fundamental na liturgia e na transmissão das Sagradas Escrituras. Essa prática da leitura da Bíblia na liturgia contribuiu

⁴⁶ Este número deve considerar as informações presentes no índice escriturístico e no sumário, bem como a natureza própria desse lecionário, que apoia as celebrações dominicais e semanais na vida da Igreja no Brasil e no mundo.

consideravelmente para a formação espiritual e teológica dos cristãos, possibilitando uma compreensão abrangente da Palavra de Deus e sua aplicação nas diversas épocas e contextos.

O itinerário histórico deste primeiro capítulo aponta traços fundamentais no percurso redacional dos lecionários que auxiliam no entendimento teológico de tais livros e na compreensão de sua história no Brasil, levando a perceber as direções tomadas no trabalho realizado a partir do Concílio Vaticano II e nos eixos motivadores do processo, sendo o principal deles a recepção do livro de leituras da missa em sua constituição pós-conciliar às diferentes realidades do cenário litúrgico-pastoral brasileiro.

Partir das ocorrências bíblicas acerca do tema permite notar a longevidade da prática da leitura dos textos sagrados no âmbito litúrgico e na manutenção desta na estrutura ritual do cristianismo após seu estabelecimento como religião, ainda que com formas típicas.

Há de se debruçar um olhar à vivência dessa prática com o passar do tempo, sobretudo na observada redução da quantidade de leituras bíblicas proclamadas nas celebrações litúrgicas, comprometendo a compreensão de seu espaço na ação ritual a partir de diversos fatores, como o processo de sacerdotalização e o rigor técnico e científico próprio da época do Iluminismo. Tal atenção é fundamental para que se observe como se deu o resgate da abundância da Palavra de Deus na liturgia a partir da reforma dos livros litúrgicos promovida pelo Concílio Vaticano II, em 1965.

É a partir desse movimento que a Igreja no Brasil inicia seu processo de trabalho para a recepção da reforma litúrgica, materializada em diversas nuances, entre as quais os lecionários. As modificações litúrgicas ocorridas ao longo do tempo, de modo particular nesta reforma, na qual se deram mudanças significativas nos livros litúrgicos, desde sua estrutura teológica à tradução de seus textos para a língua vernácula demonstram a capacidade dos lecionários de se adaptarem e dialogarem com as diferentes realidades e expressões de fé presentes no Brasil e no mundo. Demonstram também a força e a vivacidade da Igreja local na recepção de tal reforma, a partir do processo de trabalho vivenciado na preparação, publicação e atualização do lecionário. Naturalmente, muitos desafios foram surgindo ao longo do processo. Os problemas levantados se deram sobretudo em função dos trabalhos com a tradução dos textos: a escolha do estilo (erudito ou popular), o uso do texto-base (tradução dos originais ou da Vulgata? Bíblia de referência?), o método a ser

estabelecido, os grupos a quem ser confiado (trabalho em equipe ou confiado a apenas uma pessoa).

Diante desse panorama, conclui-se que, ainda que seu processo de composição e atualização não esteja isento de desafios, os lecionários desempenharam e continuam a desempenhar um papel fundamental na vida da Igreja, de modo particular no cenário brasileiro, pois tornaram-se, ao longo do tempo, o depósito da memória do elo entre as Sagradas Escrituras e a Tradição da Igreja.

3 A TEOLOGIA DO LECIONÁRIO DA MISSA

As Sagradas Escrituras e a liturgia desempenham um papel central na vivência pastoral e celebrativa da Igreja, proporcionando um espaço ritual para a comunhão e a reflexão espiritual dos fiéis. Neste contexto, a Liturgia da Palavra assume uma posição de destaque, pois é nela que as Sagradas Escrituras são proclamadas, interpretadas e meditadas pela comunidade de fé. No entanto, a maneira como essas leituras são selecionadas e apresentadas aos fiéis desempenha um papel crucial na compreensão e na vivência da fé cristã. É neste cenário que se insere a teologia do lecionário para as celebrações eucarísticas.

Este capítulo aponta o itinerário da redescoberta da Palavra de Deus na vida da Igreja à luz do Concílio Vaticano II e busca lançar luzes sobre o papel vital das Sagradas Escrituras na comunicação da fé cristã através do uso lecionário em sua liturgia, explorando os aspectos teológicos e sua relevância na concepção do lecionário elaborado pela Igreja no Brasil. Debruça-se sobre os pontos específicos da IELM que tratam da Palavra de Deus na missa como chave hermenêutica para o uso dos lecionários nas celebrações e sua conexão intrínseca com o ano litúrgico. Compreendendo a Liturgia da Palavra como uma ação ritual que manifesta a comunicação entre Deus e seu povo, examina-se a maneira como as Sagradas Escrituras são incorporadas à ação litúrgica e como o Lecionário desempenha um papel central na proclamação dessa Palavra. Além disso, é considerado também o papel da arte na concepção gráfica do lecionário como meio de comunicar sua teologia.

No contexto específico da liturgia católica no Brasil, é averiguada a teologia expressa no lecionário traduzido para as comunidades do país. Destaca-se a importância de manter a tradição do rito romano para seus livros litúrgicos ao mesmo tempo em que se busca proporcionar a compreensão num contexto de passagem e adaptação da língua latina à língua vernácula, sobretudo num país com diversas variações linguísticas. Explorando o processo de composição do lecionário a partir de uma ótica particular, reflete-se acerca dos caminhos seguidos nesse trabalho para a manutenção da unidade da Igreja através da organização das perícopes e do calendário litúrgico, da prioridade dada ao lecionário dominical e festivo e da influência da religiosidade popular brasileira na concepção do lecionário santoral.

3.1. A PALAVRA DE DEUS À LUZ DO VATICANO II

3.1.1 Da instrução à comunicação: as Sagradas Escrituras como chave comunicadora da revelação divina

As Sagradas Escrituras ocupam grande papel na expressão da comunidade dos fiéis, além de, fundamentalmente, materializarem a relação de comunicação entre Deus e seu povo. De acordo com a teologia proposta pelo Concílio Vaticano II, são consideradas a “chave comunicadora da revelação divina”, como afirma *Dei Verbum*¹, nº 7. Nelas, encontramos a Palavra de Deus, transmitida por meio dos autores humanos, pela ação e inspiração do Espírito Santo, portanto são um testemunho vivo da presença de Deus na história. Esse aspecto comunicativo na relação entre Deus e seu povo influenciou profundamente a teologia conciliar e ajuda a compreender o princípio da participação ativa em matéria de liturgia. O Concílio enfatizou a importância da Palavra de Deus como fundamento da fé e da vida dos cristãos, pois contém a revelação divina necessária para a salvação e deve ser lida, estudada, interpretada e celebrada dentro da tradição viva da Igreja (*DV* nº 8).

Nas Sagradas Escrituras, a revelação divina não é estática, mas dinâmica e inesgotável. Esse dinamismo se faz presente na vida da Igreja ao longo dos anos, cuja revelação divina não cessa de ocorrer na vida cotidiana, em constante desenvolvimento, em consonância com a tradição cristã. É possível notar uma linha evolutiva, por exemplo, que se manifesta nas diferenças consideráveis da linguagem utilizada pelas constituições dogmáticas *Dei Filius*², do Concílio Vaticano I em 1870, e *DV*, do Concílio Vaticano II em 1965, ao tratarem sobre a revelação divina por meio de sua Palavra. Segundo *DF*, cap. II, § 1³:

A mesma Santa Madre Igreja professa e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza na luz natural da razão humana através das coisas criadas; de fato, as coisas invisíveis dele são conhecidas pela inteligência da criatura humana por meio das coisas que foram feitas (Rm 1,20). Porém, aprova à Sua bondade e à Sua sabedoria revelar-se e os decretos da Sua vontade aos homens por outro meio, o sobrenatural, conforme diz o Apóstolo: "Deus, que muitas vezes e de várias

¹ Doravante *DV*.

² Doravante *DF*.

³ *Eadem Sancta Mater Ecclesia tenet et docet, Deum, rerum omnium principium et finem, naturali humanae rationis lumine e rebus creatis certo cognosci posse; invisibilia enim ipsius, a creatura mundi, per ea quae facta sunt, intellecta, conspiciuntur (Rom. I.): attamen placuisse eius sapientiae et bonitati, alia, eaque supernaturali via se ipsum ac aeterna voluntatis suae decreta humans generi revelare, dicente Apostolo: Multifariam, multisque modis olim Deus loquens patribus in Prophetis: "novissime, diebus istis locutus est nobis in Filio" (Hebr. I, 1-2).*

maneiras falou outrora aos pais pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho” (Hb 1,1-2).

E, no nº 1 da *DV*:

O sagrado Concílio, ouvindo religiosamente a Palavra de Deus proclamando-a com confiança, faz suas as palavras de S. João: “anunciamo-vos a vida eterna, que estava junto do Pai e nos apareceu: anunciamo-vos o que vimos e ouvimos, para que também vós vivais em comunhão conosco, e a nossa comunhão seja com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo” (1 Jo 1,2-3). Por isso, segundo os Concílios Tridentino e Vaticano I, entende propor a genuína doutrina sobre a Revelação divina e a sua transmissão, para que o mundo inteiro, ouvindo, acredite na mensagem da salvação, acreditando espere, e esperando ame.

Ao partir dessa análise, abre-se um caminho de compreensão da revelação divina cuja reinterpretação dos concílios anteriores⁴ direciona o foco para a Palavra de Deus como a autoridade máxima, aliada à tradição oriunda do magistério da Igreja. É sair de uma metodologia da instrução como imposição para uma metodologia da comunicação como proposição, na qual a revelação que ocorre nas Sagradas Escrituras recebe a interpretação que vem da tradição cristã.

Essa metodologia baseada no gesto comunicativo entre Deus e seu povo, é manifestada no ambiente litúrgico sob diversos aspectos da ação ritual, incluindo também os livros litúrgicos, e permite constituir a fundamentação sobre o peso da Palavra de Deus na celebração dos sacramentos e, conseqüentemente, na vida da comunidade, que é alimentada por essa Palavra e instruída à sua luz. Contudo, ainda que com diferente linguagem e proposta, tal questão já era percebida pelo Concílio Vaticano I e apresentada na *DF*, cap. II, §1⁵:

(...) Esta Revelação sobrenatural, segundo a fé da Igreja universal, proclamada também pelo santo Concílio de Trento, está contida nos livros escritos e nas tradições não escritas recebidas pelos Apóstolos da mesma boca de Cristo ou pelos Apóstolos da mesma boca de Cristo ou pelos Apóstolos, inspirados pelo Espírito Santo, transmitidos de geração em geração a nós [Conc. Trid., Sess. IV, Decreto DeCan. scripts.]. Ora, estes livros, tanto do Antigo como do Novo Testamento, intactos em todas as suas

⁴ No próêmio da *DV*, elenca-se os últimos concílios que trataram do tema da revelação divina: Trento (1545), Vaticano I (1869) e Vaticano II (1961).

⁵ (...) *Haec porro supernaturalis revelatio, secundum universalis Ecclesiae fidem, a sancta Tridentina Synodo declarata, continentur in libris scriptis et sine scripto traditionibus, quae ipsius Christi ore ab Apostolis acceptae, aut ab ipsis Apostolis Spiritu sancto dictante quasi per manus traditae, ad nos usque pervenerunt (Conc. Trid. sess. IV Decr. de Can. Script.). Qui quidem veteris et novi Testamenti libri integri cum omnibus suis partibus, prout in eiusdem Concilii Decreto recensentur, et in veteri vulgata latina editione habentur, pro sacris et canonicis suscipiendi sunt. Eos vero Ecclesia pro sacris et canonicis habet, non ideo quod sola humana industria concinnati, sua deinde auctoritate sint approbati; nec ideo dumtaxat, quod revelationem sine errore contineant; sed propterea quod Spiritu Sancto inspirante conscripti Deum habent auctorem, atque ut tales ipsi Ecclesiae traditi sunt.*

partes, como são numerados no decreto do mesmo Concílio e como se encontram traduzidos na antiga edição latina, devem ser considerados sagrados e canônicos. A Igreja os considera sagrados e canônicos não porque, compostos por obra humana, tenham sido posteriormente aprovados por sua autoridade, nem porque contenham a Revelação divina sem erro, mas porque, tendo sido escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm Deus como autor e como tal foram confiados à Igreja.

A ligação entre a Tradição e as Sagradas Escrituras apontada com veemência nos documentos de ambos os concílios é notável: A *DV* dedica um de seus pontos para apontar que “ambas têm uma origem divina comum, emanando da mesma fonte celestial, e compartilham um propósito fundamental” (*DV*, nº 9). As Sagradas Escrituras são consideradas a palavra de Deus quando registradas sob a inspiração do Espírito Santo, enquanto a sagrada Tradição, por sua vez, por meio dos sucessores dos Apóstolos, transmite com fidelidade a mensagem de Deus confiada por Cristo e pelo Espírito Santo. Ambas, portanto, são dignas de consideração no ensino e na transmissão da fé cristã (*DV*, nº 9). Nesse sentido, o reconhecimento eclesiástico⁶ da relação intrínseca e do valor capital entre elas enfatiza o papel fundamental das Sagradas Escrituras como o meio primordial de comunicação da revelação divina, abordada em ambos os concílios. As Sagradas Escrituras desempenham uma função central na expressão da fé da comunidade dos fiéis, sendo considerados um testemunho vivo da presença de Deus na história. Resgatando as observações dos concílios anteriores, o Concílio Vaticano II ressaltou a importância da Palavra de Deus como base para a vida e a crença dos cristãos, destacando a necessidade de ler, estudar, interpretar e celebrar esses textos segundo a Tradição da Igreja, como forma de atualizá-los. Cria-se uma conexão entre a Tradição e as Sagradas Escrituras, reconhecendo que ambas têm a mesma origem divina e se complementam e, portanto, ambas devem ser recebidas e trabalhadas com igual consideração e respeito.

⁶*DV*, nº 9: A sagrada Tradição, portanto, e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim. A Sagrada Escritura é a palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito Santo; a sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, para que eles, com a luz do Espírito de verdade, a conservem, a exponham e a difundam fielmente na sua pregação; donde resulta assim que a Igreja não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência.

3.1.2 Dimensão cristológica e pneumatológica das Sagradas Escrituras na liturgia e na vida da Igreja

Os pilares teológicos da renovação litúrgica do Vaticano II surgiram a partir de uma exegese histórico-crítica da revelação de Deus a seu povo segundo às Sagradas Escrituras. Reconhecendo sua estrutura eclesiológica como institucionalizante e rubricista, a Igreja experimentou de diferentes direções o chamado à atualização de sua expressão de fé, tendo como iluminação fundamental a sua origem. Escreve Giuseppe Midilli:

O movimento litúrgico também foi um fator de inspiração renovadora da visão eclesiológica, que passou de uma percepção de Igreja-instituição à de Igreja-mistério da fé, superando a noção sociológica e jurídica. A própria ideia do Corpo Místico de Cristo foi uma das ideias principais da renovação eclesiológica destes vinte anos e teve um papel decisivo no movimento litúrgico, a ponto de se integrar por necessidade com a noção de povo de Deus. A liturgia favoreceu a descoberta e a compreensão do mistério da Igreja e orientou os fiéis a viverem-no no contexto da comunidade de culto, reunida em torno de seus ministros. Esta renovada consciência da natureza sacerdotal do povo de Deus é um dos elementos que então determinaram os princípios teológicos da reforma litúrgica e que nortearam a reflexão do movimento litúrgico e do Concílio sobre a linguagem a ser usada no contexto **celebrativo (Midilli, 2016).**

Para a inspiração renovadora, um fundamento: a presença de Cristo na Liturgia é um tema central na compreensão da fé cristã. Através dos sacramentos, da leitura das Sagradas Escrituras e da oração comunitária, os fiéis experimentam essa atuação cristológica e participam do seu sacrifício redentor na concessão da graça sacramental (SC, nº 7). A liturgia é vista como o exercício da função sacerdotal de Cristo, onde os sinais sensíveis utilizados na celebração significam e realizam a santificação dos fiéis. É considerada, portanto, uma ação sagrada por excelência, na qual o “corpo místico” de Cristo, que é a Igreja, presta culto a Deus de forma pública e integral. Esse culto é prestado no Espírito Santo, que caminha com a Igreja desde o princípio. A ausência de uma abordagem mais expressiva da pneumatologia, todavia, é uma questão notável: na SC, por exemplo, enquanto o modelo cristocêntrico aparece bem delineado em seus pilares, a palavra “Espírito Santo” só é mencionada quatro vezes⁷. Tais menções, no entanto, corroboram o papel de doador e colaborador direto na ação salvífica de Cristo e na vida da Igreja e possibilitam a compreensão de

⁷ O termo aparece nos nº 5, 6 e 43 da SC.

que é por meio da Liturgia que Deus é glorificado e a pessoa humana é santificada, salientando a eficácia única e incomparável do culto divino (SC, nº 7).

Como modelo que expressa a realidade trinitária em meio à Igreja, o centro da ação litúrgica se dá na ação trinitária, na qual o Cristo é ofertado ao Pai como oferenda perfeita, pela ação do Espírito Santo. Diante dessa compreensão, os textos litúrgicos, da Liturgia da Palavra à Liturgia Eucarística são oriundos desse direcionamento, na compreensão de que as ações individuais e comunitárias se plenificam nele. É possível perceber, como exemplo, a composição da antífona para o evangelho proclamado na festa da Natividade de Nossa Senhora, onde se canta: "Sois feliz, virgem Maria, e mereceis todo louvor, pois de vós se levantou o Sol brilhante da justiça, que é Cristo, nosso Deus, pelo qual nós fomos salvos." (III Lecionário, 1997, p. 154). Ao exaltar Maria, mãe de Jesus, a comunidade reconhece o papel fundamental dela na história da salvação e, destacando sua relação especialmente maternal, reflete sobre o seguimento do Cristo através da humildade e da acolhida do projeto de Deus características de Maria, ressaltando a centralidade divina para o gesto litúrgico ali realizado.

Através das Sagradas Escrituras, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, a comunidade de fiéis é introduzida a uma narrativa contínua de redenção, na qual Cristo é o ponto culminante e a chave interpretativa de toda a revelação divina. De acordo com a leitura cristã, no Antigo Testamento são encontrados símbolos, profecias e prefigurações que apontam para a vinda do Messias. Tais textos lançam o alicerce para a preparação da vinda de Cristo. No Novo Testamento dá-se a realização dessas promessas e a revelação plena de Deus em Jesus Cristo. Ele é retratado como o cumprimento de todas as profecias messiânicas do Antigo Testamento, fazendo ele mesmo referência a tais textos ao longo dos Evangelhos (Jo 5,39)⁸.

O Novo Testamento foi composto de forma a gerar uma estreita relação com o Antigo Testamento por meio da figura de Jesus Cristo, de maneira que demonstra a

⁸ No mesmo sentido cf. Mt 5,17-18: "Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra"; Mc 12,10-11: "Nunca lestes esta Escritura: A pedra que os construtores rejeitaram, essa veio a ser a principal pedra, angular; isto procede do Senhor e é maravilhoso aos nossos olhos?"; Lc 24,44: "E disse-lhes: São estas as palavras que vos disse estando ainda convosco: que convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos".

continuidade da revelação divina ao longo da história e como tudo converge para a pessoa e obra de Jesus, sendo também é entendido e ensinado pelos padres dos primeiros séculos do Cristianismo, em suas catequeses litúrgicas (De Zan, 2015, p. 73). Através da tipologia, a teologia patrística deixou exemplos desse esforço de demonstração de continuidade entre o AT e o NT. Podemos citar como exemplo “a similitude que liga Melquisedec a Jesus permite que Ambrósio afirme que o “*auctor sacramentorum*” é tanto um como outro; (...) os dois personagens não são realmente dois, mas um só”, diz Enrico Mazza (2020, p. 64). Em Cirilo de Jerusalém, a tipologia “não se trata de ver uma coisa presente na outra, mas passar de uma coisa à outra” (Mazza, 2020, p. 185): “Agora passa comigo das coisas antigas às novas, do tipo à verdade. Lá, Moisés enviado por Deus no Egito; aqui, o Cristo enviado do seio do Pai ao mundo (...)” (Cirilo de Jerusalém, homilia 1,3 apud Mazza, 2020, p. 185). Tais referências apontam o objetivo da centralidade do Cristo na ritualidade sacramental através de sua Palavra: ele é o elo que une as duas partes das Sagradas Escrituras, revelando a plenitude do plano salvífico de Deus e proporcionando a esperança e a salvação para toda a humanidade.

3.1.3 A Palavra de Deus na Liturgia sob a *Sacrosanctum Concilium*

Para destacar a centralidade de Cristo na liturgia, especialmente em sua Palavra, é fundamental uma compreensão da teologia da liturgia expressa à luz do Vaticano II na SC, pois dela derivam os pontos sobre a visão acerca da importância da Palavra de Deus no gesto proclamativo da assembleia litúrgica, de onde e para quem é proclamada e meditada nas celebrações litúrgicas. A leitura da Palavra de Deus na liturgia une a comunidade dos fiéis, alimenta sua fé e os capacita a viverem à sua luz.

As Sagradas Escrituras na celebração da Liturgia são fundamentais: conforme ensina o Concílio, são a fonte de onde são retiradas as leituras que são proclamadas durante a Liturgia, sejam elas do Antigo ou do Novo Testamento. Essas leituras são cuidadosamente selecionadas para fornecer uma compreensão mais profunda da mensagem divina e sua relação com a vida dos fiéis, ganhando significado e profundidade. Também inspiram as preces, as orações e os hinos litúrgicos. Os textos bíblicos usados na liturgia fornecem a base teológica e espiritual para as orações que são recitadas ou cantadas durante a celebração (SC nº 24). Através da leitura e do

estudo das Escrituras, os fiéis são nutridos espiritualmente e são capacitados a participar plenamente na Liturgia, compreendendo sua relevância para suas vidas e sua relação com Deus.

A SC destaca também a relação fundamental entre a Palavra de Deus e os ritos litúrgicos, os colocando em íntima consonância, sobretudo em seu alicerce teológico, pois reforça o desejo de uma abundante, variada e bem adaptada leitura litúrgica dos textos bíblicos durante o rito, bem como a valorização da partilha da mensagem que estes comunicam, através da pregação. Também destaca a importância da celebração da Palavra, sobretudo nos dias significativos do calendário litúrgico e sob a presidência dos diáconos e ministros extraordinários (SC, nº 35). Este modelo celebrativo encontra no Brasil um lugar propício para ser vivenciado, dada a vastidão territorial do país, a insuficiência de ministros ordenados para o atendimento das comunidades e o comprometimento pastoral crescente que possibilita o despertar para a multiplicidade ministerial da Igreja. Teologicamente, reafirma a fé na presença de Cristo entre os seus, quando reunidos em seu nome (Bíblia [...], Mt 18,20) para celebrarem seus mistérios manifestados no tempo e na história, para além dos ritos sacramentais (CNBB, Doc. 52, nº 7).

O documento elucidava a Palavra de Deus como “porta de entrada” por meio da qual os fiéis são instruídos para a compreensão dos mistérios divinos na ação ritual, de modo que sua participação seja consciente e ativa, como deseja o Concílio. Essa participação consciente leva a uma maior entrega e à plena unidade da assembleia celebrante, porque está a fazer a ação ritual de forma independente, cada um à sua função (SC, nº 48).

É nesse sentido, partindo de um olhar consciente sobre o contexto histórico que levou à diminuição dos textos bíblicos no âmbito litúrgico, que se propôs a reforma dos livros litúrgicos, de modo particular o lecionário, por ser o livro que contém as leituras bíblicas para as celebrações litúrgicas, com o objetivo de proporcionar o resgate da abundância da Palavra de Deus na liturgia (SC, nº 51). Esta indicação também é acompanhada de um importante lembrete: a Palavra de Deus deve ser acessível ao povo, seja na materialização do livro litúrgico, seja na tradução realizada para a língua vernácula, de modo que todos possam compreender bem os tesouros ali contidos (SC, nº 92).

A ação da Palavra de Deus se dá no tempo, no cotidiano, na história. De modo que sua importância também é destacada pela SC na relação com o ano

litúrgico. É no ano litúrgico que os livros bíblicos são distribuídos para a leitura litúrgica da Palavra de Deus e, à sua luz, são celebrados os mistérios divinos nos ciclos que o constituem (SC, nº 106 e 109). Esses pontos sublinhados da SC dizem de maneira enfática do lugar privilegiado para a Palavra de Deus na liturgia e dos benefícios eclesiais que o acompanham. A comunidade ganha vida através das Sagradas Escrituras e é enriquecida em seus atos celebrativos por meio da participação ativa no canto, na música, na distribuição ministerial e na transmissão dos ensinamentos de Cristo, presença constante dos mistérios celebrados.

3.2 A REFORMA DO LEZIONÁRIO NO CONCÍLIO VATICANO II

3.2.1 A natureza e os critérios para a composição do lecionário

Nos documentos conciliares e pós-conciliares, diversas indicações foram dadas para que a aplicação da reforma litúrgica fosse realizada⁹. São indicações que não podem ser lidas apenas de maneira arbitrária, pois há por trás de cada uma delas motivações teológicas oriundas da proposta do Concílio para a vida celebrativa e pastoral da Igreja.

Ao falar dos critérios de composição do lecionário é importante classificá-los de acordo com sua natureza, considerando que todos foram importantes e dialogavam entre si. Essas naturezas podem ser classificadas como histórica, pastoral e teológica. Assim, nelas é possível dizer que:

a) a natureza histórica busca manter a Tradição. Ao olhar atentamente a SC, nota-se que

o princípio fundamental para a reforma dos ritos litúrgicos, dado no cap. I, encontra-se no art. 23: “Para conservar a sã tradição e abrir ao mesmo tempo o caminho a um progresso legítimo, faça-se uma acurada investigação teológica, histórica e pastoral acerca de cada uma das partes da Liturgia que devem ser revistas” (Reid, 2014, p. 2).

⁹ Podem ser citados como exemplo, além da Constituição Conciliar SC sobre a Sagrada Liturgia: a Carta Apostólica *Sacram Liturgiam* dada em forma de *Motu proprio*, que determinava que entrassem em vigor algumas disposições da Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, de 25 de janeiro de 1964; a Instrução *Inter Oecumenici*, para a aplicação da Constituição Litúrgica, que continha os princípios gerais de base para a ordenada aplicação da renovação litúrgica, em 26 de setembro de 1964; a Nova Instrução para a reta aplicação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Concílio Vaticano II *Liturgiam Authenticam* com os princípios que devem governar as traduções nas várias línguas modernas dos textos da Liturgia romana, de 25 de abril de 2001.

O lecionário é um livro cuja sacralidade exige o empenho na conservação da dignidade de sua teologia e de seu papel na ação ministerial da Igreja (ordenados e não-ordenados). De geração em geração, é o livro que registra e transmite a fé às novas gerações a partir comunicação mistagógica da história do povo de Deus e de sua revelação, alimentando também a fé das gerações do presente;

b) A natureza pastoral busca a boa e adequada recepção das traduções vernáculas. Para Malzoni, a tradução da Bíblia é uma tarefa que implica questões com certo nível de complexidade. Ao citar S. H. Ribeiro, diz que:

As complexidades da tradução do texto sagrado envolvem seu público receptor, o controle institucional dos agentes da patronagem, a diversidade de seu uso escrito e oral, público e privado, e sua profunda penetração na cultura e identidade do Ocidente. Grande parte dessas questões se reputa à natureza única de tais textos, que têm estatuto de revelação, e das condições também singulares de sua recepção, que acontece em ambiente religioso e teológico com rica e milenar herança interpretativa. Daí a necessidade de refletir, discutir, elaborar e testar estratégias tradutórias próprias (Ribeiro, 2009, p. 14 apud Malzoni, 2016, p. 119).

Essa abordagem possibilita a compreensão do lecionário também a partir do trabalho de tradução. Isto se dá porque, no que concerne às questões de tradução e de adaptação do texto litúrgico, a compreensão gera participação ativa na liturgia celebrada; permite também a atualização do texto bíblico a partir do contexto eclesial e social e, ainda, abre portas para a inculturação. Importante foi a consciência de que as reformas no cenário litúrgico, e aqui destacam-se os livros, entre eles o lecionário da missa, não poderiam ser aplicadas imediatamente (Paulo VI, *SL*, nº137), bem como a necessidade de um período experimental entre as igrejas locais com as mudanças ocorridas: “houve um período de experiência prática, que exigia necessariamente um notável espaço de tempo” (Congregação..., *LA*, 2001);

c) Quanto às questões teológicas, cujo principal critério está em comunicar o mistério de salvação plenificado em Cristo, têm *como* natureza um ponto objetivo: a *revelação* do eixo fundamental da fé cristã. Relata Annibale Bugnini, resgatando o processo de definição de tais critérios para a construção do novo *OLM*:

Critério fundamental é “o mistério de Cristo e a história da salvação”. Por esse motivo, na nova ordem das leituras, deve encontrar lugar todo o núcleo da pregação apostólica sobre Jesus “Senhor e Cristo” (Atos 2,36), que cumpriu as Escrituras com a vida, a pregação e sobretudo com o mistério pascal; e que vivifica a Igreja até seu retorno glorioso (Bugnini, 2018, p. 356.).

Tais naturezas estão interligadas com os eixos que guiaram os demais âmbitos da reforma litúrgica como um todo. Uma vez que a liturgia passa por adaptações

através dos tempos, cabe à Igreja a escuta atenta que lhe permita, com sensibilidade, perceber os sinais e ter a sabedoria que permite o Espírito conduzir, como também a busca pela sintonia entre os elementos a serem reformulados. Foi preciso, nesse tempo, ler com atenção e ponderação as possibilidades para o equilíbrio entre tradição e progresso, conforme salienta Alcuin Reid:

O princípio fundamental para a reforma dos ritos litúrgicos, dado no cap. I, encontra-se no art. 23 (SC): para conservar a sã tradição e abrir ao mesmo tempo o caminho a um progresso legítimo, faça-se uma acurada investigação teológica, histórica e pastoral acerca de cada uma das partes da Liturgia que devem ser revistas” (Reid, 2014, p. 2).

Tudo isso levando sempre em consideração o sadio equilíbrio entre tradição e progresso, como sugere Matias Augé ao refletir sobre o n. 21 da SC:

Os critérios que inspiraram esta reforma se apoiam antes de tudo num dado fundamental de natureza teológica, corroborado também pelo estudo da evolução histórica das formas cultuais: “Pois a Liturgia consta de uma parte imutável, divinamente instituída, e de partes suscetíveis de mudança. Estas, com o correr dos tempos, podem ou mesmo devem variar, se nelas se introduzir algo que não corresponda bem à natureza íntima da própria liturgia, ou se estas partes se tornarem menos aptas (AUGÉ, 2007, p. 68).

Essas reflexões impelem também a pergunta sobre como e em que medida a proclamação da Palavra de Deus na liturgia e a renovação do elenco das leituras contribuíram para a conservação da Tradição. A resposta está na metodologia de resgate dos ministérios litúrgicos e das fontes textuais antigas, fazendo do lecionário o depósito da memória do elo entre as Sagradas Escrituras e a Tradição da Igreja, conforme dito nas conclusões do capítulo anterior.

Bugnini, como nome importante no planejamento e execução da reforma litúrgica, aponta seis critérios teológicos fundamentais na reforma do *OLM* (Bugnini, 2018, p. 356). Esses critérios foram comentados também, posteriormente por Normand Bonneau (2012, p. 37-42). São eles:

1) *O mistério de Cristo e a história da salvação*. Essa escolha ressalta a compreensão teológica de que a salvação foi plenamente realizada em Jesus Cristo. Sua vida, paixão, morte e ressurreição são considerados os eventos centrais da fé cristã na redenção da humanidade. Através desta fé, a Igreja, como comunidade de fiéis, vive e participa desse mistério e, afirmando tal questão, reconhece que a graça salvífica oferecida por Deus está disponível e atuante no presente. No entanto, é relevante destacar que a realização plena desse mistério da salvação é um processo contínuo, no qual cada pessoa é convidada a responder e cooperar com a graça

divina. Embora a salvação tenha sido realizada em Cristo, sua vivência individual requer o comprometimento pessoal alicerçado nos ensinamentos da Palavra de Deus;

2) *A Igreja vive hoje todo o mistério da salvação, completo em Cristo, a ser realizado em nós.* A Igreja, como o corpo de Cristo, é chamada a viver e testemunhar esse mistério da salvação no mundo. Ao vivenciá-lo torna-se instrumento de Deus para a transformação e renovação própria e de toda a humanidade. Sendo participante ativa desta experiência, por meio da graça de Cristo e do poder do Espírito Santo, é chamada a proclamar o Evangelho, celebrar os sacramentos e capacitar seus membros a participarem plenamente desse mistério de salvação em suas vidas diárias. Tal mistério, ela crê, não é apenas um evento passado, mas algo que continua a se realizar na comunidade dos fiéis e por meio dela também nos dias de hoje;

3) *Os mistérios da fé e as normas da vida cristã, que devem ser expostos na homilia da missa.* É um momento privilegiado para transmitir e aprofundar a fé, bem como para orientar os fiéis em sua vivência cotidiana a partir dos ensinamentos de Jesus. Através da exposição dos mistérios da fé e das normas da vida cristã na homilia, busca-se nutrir a espiritualidade dos fiéis e capacitá-los a viver como autênticos discípulos de Cristo. A razão para tal critério é o reconhecimento da importância de fornecer uma compreensão clara e prática da fé cristã. Isso configura a explicação e o aprofundamento dos mistérios centrais desta fé, cujo lugar privilegiado na Liturgia da Palavra se dá na homilia. Esta, por exemplo, deve abordar os princípios morais e éticos que orientam a vida cristã, porque assim os fiéis são instruídos sobre como viver sua fé de maneira coerente. Ainda, busca-se associar a mensagem da liturgia com a realidade e os desafios vividos pelos fiéis em seu cotidiano, numa atualização hermenêutica dos textos proclamados;

4) *Todo o Antigo Testamento é pressuposto da pregação do Senhor, de suas ações e da sua paixão.* O critério ressalta a importância do Antigo Testamento como parte integrante da revelação divina, que estabelece uma base essencial para plena compreensão da pregação de Jesus, suas ações, sua paixão. O Antigo Testamento contém uma riqueza de profecias, figuras simbólicas e ensinamentos que apontam a vinda do messias, que é Cristo. Além disso, o Antigo Testamento também contém diversos episódios e personagens que são tipos e prefigurações de Cristo como, por exemplo, a figura de Moisés que, libertando o povo de Israel da escravidão no Egito, traz um prenúncio do papel libertador e salvífico de Jesus. As profecias messiânicas encontradas no Antigo Testamento foram cumpridas em Jesus Cristo. Sua

encarnação, ensinamentos, milagres, morte sacrificial e ressurreição são vistos como o cumprimento dessas promessas e como o ápice da história da salvação. Sendo o Antigo Testamento pressuposto da pregação do Senhor, sublinha-se que, durante seu ministério terreno, Jesus frequentemente citava as Escrituras do Antigo Testamento para corroborar seus ensinamentos e demonstrar como sua vida e missão desfecham em harmonia com as promessas de Deus ao longo da história. Procura-se, portanto, ressaltar a continuidade e a coesão entre o Antigo e o Novo Testamento, revelando a unidade e o plano de Deus para a salvação da humanidade ao longo da história;

5) *Além do tema central da Páscoa, existem outros que não devem ser esquecidos (...)*. Embora a Páscoa seja o evento central da fé cristã, que celebra a paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, esse critério enfatiza que outros temas também merecem destaque na proclamação da Palavra de Deus durante a liturgia. Um desses temas é o advento do Reino de Deus: Jesus pregou frequentemente sobre a vinda do Reino, apresentado como uma realidade presente e futura, na qual a vontade de Deus é estabelecida e sua justiça e amor são plenamente manifestados. A proclamação do advento do Reino de Deus na liturgia é uma forma de lembrar os fiéis de que o propósito final de Deus é a restauração e a reconciliação de todas as coisas, onde a justiça, a paz, a misericórdia e a reconciliação são valores fundamentais a serem buscados e vividos. Assim como o advento, existem também outros temas que são importantes para a fé cristã e que devem ser lembrados e abordados na proclamação da Palavra de Deus;

6) *O ano litúrgico é o lugar ideal para apresentar organicamente aos fiéis o querigma da salvação*. O ano litúrgico proporciona uma sequência ordenada de solenidades, festas e dias comuns que refletem os principais mistérios da fé cristã, incluindo o nascimento, a vida pública, a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo, bem como o envio do Espírito Santo e a esperança na segunda vinda de Cristo. Na compreensão de que o ano litúrgico é o lugar ideal para apresentar organicamente aos fiéis o querigma da salvação, destaca-se que a estrutura e a sequência dos eventos litúrgicos ao longo do ano proporcionam uma oportunidade para proclamar e aprofundar a mensagem central desta fé (Bonneau, 2012 p. 37). Na Quaresma, por exemplo, o chamado à conversão e ao arrependimento, a necessidade da graça divina, a ação do Espírito Santo, o valor da oração e a importância da vida celebrada em comunidade cristã se sobressaem. Merece destaque também o Tempo Comum, maior período litúrgico em termos de calendário eclesial e civil. Nele, a vida cotidiana

é o tema central: a de Cristo e de seus discípulos e discípulas, a do povo que os precederam e a dos que hoje caminham em sua fé. A partir dele, compreende-se a presença e atuação de Deus no dia a dia e acena-se a prática diária de seus ensinamentos na dimensão pessoal, comunitária e socioeconômico-ambiental. Esses temas ajudam a proporcionar uma compreensão abrangente da mensagem cristã e a orientar a vida dos fiéis em diversos aspectos. Cada um deles contribui para uma compreensão mais profunda do plano de salvação de Deus e para a formação espiritual dos cristãos.

Em síntese, os critérios teológicos apresentados enfatizam a centralidade do mistério de Cristo e da história da salvação e na vida eclesial. Destacam que a salvação, plenamente concretizada em Jesus Cristo, é um processo contínuo, que demanda a participação ativa da Igreja no mistério da salvação, evidenciada na proclamação do Evangelho, na celebração dos sacramentos e na formação dos fiéis para envolverem-se plenamente nesse mistério em seu cotidiano. Tal mistério perpassa Antigo e Novo Testamentos, revelando a continuidade e a coesão entre ambos, na manifestação do desígnio divino para a salvação da humanidade ao longo da história. Por isso, é oportuno dar ênfase na abordagem de temas além da Páscoa, como o advento do Reino de Deus e sua revelação na vida cotidiana, sendo o ano litúrgico o contexto ideal para organicamente ensinar aos fiéis o querigma da salvação, salientando a relevância dos ciclos litúrgicos e os temas por eles abordados. Dessa forma, esses critérios teológicos permitiram boa fundamentação para a reforma litúrgica, fomentando uma vivência mais profunda e significativa da fé nas comunidades cristãs.

3.2.2 A introdução ao elenco de leituras da missa: chave hermenêutica para o uso dos lecionários

O lecionário, em seu valor teológico, é compreendido por meio dos pontos abordados em sua introdução. Tal compreensão é possível dada a vasta elucidação dos eixos estruturais de sua constituição e de sua aplicação no cotidiano da vida da Igreja.

Na edição de 1969, as *praenotanda* forneciam orientações gerais sobre a importância das leituras nas celebrações litúrgicas, o papel do leitor e a necessidade de uma preparação adequada para proclamar as leituras. Também explicavam os princípios teológicos e pastorais subjacentes à escolha e ao uso das leituras (Concílio

Vaticano II, 1969). No ano de 1981, uma nova edição do *OLM* foi publicada, a partir das revisões realizadas na primeira edição em seu período experimental e da revisão na Bíblia Vulgata, indicada como texto de referência para as traduções vernáculas. Com o objetivo de maior precisão e clareza nas instruções litúrgicas, essa edição revisada continha mudanças nas *praenotanda*, refletindo os desenvolvimentos ocorridos desde a primeira edição. Em vigor até os dias atuais, foram aprimoradas para fornecer orientações mais detalhadas sobre vários aspectos, como a proclamação correta das leituras, o significado teológico das diferentes partes da missa, a relação entre as leituras e o ciclo litúrgico, entre outros (Concílio Vaticano II, 1981, p. 13-54).

Tais instruções foram elaboradas de modo mais preciso para ajudar os leitores e os demais fiéis participantes da celebração eucarística a compreenderem melhor a importância e o propósito das leituras proclamadas durante a liturgia da Palavra e sua relação com os demais ritos. Como texto comum a toda a Igreja, acompanham também os lecionários traduzidos em vernáculo e são de tradução obrigatória: “O Lecionário da missa deve ser traduzido integralmente, sem excetuar a introdução, em todas as suas partes” (IELM, nº 112).

Os eixos teológicos apresentados refletem acerca da presença e importância da Palavra de Deus na liturgia, enquanto os demais pontos abordam diretamente os aspectos pastorais e metodológicos do uso das Sagradas Escrituras e dos elementos que estão em seu entorno (os livros litúrgicos, o espaço sagrado, os ministérios instituídos, a participação do povo e sua formação, as vestes litúrgicas etc.) na celebração eucarística e nos demais sacramentos. Os lecionários ganham destaque por serem a expressão material da Palavra de Deus na liturgia:

Os livros de onde se tiram as leituras da Palavra de Deus, assim como os ministros, as atitudes, os lugares e demais coisas, lembram os fiéis a presença de Deus que fala a seu povo. Portanto, é preciso procurar que os próprios livros, que são sinais e símbolos das realidades do alto na ação litúrgica, sejam verdadeiramente dignos, decorosos e belos (IELM, nº 35).

Na perspectiva teológica da Introdução ao Elenco de Leituras da Missa, a relação entre a Palavra de Deus e a liturgia é simbiótica: A Palavra de Deus enriquece a liturgia, dando significado e contexto aos ritos litúrgicos, enquanto a liturgia dá vida à Palavra, tornando-a relevante e acessível à comunidade de fé (IELM, nº 4). Essa ênfase na Palavra de Deus na liturgia é apoiada pelo magistério da Igreja (IELM, nº 1) e pelo poder do Espírito Santo (IELM, nº 9), de maneira que ela continua a

desempenhar um papel fundamental na vida espiritual dos cristãos. Ela conecta o Antigo e o Novo Testamento, revela o mistério de Cristo e enriquece a fé dos fiéis (IELM, nº 5).

E mesmo os princípios metodológicos carregam em si fundamento teológico, pela primazia da importância da Palavra de Deus. A escolha dos textos a serem lidos, em seu formato total ou abreviado, em sua dupla proposta ou em sua densidade interpretativa, por exemplo, visam a acessibilidade e a compreensão da Palavra de Deus pelos fiéis (IELM, nº 78-81). Assim também se dá na execução do salmo responsorial e da aclamação ao Evangelho (IELM, nº 89), bem como no cuidado na composição e utilização do evangeliário (IELM, nº 17 e 36).

Dessa forma, a Introdução ao Elenco de Leituras da Missa emerge como uma chave hermenêutica fundamental para o uso dos lecionários na liturgia da Igreja. Este documento não apenas esclarece os princípios teológicos que fundamentam a presença da Palavra de Deus na liturgia, mas também oferece orientações práticas para garantir que as leituras sejam proclamadas de maneira digna e compreensível. Além disso, enfatiza a relação íntima entre a Palavra de Deus e a liturgia, destacando como ambas se enriquecem mutuamente na vida espiritual dos fiéis. Como um guia para a interpretação e aplicação dos lecionários, a Introdução desempenha um papel importante na compreensão e boa vivência da Palavra de Deus dentro da comunidade de fé, mantendo sua relevância e significado ao longo do tempo, e representando um recurso essencial para o uso do lecionário na prática litúrgica da Igreja.

3.2.3 O Lecionário e o Ano Litúrgico

Parte integrante do elenco das atualizações do Concílio Vaticano II para a renovação da liturgia, a reforma do calendário litúrgico foi instaurada no ano de 1969 por meio da carta apostólica *Mysterii Paschalis*¹⁰, dada a *motu próprio* pelo papa Paulo VI. O documento, amparado pelas indicações da SC, ressalta a centralidade do mistério pascal na vida dos cristãos e como esse mistério é celebrado ao longo do ano litúrgico, apontando assim seu maior princípio teológico. O reconhecimento do mistério pascal, que engloba a paixão, morte e ressurreição de Cristo, é o ápice da história da salvação e fundamento da vida litúrgica da Igreja:

¹⁰ Doravante *MP*.

Por isso, a revisão do ano litúrgico e as normas que decorrem de sua reforma não têm outro objetivo senão levar os fiéis a participarem mais ardentemente pela fé, pela esperança e pela caridade, de "todo o mistério de Cristo, desenvolvido no decurso de um ano" (Paulo VI, *MP*, 1969).

Além disso, *MP* destaca a importância da "comunhão" na liturgia: Como ação comunitária, na qual os fiéis, como membros do Corpo de Cristo, são chamados a participar ativamente, a liturgia possibilita a expressão de fé da comunidade e se torna espaço de comunhão com Deus e com os demais fiéis. Ao reafirmar os princípios adotados anteriormente pelos papas Pio X e João XXIII, Paulo VI ressalta o domingo como "o dia de festa primordial" (Paulo VI, *MP*, 1969). Foram evidenciados também o tempo da quaresma e a vigília pascal, sendo esta última lugar especial para a celebração dos sacramentos da iniciação cristã, pelos quais é feita "a aliança espiritual com o Cristo Senhor ressuscitado" (Paulo VI, *MP*, 1969).

Outro princípio destacado é a plenitude dos tempos, em vista da qual o ano litúrgico segue uma sequência de tempos litúrgicos que refletem e atualizam os mistérios da vida de Cristo. Cada tempo litúrgico tem sua própria ênfase e características distintas, permitindo que os fiéis mergulhem mais profundamente no mistério da fé:

Pois, para usarmos as palavras do Concílio Ecumênico Vaticano II, "celebrando os mistérios da Redenção, a Igreja abre aos fiéis as riquezas do poder e dos méritos de seu Senhor; de tal modo que os fiéis entram em contato com estes mistérios, tornados de certa forma presentes em todo o tempo e lugar, e se tornam repletos da graça da salvação" (Paulo VI, *MP*, 1969).

De significativa relevância, sobretudo para contemplar a diversidade religiosa dos países, o documento também abre caminhos para a inculturação: a liturgia da Palavra como anúncio da revelação divina é chamada a ser adaptada, em seus textos, às diferentes culturas, mantendo a integridade do mistério celebrado. Nesse critério o calendário litúrgico trata de modo particular as festas dos santos e é a partir deles que surge a organização do lecionário santoral, regida por dois princípios fundamentais: a superioridade do mistério pascal e a organização dos formulários de leituras a partir da classificação das festas:

Por isso, o Santo Sínodo ordenou: "Que as festas de Santos não prevaleçam sobre as que recordam os mistérios da salvação. Muitas destas festas sejam deixadas à celebração de cada Igreja local, nação ou família religiosa, estendendo-se somente à Igreja universal as festas que comemoram Santos de importância verdadeiramente universal" (Paulo VI, *MP*, 1969).

No que concerne ao calendário litúrgico, os lecionários, apesar de complementares, funcionam de maneira autônoma dados os ciclos estabelecidos para cada um: o trienal para o lecionário dominical, o bienal para o lecionário ferial e o anual para o lecionário santoral. Sobre a didática escolhida, não é, portanto, um jeito novo de fazer a leitura bíblica na liturgia; a proposta, presente nos nº 9 e 33 da SC, é mostrar de forma gradual o plano da salvação divina, de maneira que a universalidade do calendário litúrgico-celebrativo, passa a ser a razão pastoral que faz as comunidades contemplarem o mistério divino a partir de sua realidade particular. A reforma do lecionário a partir do ano litúrgico foi fundamentada também por meio do resgate e acréscimo de textos que já constavam em lecionários mais antigos. O lecionário do Missal Romano de 1570, por exemplo, é utilizado como recurso: na liturgia da Palavra do Domingo de Ramos e da Sexta-feira da Paixão do Senhor consta a manutenção de Fl 2,6-11 e Mt 26,14-27,66 como proposta de segunda leitura e evangelho para o Ano A (Bonneau, 2012, p. 134).

O ano litúrgico é ressaltado na Introdução ao Elenco de Leituras da Missa como ocasião que oferece oportunidades para a expressão dos diversos tesouros contidos na única Palavra de Deus, lembrando o mistério da vida, paixão, morte e ressurreição de Cristo, e da missão da Igreja, animada pelo Espírito:

Nas diferentes celebrações e nas diversas assembleias das quais os fiéis participam de maneira admirável, exprimem-se os múltiplos tesouros da única Palavra de Deus, seja no transcorrer do ano litúrgico, em que se recorda o mistério de Cristo em seu desenvolvimento, seja na celebração dos sacramentos e sacramentais da Igreja, seja nas respostas de cada fiel à ação interna do Espírito Santo. Desse modo, a mesma celebração litúrgica, que se sustenta e se apoia principalmente na palavra de Deus, converte-se num acontecimento novo e enriquece a palavra com uma nova interpretação e eficácia. Por isso, a Igreja continua fielmente na liturgia o mesmo sistema que usou Cristo na leitura e interpretação das Sagradas Escrituras, visto que ele exorta a aprofundar o conjunto das Escrituras, partindo do “hoje” de seu acontecimento pessoal (IELM, nº 3).

A partir desse dado, o documento prossegue esclarecendo a íntima relação entre a história da salvação, o ano litúrgico, o lecionário da missa e a fé professada: “Durante todo o ano litúrgico, mas sobretudo no tempo da Páscoa, da Quaresma e do Advento, a escolha e distribuição das leituras tende a que, de maneira gradual, os cristãos conheçam mais profundamente a fé que professam e a história da salvação” (IELM, nº 16).

Afirma também o interesse catequético e formativo da estrutura do elenco da leituras da missa, estimulando uma correta e boa aplicação dos textos lecionais:

Para ajudar os pastores de almas a conhecerem a estrutura do Elenco das Leituras da Missa, para que usem de forma viva e com proveito dos fiéis, parece oportuno dar dele uma breve descrição, pelo menos no que se refere às principais celebrações e aos diversos tempos do ano litúrgico, em atenção aos quais se escolheram as leituras segundo as normas antes indicadas (IELM, nº 92).

Os lecionários refletem também a primazia do domingo no ano litúrgico, como dia por excelência da reunião comunitária, que celebra a ressurreição do Senhor, de maneira que nesse dia sejam lidos os textos mais importantes das Sagradas Escrituras e que sejam celebrados os principais eventos da história da salvação:

A partir do 3º domingo, começa a leitura semicontínua dos três Evangelhos sinóticos: esta leitura ordena de tal forma que apresenta a doutrina própria de cada Evangelho, à medida que se vai desenrolando a vida e a pregação do Senhor. Além disso, graças a esta distribuição, consegue-se certa harmonia entre o sentido de cada Evangelho e a evolução do ano litúrgico. Com efeito, depois da Epifania, leem-se os começos da pregação do Senhor, que têm uma estreita relação com o Batismo e as primeiras manifestações de Cristo. No final do ano litúrgico, chega-se espontaneamente ao tema escatológico, próprio dos últimos domingos, já que os capítulos do Evangelho que precedem o relato da Paixão tratam deste tema, de maneira mais ou menos ampla (IELM, nº 105).

Ao explicar o início do método de leitura a ser utilizado, a Introdução aproveita para explicar os princípios que norteiam tal método, para aplicação nas leituras dominicais e festivas:

Os princípios que regulam a ordem das leituras dos domingos e festas são os chamados de “composição harmônica” ou de “leitura semicontínua (...)”. A melhor composição harmônica entre as leituras do Antigo e do Novo Testamento tem lugar quando a própria Escritura a insinua, isto é, naqueles casos em que os ensinamentos e fatos expostos nos textos do Novo Testamento têm uma relação mais ou menos explícita com os ensinamentos e fatos do Antigo Testamento. No presente Elenco das Leituras da Missa, os textos do Antigo Testamento foram selecionados principalmente por sua congruência com os textos do Novo Testamento, especialmente com o Evangelho que se lê na mesma missa (IELM, nº 66c e 67).

Essa ordenação das leituras manifesta a materialização do desejo do Concílio do resgate da abundância da Palavra de Deus na liturgia. Manifesta também o empenho intelectual empregado na elaboração do sistema lecional para que as comunidades tivessem acesso à quase totalidade dos textos bíblicos na liturgia.

Em virtude dessas razões, a reforma do calendário litúrgico trouxe significativa renovação para a vida celebrativa da Igreja. Esta reforma procurou realçar a

centralidade do mistério pascal na fé cristã, enfatizando sua celebração ao longo do ano litúrgico. A partir dela, os fiéis, como membros do Corpo de Cristo, participam ativamente, expressando sua fé, mergulhando de modo profundo no mistério da salvação e fortalecendo sua comunhão com Deus e com os demais, a partir do reconhecimento da diversidade religiosa dos países, mantendo a integridade do mistério celebrado, sendo tudo isso reforçado com o auxílio dos lecionários e o método estabelecido a partir deles para a comunicação das Sagradas Escrituras na liturgia.

3.3 LITURGIA DA PALAVRA COMO AÇÃO RITUAL

3.3.1 As Sagradas Escrituras na ação ritual

A presença de Cristo na liturgia por meio dos ritos que a compõem é um conceito afirmado na SC, que diz: “Para levar a efeito obra tão importante, Cristo está sempre presente em sua Igreja, sobretudo nas ações litúrgicas” (SC, nº 7). Da liturgia da Palavra à liturgia eucarística, essa presença constitui um movimento dinâmico que deve ser considerado único e ininterrupto na integralidade de sua ação ritual:

Estão tão intimamente ligadas entre si as duas partes de que se compõe, de algum modo, a missa - a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística - que formam um só ato de culto. Por isso, o sagrado Concílio exorta com veemência os pastores de almas a instruírem bem os fiéis, na catequese, sobre o dever de ouvir a missa inteira, especialmente nos domingos e festas de preceito (SC, nº 56).

No capítulo II, a Introdução ao Elenco de Leituras da Missa aponta a ação ritual da Liturgia da Palavra por meio dos elementos que a constituem: “As leituras tiradas da Sagrada Escritura, com 11. os cânticos que se intercalam, constituem a parte principal da liturgia da palavra; a homilia, a profissão de fé e a oração universal ou oração dos fiéis, a desenvolvem e concluem” (IELM, nº 11).

Certa necessidade de atenção deve ser dada à escolha das leituras, à ordem de sua proclamação, sendo o evangelho o ponto ato da liturgia da Palavra, e à preparação dos que vão exercer o ministério de leitor na celebração, para uma comunicação eficaz na assembleia. Essa preparação pode ser feita também à assembleia, com breves e oportunas admoestações que possam favorecer a compreensão do rito (IELM, nº 15).

A Liturgia da Palavra se apresenta como ação ritual através do gesto comunicativo entre Deus e a assembleia celebrante. Por meio das leituras dos textos

bíblicos, Deus fala a seu povo que, ouvindo os relatos do passado, o interiorizam, o aprendem e o atualizam em suas vidas, respondendo a Deus, ora pela oração oriunda dos próprios textos bíblicos, ora pela oração brotada da comunidade:

No final das leituras, a conclusão Palavra do Senhor pode ser cantada por um cantor, diferente do leitor que proclamou a leitura, e todos cantam a aclamação. Deste modo, a assembleia honra a Palavra de Deus recebida com fé e com espírito de ação de graças (IELM, nº 18).

Uma das manifestações mais significativas do rito da Liturgia da Palavra é a aclamação solene ao Evangelho: o Evangeliário é levado em procissão por toda a nave, acompanhado por luzes e incenso. Essa procissão, entoando o *Hallel*, o aleluia, é uma expressão vibrante da presença do Cristo ressuscitado na sua Palavra. Além disso, a Palavra de Deus não é apenas lida, mas proclamada do púlpito elevado. Ela é direcionada ao leitor, que se torna o primeiro a ouvir e assim transmiti-la ao povo reunido (Wilmsen, 2001, p. 205).

A homilia, em posição hermenêutica, tem como objetivo “levar a assembleia dos fiéis a uma ativa participação na Eucaristia, a fim de que vivam sempre de acordo com a fé que professaram” (IELM, nº 24). Feita pelo que preside a celebração ou por um dos que com ele concelebrem, deve ser preparada com esmero, e que tenha duração condizente com os textos proclamados e a liturgia celebrada. Na linguagem utilizada, deve também levar em consideração o corpo constituinte da assembleia: “todos os presentes, inclusive as crianças e o povo, de modo geral as pessoas simples” (IELM, nº 24).

Elementos conclusivos da Liturgia da Palavra, a profissão de fé e a oração dos fiéis são parte constituinte da ação comunicativa entre Deus seu povo a profissão de fé e a oração dos fiéis. A primeira surge na ação ritual como “consentimento (da assembleia) e sua resposta à Palavra de Deus ouvida nas leituras e na homilia” (IELM, nº 29) que, em seguida, apresenta a Deus as suas preces, nascidas da proclamação dos textos e da reflexão acerca deles. “Desta forma, recolhendo o fruto da liturgia da palavra, a assembleia poderá passar mais adequadamente para a liturgia eucarística (IELM, nº 30). Finalmente, um elemento importante que permeia essa ação ritual é o silêncio, costumeiramente ignorado por indicar a falta de movimento, contrária à ação, mas que é oportuno para a interiorização e ressonância da mensagem anunciada, uma vez que essa ação ritual dialogada e realizada pelo auxílio do Espírito Santo, o

requer para que a Palavra anunciada seja interiormente acolhida e possa gerar, por meio da oração, uma resposta (IELM, nº 28).

3.3.2 O lecionário entre o ambão e o altar: ritualidade para proclamar a Palavra de Deus

Da inteligibilidade dos textos para os fiéis, a partir do uso da língua vernácula e da integração de novas e mais variadas perícopes das Sagradas Escrituras, surgiram outros pontos de reflexão necessários, como a do espaço sagrado, no qual o ambão, lugar por excelência da leitura, proclamação, escuta e reflexão da Palavra de Deus.

Símbolo de uma antiga tradição, que remonta ao tempo de Jesus nas sinagogas e à era dos primeiros cristãos nas igrejas do Oriente e do Ocidente (Wilmsen, 2001, p. 205), o ambão é recuperado em sua concepção teológica dentro do espaço litúrgico, dada a sua natureza e função: acolher a Palavra de Deus, narradora do mistério da salvação, a ser proclamada na e para a assembleia litúrgica. Por ocasião da reforma litúrgica no Vaticano II,

A sua necessidade era tão fortemente constatada e experimentada, que ele reapareceu nas igrejas mesmo antes que fosse publicada a Instrução *Inter Oecumenici*, ou seja, quando se começou a proclamar as leituras em língua falada (quaresma de 1964) (Jounel, 1992 p. 705).

Localizado no presbitério, o ambão une teologicamente o Antigo e o Novo Testamento na proclamação da Palavra de Deus nas celebrações litúrgicas, na proclamação da Páscoa durante a Vigília Pascal e na referência arquitetônica para a acolhida das Sagradas Escrituras e para o Círio Pascal, símbolo da luz que guiou o povo na saída do Egito e do Cristo ressuscitado (Wilmsen, 2001, p. 201).

A Introdução ao Elenco de Leituras da Missa é categórica ao estabelecer o espaço de proclamação da Palavra de Deus: “Na celebração da missa com o povo, as leituras devem ser feitas sempre do ambão” (IELM nº 16). Como “lugar” onde a Palavra de Deus é proclamada, o ambão representa a presença viva de Cristo na assembleia e simboliza a autoridade da palavra divina. A assembleia reunida para o rito litúrgico: este é o símbolo de maior importância, por constituir a presença de Cristo (Wilmsen, 2001, p. 201). Ao ser colocado no ambão, o lecionário se torna um elo tangível entre a Palavra de Deus e a comunidade. Essa relação entre o ambão e o lecionário destaca a importância da Palavra como fonte de vida e inspiração, além de

ênfatizar a centralidade das Sagradas Escrituras na liturgia renovada (Wilmsen, 2001, p. 204).

O ambão, como *locus* da presença sagrada do Cristo e de sua ação plena na liturgia, é destacado em sua importância pelos ensinamentos da Igreja, a começar por *DV*, nº 21:

A Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, da mesma forma como o próprio Corpo do Senhor, já que, principalmente na Sagrada Liturgia, sem cessar toma da mesa tanto da Palavra de Deus quanto do Corpo do Cristo o pão da vida, e o distribui aos fiéis.

É observado o mesmo sentido em *Presbyterorum Ordinis*¹¹: Entre todos os subsídios espirituais, destacam-se aquelas ações com as quais se nutrem os fiéis do Verbo de Deus na dupla mesa da Sagrada Escritura e da Eucaristia (*PO*, nº 18). E, ainda, em *Perfectae Caritatis*¹²:

Desta sorte, revigorados à mesa da divina Lei e do sagrado Altar, amem fraternalmente os membros de Cristo, respeitem e estimem os pastores com espírito filial, vivam e sintam mais e mais com a igreja e se dediquem inteiramente à missão dela (*PC*, nº 6).

A reforma litúrgica promovida pelo Vaticano II trouxe consigo uma nova disposição das mesas da Palavra e da Eucaristia, que se mostram em perfeita harmonia. Ambas são colocadas simetricamente, ocupando a mesma altura e com igual importância arquitetônica. Essa simetria reflete a igualdade de valor atribuído à Palavra de Deus e ao sacramento da Eucaristia. Um dos aspectos mais notáveis dessa renovação é a mudança no foco da celebração. O que preside a celebração já não é mais o centro de atenção principal. Ele passa a fazer parte da comunidade fiel, compartilhando o sacerdócio régio. Essa mudança de perspectiva torna mais evidente, de uma perspectiva teológica, quem é o verdadeiro centro da celebração: o Cristo ressuscitado, que está misticamente presente e é representado pela pessoa que preside a liturgia (Wilmsen, 2001, p. 205). Assim, a comunidade recupera sua dignidade e assume um papel ativo na liturgia. O lugar central, chamado "presbitério", torna-se um elo que une o altar e o púlpito, transformando a comunidade em uma assembleia qualificada, participante e celebrante (Wilmsen, 2001, p. 205).

Por fim, uma mudança visível e considerável para uma perspectiva comunitária é a presença dos fiéis. As pessoas presentes têm maior visibilidade da assembleia

¹¹ Doravante *PO*.

¹² Doravante *PC*.

celebrante, reconhecendo a presença de Cristo em cada um. Esse redirecionamento do aspecto devocional individual, que era fortemente presente na mentalidade celebrativa anterior, resgata o sentido comunitário da liturgia. Por fim, a comunidade direciona seu olhar para o centro, para o ponto focal no meio da nave, conhecido como ônfalo. Esse é o lugar da teofania, onde o divino e o humano se encontram, o eterno se une ao temporal. É o lugar da presença de Cristo, o ponto de encontro com o divino (Wilmsen, 2001, p. 206).

3.3.3 Uma palavra sobre arte: a teologia comunicada nas ilustrações do lecionário

Por um costume antigo, no qual o evangeliário, parte constituinte do lecionário, seja o livro mais ornado que todos os outros livros, o fator estético do livro litúrgico tem sua importância na comunicação simbólica de sua função e teologia. Para realçar a importância do Evangelho na celebração cristã por conter as narrativas acerca de Jesus Cristo e por ser ele próprio a boa nova de salvação, a Introdução ao Elenco de Leituras da Missa afirma:

Sendo sempre o anúncio evangélico o ponto alto da liturgia da palavra, as duas tradições litúrgicas, a ocidental e a oriental, mantiveram uma diferença entre o Evangelho e as demais leituras. Com efeito, o livro dos Evangelhos era elaborado com grande cuidado, adornado e venerado mais do que qualquer outro lecionário. Assim, pois, é muito conveniente que também em nossos dias, nas catedrais, nas paróquias e igrejas maiores e mais concorridas, haja um Evangeliário, formosamente adornado e diferente do livro das demais leituras (IELM, nº 36).

No Brasil, há poucas ilustrações nos lecionários. Publicados numa parceria entre as editoras Paulus e Paulinas a partir do ano de 1994, ganharam algumas ilustrações pertencentes à editora alemã Bergmoser + Höller Verlag GmbH (II Lecionário, 1995). A folha de rosto contém uma padronagem com dois símbolos: a menorá, artefato da tradição judaica, e o peixe, insígnia do cristianismo nos primeiros séculos. Essa proposta simbólica indica a unidade entre o Antigo e o Novo Testamentos, presentes de forma abundante nos textos propostos pelo lecionário reformado no Vaticano II. Em reimpressões atuais podem ser encontradas algumas ilustrações que marcam o início dos tempos litúrgicos, também pertencentes à Bergmoser + Höller Verlag GmbH. Mas na primeira edição, apenas a capa foi contemplada com uma ilustração relativa à designação dos livros.

No lecionário dominical, está ilustrado o Cristo Pantocrator. Do grego, *pantokrátor*, designa aquilo/aquele que tudo contém, que é onipotente. Difundida

largamente na tradição oriental, essa representação do Cristo o coloca sentado ao trono, contendo na mão esquerda o evangelho e erguendo a mão direita em gesto de bênção (Nocent; Cibien, 1992, p. 1272).

No lecionário semanal, está ilustrada a ceia de Jesus com os discípulos, ponto de partida da celebração eucarística, vivida no cotidiano dos cristãos como memorial desejado e instituído por ele, relatado nos escritos neo-testamentários de Mateus, Marcos, Lucas e Paulo, e como reunião das comunidades cristãs que, sob a animação do Espírito Santo, ofertam a Deus Pai o sacrifício do Cristo. É no cotidiano que o anúncio da Boa Nova é realizado e a vida cristã é vivida, seja na experiência de fé pessoal, seja na reunião comunitária dos fiéis para a comunhão e a partilha que, à espera do banquete final, são enviados em missão para o anúncio do Evangelho e o cuidado das necessidades pastorais (Visentin, 1992, p. 395).

No lecionário santoral estão ilustradas de forma central as palmas, já apresentadas na Bíblia como sinais da prosperidade, da vitória e do martírio (Sl 91,12, Ap 7,9 e Jo 12, 27 – Bíblia [...], 2002), símbolos da entrada triunfal de Jesus em Jerusalém celebrada no Domingo de Ramos da Paixão do Senhor, mártir do Reino de Deus, o primeiro daqueles que o sucederam na profissão de fé cristã e pelo qual os santos são festejados (Nocent; Cibien, 1992, p. 1272).

Em termos gráficos, sua volumetria exige a impressão de muitas páginas, às vezes levando à escolha de um papel de gramatura muito fina, fácil de ser dilacerado durante o uso pelas assembleias litúrgicas. Em algumas reimpressões, o material apresenta uma qualidade que não é capaz de se manter a longo prazo, fazendo com que sua diagramação seja desgastada e a ilustração da capa se dissipe com facilidade. Na tentativa de reparar esse problema, algumas empresas do ramo da arte sacra confeccionam capas de diferentes tipos de material, como tecido e plástico, criando um comércio à parte de algo que poderia ser proposto na própria impressão do livro. Considerando o tamanho robusto do livro e os custos para a disponibilização às comunidades, o lecionário torna-se um livro financeiramente pouco acessível às comunidades: quanto melhor, mais caro, quanto mais barato, mais limitado em sua estética e qualidade.

Essa limitação ilustrativa e gráfica fica ainda mais evidente quando os lecionários são comparados nesse sentido ao missal, que contém uma diagramação melhor e ilustrações para a divisão dos tempos litúrgicos e algumas solenidades, ainda que também sejam poucas. Uma edição futura pode ser o momento oportuno

para que tal dimensão seja mais explorada, com um empenho na concepção teológica e gráfica do projeto.

3.4 A TEOLOGIA EXPRESSA NO LECIONÁRIO TRADUZIDO PARA O BRASIL

3.4.1 Manter a Tradição, buscar a compreensão

Quando da elaboração do lecionário definido no Vaticano II, a força e o empenho da conferência episcopal brasileira estão na conservação da teologia manifestada nesse concílio por meio de uma busca metodológica para a melhor recepção do esquema lecional proposto nessa nova fase da Igreja em todo o mundo. Por serem instrutivos, os documentos que relatam o processo brasileiro não aprofundam tais pontos. Mas, estando amparados pela teologia da Igreja e pelos encaminhamentos conciliares do Vaticano II, avançam a reflexão nessa direção.

Antes da reforma, o Brasil encontrava-se, desde a época colonial, sob as diretrizes litúrgicas resultantes do Concílio de Trento, do qual estabeleceu-se o missal de Pio V, que ainda propunha a língua latina como base de comunicação ritual. O processo de tradução do lecionário materializou-se como fruto do trabalho da Igreja no Brasil para a receptividade da teologia litúrgica acerca da Palavra de Deus, expressa na reforma de seus livros no Concílio. Tal processo, apesar de trazer em si muitas novidades, foi iniciado sob consulta e utilização de textos oriundos de lecionários mais antigos, como referências para a nova proposta: “4) Prevendo de usar para o domingo de Ramos textos do antigo lecionário, usei um formato maior de papel; espero que isso não vai atrapalhar” (Lerchner, 1972).

Esse método também foi utilizado para a tradução dos textos referentes ao salmo responsorial, numa comparação entre os textos do lecionário e os textos do gradual romano:

Pág. 76: 2ª feira da 3ª semana da Quaresma: gradual: “*Deus, vitam meam annuntiavi tibi: Posuisti lacrimas meas in conspectu tuo*”. Tradução: “Vós contastes, meu Deus, meus dissabores, recolheu vosso cântaro o meu pranto”. Lectionnaire: “Mon Dieu, je t’ai dit toute ma vie; tu as recueilli mes larmes auprès de toi”. Esta tradução do Lectionnaire é uma tradução do texto litúrgico; a outra talvez corresponda ao texto original (cf. Psautier de la Bible de Jérusalem, pág.117: “Tu as compté, toi, mês déboires, recueilli mês larmes dans ton outre”), mas parece distinguir-se demais do texto litúrgico (Lerchner, 1966).

Numa tentativa de contemplar a interpretação e a compreensão de todos os fiéis acerca das Sagradas Escrituras, foi proposta pela Igreja do Brasil a elaboração de um lecionário (e missal) para missas com grupos populares. A proposta foi realizada com o apoio de Dom Aloísio Lorscheider e Alberto Beckhäuser, e chegou a ser enviada a Roma:

Senhor Cardeal, respeitosa saudações. Temos a satisfação de remeter a Vossa Eminência um projeto de Lecionário para domingos do Tempo Comum aprovado pela Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como subsídio para o Diretório para Missas com Grupos Populares, cuja confirmação aguardamos ainda. Vossa Eminência poderá verificar que se conserva o uso do Lecionário Romano nos tempos fortes (Advento, Natal, Quaresma, Páscoa e Pentecostes), e que as perícopes sugeridas se referem apenas ao Tempo Comum (...) (Lorscheider, 1979).

A iniciativa, contudo, recebeu considerável discordância entre liturgistas no Brasil, sob os argumentos acerca da suficiência (ou da falta dela) dos lecionários preparados para texto oficial do Brasil:

Prezado D. Romeu Alberti, recebi há dias consulta sobre Diretório ou Orientações para Missas com grupos populares. Francamente, creio que não se devia perder tempo com isso. As indicações existentes bastam para que o pároco ou celebrante adapte o que é adaptável às circunstâncias; e muito mais adequadamente que um diretório para todo o Brasil, onde situações são tão diferentes. Seria um diretório adaptado a alguns e aplicado para outros inadequadamente. É possível que considerações desse tipo (que, me lembro, foram feitas em nosso Regional quando se estudou o assunto) tenham pesado na Sagrada Congregação para não aprovar, apesar de tanta insistência da CNBB, o que foi proposto (...) (Veloso, 1980).

O lecionário mencionado não foi confirmado pela Congregação dos Sacramentos e Culto Divino. Mas não deixou de ser uma preocupação em tornar a liturgia relevante e compreensível para diferentes contextos e realidades no Brasil, o que reflete a busca por uma abordagem pastoral inclusiva, que leve em consideração as diversidades culturais e sociais do país, e que seja sensível às necessidades de suas comunidades.

Essa postura, enfim, revela a constante evolução e adaptação da liturgia católica no Brasil, marcada pelo desejo de manter a tradição teológica enraizada no Concílio Vaticano II, ao mesmo tempo em que busca tornar a Palavra de Deus mais acessível e relevante para seus fiéis. É um “caminho” teológico e litúrgico que continua a ser um desafio e uma oportunidade para a Igreja no Brasil, à medida que ela busca nutrir a fé e a compreensão dos fiéis sobre sua fé, mantendo-se fiel aos princípios da Tradição e às necessidades das comunidades locais.

3.4.2 A unidade da Igreja no livro litúrgico

Ao apresentar oficialmente o Lecionário Ferial, um ano após a apresentação do Lecionário Dominical, Dom Clemente Isnard, então presidente da Comissão Nacional de Liturgia, responsável pelo processo de trabalho com os lecionários, falou do elo desse trabalho com o da reforma litúrgica, proposta na SC, e de sua importância para o acompanhamento uniforme das leituras pelas assembleias litúrgicas:

Os lecionários, tanto o Dominical como o Semanal, são de grande importância por realizarem o desejo da Constituição *Sacrosanctum Concilium* de que fosse preparada para o povo fiel mesa mais abundante da Palavra de Deus (...) (Isnard, Lecionário Semanal, 1995 – Apresentação).

Nos registros do processo, demonstra-se a consciência e a concordância de que é universal a proposta teológica para os livros litúrgicos, bem como para todos os outros aspectos da liturgia, no empenho de conservar e manifestar a unidade da Igreja também na escolha metodológica do ensino e celebração das Sagradas Escrituras: “b) Conservará a estrutura do “Ordo Lectionum” primeiro os tempos privilegiados e depois os domingos durante o ano (...)” (Lerchner, 1970). Noutra correspondência, ele prossegue:

7) Não sei quem fez a distribuição das aclamações ao Evangelho para os domingos comuns (quanto me lembro, não fui eu); tive a curiosidade de controlar se esta distribuição correspondia à edição latina do “Lectionarium”, constatando se todas eram diferentes; então substituí, às pressas, essas aclamações (Lerchner, 1972).

Em outros termos, Isnard expressa a escolha feita:

Que esse Lecionário Semanal, publicado após um período tão longo de preparação, possa estar presente em todas as igrejas, substituindo outros textos, a fim de que o povo possa ouvir sempre a mesma versão da Palavra de Deus, o que é tão importante para a memorização” (Isnard, 1995).

A questão da unidade, no entanto, não tinha uma perspectiva estática ao ponto de não se levar em consideração as particularidades do cenário da Igreja local, sobretudo na ótica da liturgia renovada do Concílio, já apontada pelo nº 38 da SC¹³. Isso é evidenciado na discussão sobre levar em consideração a flexibilidade para acomodar o calendário litúrgico e as festas, procurando propostas possíveis para a boa adequação dos textos litúrgicos: “c) As rubricas do “Ordo Lectionum”, nº 23

¹³ SC, nº 38: Mantendo-se substancialmente a unidade do rito romano, dê-se possibilidade às legítimas diversidades e adaptações aos vários grupos étnicos, regiões e povos, sobretudo nas Missões, de se afirmarem, até na revisão dos livros litúrgicos; tenha-se isto oportunamente diante dos olhos ao estruturar os ritos e ao preparar as rubricas.

recomendam a divisão do Lecionário em lecionário dominical e ferial, dizendo que no lecionário dominical “includi poterunt oportuna excerpta ex Santorali”. Será oportuno fazer isso? (Lerchner, 1970)”. A posteriori, Lerchner retoma a questão de forma mais detalhada:

9) O problema da colocação dos domingos comuns: em 1973, com a Páscoa no dia 22 de abril, haverá antes da Quaresma, os domingos comuns 2º até 9º; mas nem sempre acontecerá isso. No lecionário ferial, todo o tempo comum foi colocado depois dos tempos fortes ou privilegiados. O meu palpite seria de fazer o mesmo para os domingos comuns: colocar todos depois das 3 solenidades: Ss. Trindade, Ss. Corpo e Sangue de Cristo e Sagrado Coração de Jesus. Depois do domingo-festa do Batismo do Senhor, só uma rubrica, mandando procurar os domingos comuns à pág. ... A edição latina do Lectionarium segue um critério diferente: coloca no I vol. a 1ª até a 9ª semana comum (=3ª f. da 9ª semana) (=pág. 187-446) e no II vol. recomeça com a 6ª semana, repetindo assim 106 páginas; e também uma possibilidade ; mas acho que não vale à pena , embora no caso de lecionário dominical, as páginas a repetir, seriam muito menos, praticamente só do 8º e 9º domingo, (porque o 6º + 7º só depois do tempo pascal, seriam sempre impedidos pelas festas de Pentec. e Ss. Trindade. Mas a meu ver, também para um pouco de coerência com o lecionário ferial, é preferível colocar todos os domingos comuns depois das 3 solenidades enumeradas (Lerchner, 1972).

E, naturalmente, havia também a preocupação com o acompanhamento do calendário litúrgico universal, sendo o ano litúrgico contemplado de forma unânime, completado com formulários apropriados para o calendário no Brasil:

Pág. 29: “TEMPO DEPOIS DA EPIFANIA”. Em si não há “tempo depois da epifania”, mas só “tempus per annum”; Novas rubricas, n. 77: “*Tempus "per annum" decurrit a die 14 ianaarii asque a& lonan sabbati ahte dominican in Septuagesima, et a a I Vesperis fossi Ssmae Trinitatis, id est dominicae I post Pentecosten, usque ad Nonan inclusive sabbati ante dominican I Adventus.*” (Lerchner, 1966).

Possíveis dificuldades futuras são apontadas, mostrando a clareza e seriedade do processo:

8) Para não atrapalhar um uso futuro do lecionário, acho que não se deve omitir nenhum domingo comum, só porque em 1973 esteja impedido pela festa de Pentecostes etc., em anos futuros não acontecerá isso sempre. Os que pretendem usar a 1ª edição do Lecionário B, ficarão atrapalhados pela falta dos 4 domingos acima indicados. (Para a Semana Santa poderão recorrer aos livrinhos próprios). Mas deve-se evitar semelhante embaraço para um uso futuro (Lerchner, 1972).

Os lecionários são como veículos para transmitir a teologia da Igreja e manter a unidade nas leituras realizadas na reunião das assembleias litúrgicas ao redor do Brasil e do mundo. No contexto dos livros litúrgicos, a unidade é destacada ao considerar a escolha metodológica tanto na celebração quanto no ensino das

Sagradas Escrituras. A manutenção da estrutura litúrgica estabelecida e a uniformidade nas partes dialogadas com o povo durante a Liturgia da Palavra enfatizam maneiras de garantir que o povo sempre receba e celebre os mesmos textos da Palavra de Deus, promovendo sua memorização e compreensão teológica. A Igreja reconhece, assim, a importância de considerar as particularidades das igrejas locais e da liturgia renovada pelo Concílio Vaticano II. A questão da unidade é equilibrada com a necessidade de adaptação às circunstâncias locais, demonstrando um compromisso teológico com a diversidade e a relevância contextual na prática litúrgica da Igreja. Essa abordagem equilibrada busca harmonizar a universalidade da fé com a riqueza das expressões litúrgicas locais.

3.4.3 A prioridade do lecionário dominical e festivo

A primazia do domingo, pelo amplo sentido teológico a ele atribuído, foi vivenciada também no trabalho de elaboração dos lecionários no Brasil. O domingo é tido, ao longo da história do cristianismo, como o dia da ressurreição do Senhor, dia da reunião da comunidade que ceia a partir da experiência pascal e coleta os bens para a partilha, do repouso e, posteriormente do preceito da missa dominical (Augé, 2000, p. 24-41).

No aspecto geral, que abrange toda a Igreja, os ciclos de leituras dominicais foram organizados para que houvesse a combinação de textos do Antigo e do Novo Testamento, com mensagens e exortações que caracterizam os tempos litúrgicos (Augé, 2000, p. 76); também que houvesse, em cada missa, três leituras, conforme o costume antigo: a leitura veterotestamentária, o evangelho, a leitura do apóstolo. Entre elas, o salmo exerce a função de elo comunicativo entre a Palavra de Deus e o povo que a celebra, evocando a poética própria da oração sálmica (Augé, 2000, p. 76). Essa proposta visava proporcionar maior variedade e riqueza dos textos bíblicos presentes na liturgia. Há, assim, o resgate da abundância da Palavra de Deus na liturgia, conforme estabeleceu a SC em seu nº 35.

Levando em consideração o tempo dedicado à tradução feita dos textos originais da edição típica latina, à aprovação e promulgação desses textos pelas autoridades competentes em Roma e à preparação gráfica do material, foram necessários quatorze anos desde a elaboração do plano de trabalho na 19ª Assembleia Geral da CNBB, no ano de 1980, para que o lecionário dominical em sua

versão definitiva e oficial chegasse às comunidades cristãs no Brasil, sem contar o trabalho de tradução anterior, realizado desde o Concílio Vaticano II, resultado em lecionários não oficiais que facilitaram a chegada do vernáculo na liturgia. Tendo em vista essa necessidade, sobretudo para as missas dominicais, o plano de trabalho do Brasil foi iniciado pela preparação do lecionário dominical para os anos A, B e C, com duração maior de tempo em sua tradução por se tratar do protótipo para a tradução das perícopes litúrgicas e do arquétipo para a montagem e publicação do lecionário em suas três versões (dominical, ferial e santoral):

O plano de trabalho, elaborado com alguns exegetas, prevê as seguintes etapas: será traduzido durante o ano de 1981 o lecionário dominical Ano C (que entrará em uso em fins de 1982), durante o ano de 1982 o lecionário dominical Ano A, durante o ano de 1983 o lecionário dominical ano B, 1984 os lecionários para os sacramentos, 1985 o lecionário ferial, 1986 o lecionário e as leituras breves da Lit. das Horas (Lutz, 1981).

Dessa forma, observa-se que a prioridade conferida ao lecionário dominical e festivo no Brasil reflete a profunda significância teológica atribuída ao domingo na tradição cristã. A reunião da comunidade em torno da experiência pascal, da partilha e da celebração eucarística se manifesta também na organização dos ciclos de leituras dominicais, que combinam textos do Antigo e do Novo Testamento, abordando mensagens características dos diferentes tempos litúrgicos e buscando enriquecer a liturgia com uma variedade de textos bíblicos. Longo e meticuloso, o processo de elaboração desses lecionários demonstra a seriedade no compromisso de oferecer à comunidade cristã brasileira uma liturgia profundamente enraizada na Tradição, adaptada às necessidades das igrejas locais, com uma base sólida para a celebração do domingo e das festas litúrgicas na vida da Igreja no Brasil.

3.4.4 O “Santoral” e a religiosidade popular no Brasil

Ao se deparar com a religiosidade popular no Brasil, o lecionário santoral teve um desafio importante: procurar contemplar, junto aos santos cujos formulários são celebrados pela Igreja em todo o mundo, os santos de veneração própria, espalhados por todo o território nacional. No início dos trabalhos, uma das tarefas foi a constatação do calendário geral em relação ao calendário brasileiro:

Pág. 22: Depois da missa durante a oitava de Natal, faltam as indicações para o caso de se celebrar, nos dias 29 ou 31 de dezembro, as festas de São Tomás Becket, resp. de São Silvestre; talvez não seja muito provável que em

algum lugar do Brasil estas festas sejam de 1ª classe; mas para o lecionário ser completo, deveria conter estas indicações (Lerchner, 1966).

Aqui são mencionadas as festas religiosas que ocorrem nos dias 29 e 31 de dezembro em homenagem a São Tomás Becket e São Silvestre. Essas festas são relacionadas a santos e mártires da Igreja Católica. A menção de que elas podem não ser de 1ª classe indica uma classificação litúrgica dos diferentes tipos de festas religiosas dentro do calendário católico anterior ao Vaticano II. A classificação de "1ª classe" se refere a festas mais importantes, como as principais festas de santos ou momentos significativos na tradição romana, atualmente denominada "solenidade" ou "festa", e demonstra como a hierarquia litúrgica influencia a prática religiosa. Neste trecho, o autor também faz referência à memória de São Telésforo, papa e mártir, em 5 de janeiro e menciona a "Missa 'Si diligis me' dos Papas", que é uma referência a uma liturgia específica associada aos papas, destacando a veneração dos papas na tradição católica por sua fidelidade e doação pastoral, de modo que alguns deles também são contemplados com formulários de leituras elaborados para essas celebrações: "Pág. 23: depois da missa do Ss. Nome de Jesus falta: São Telésforo, papa e mártir, memória 5 de janeiro. Missa "*Si diligis me*"¹⁴ dos Papas". (Lerchner, 1966).

No trabalho com o lecionário santoral, os peritos observaram que o *OLM* não oferecia um formulário próprio para a festa de Nossa Senhora Aparecida e que, sendo esta a padroeira do Brasil, tratava-se de algo a ser pensado, seja por se tratar de uma festa mariana, seja pela dimensão devocional que a ela cabe no cenário religioso brasileiro. Conservando o que pôde do antigo lecionário, Pe. Pedro Lerchner entendia que a devoção a Nossa Senhora Aparecida é significativa o suficiente para ser mantida na liturgia local, com o acréscimo de um formulário de leituras próprio: "N.B.: Em relação à festa de Nossa Senhora Aparecida, o Ordo Lectionum naturalmente não oferece nada; conservei o que pude do antigo lecionário" (Lerchner, 1970).

Uma vez que os livros litúrgicos estavam sendo preparados simultaneamente e que o lecionário é parte integrante do missal romano, foram sendo observadas certas questões que necessitavam de uma relação direta ou mais próxima entre os formulários das leituras, os formulários das orações e o calendário litúrgico:

¹⁴ *Si diligis me*, do latim, "se você me ama". Referência à perícopes de Jo 21, 15-19. Festa de 3ª classe em comemoração aos papas, com orações próprias.

A respeito do Próprio dos Santos já escrevi na minha carta precedente: “o Próprio dos Santos em todo caso deverá ser refeito, quando entrará em vigor o novo calendário; até lá, a meu ver, não seria oportuno mexer com os suplementos vermelhos (Próprio dos Santos)”. O mesmo vale também, mais ou menos, para o lecionário dos Santos, porque este lecionário dos Santos deverá em todo caso seguir o novo calendário, por isso deveria ser publicado junto com o novo missal, não antes (Lerchner, 1970).

Embora o Brasil seja conhecido por sua forte religiosidade popular e pela veneração de diversos santos, é notável que o lecionário santoral contenha relativamente poucas leituras específicas para os santos celebrados localmente de maneira mais difundida. Considerando a crescente fidelização de santos naturalmente brasileiros, seria oportuno refletir sobre a possibilidade de incluir mais elencos de leituras próprios para esses santos em futuras edições dos lecionários destinados ao Brasil. Isso não apenas enriqueceria a experiência espiritual dos fiéis, mas também reconheceria a importância da devoção aos santos nacionais e sua história na rica tapeçaria da religiosidade brasileira.

3.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Conclui-se, dessa forma, que ao levar em consideração a caminhada eclesial no mundo, expressa através de seus documentos, a Palavra de Deus desempenha um papel central na vida da Igreja que, no processo do Concílio Vaticano II, experimentou a transição de um modelo de ensinamento que saía da proposta de mera instrução para o da comunicação eficaz da revelação divina por meio das Sagradas Escrituras. A dimensão cristológica das Escrituras e sua inserção na Liturgia destacam-se como elementos fundamentais. A reforma do Lecionário do Missal Romano, guiada por critérios teológicos e metodológicos, trouxe consigo uma chave hermenêutica importante materializada na forma da Introdução ao Elenco de Leituras da Missa, enriquecendo o uso dos lecionários e sua relação com o modo celebrativo das assembleias. A Liturgia da Palavra, como ação ritual, enfatiza o significado das Sagradas Escrituras no contexto litúrgico, com o Lecionário desempenhando um papel central no rito de proclamação da Palavra de Deus. A interação entre arte e teologia nas ilustrações do Lecionário ressalta a importância de comunicar a fé de forma visual e inspiradora, mas é um elemento que pode ser explorado de maneira mais minuciosa, para comunicar melhor a teologia ali contida.

Ao examinar o Lecionário da Missa no Brasil à luz das diretrizes do Vaticano II, é perceptível um esforço por parte da Igreja brasileira em manter a fidelidade ao rito romano enquanto busca uma maior compreensão na linguagem proposta em sua tradução e na sistematização da leitura litúrgica para o povo brasileiro. Essa empreitada teve como objetivo principal comunicar a Palavra de Deus de forma acessível e relevante para a cultura e a realidade brasileira. Nesse sentido, a Igreja procurou conservar a unidade eclesial, mantendo-se alinhada com os demais livros litúrgicos e com o calendário litúrgico da Igreja universal. No entanto, ao mesmo tempo, ela demonstrou um profundo respeito pelas particularidades do Brasil, reconhecendo que esta nação diversificada geograficamente e culturalmente tinha necessidades litúrgicas específicas. Essa abordagem permitiu que a Liturgia da Palavra se enraizasse nas experiências e tradições brasileiras, tornando-a mais significativa para os fiéis.

A leitura teológica do domingo desempenhou um papel significativo nesse processo. A Igreja no Brasil reconheceu a importância do domingo como o dia do Senhor, de sua ressurreição e da reunião da comunidade e, portanto, priorizou a composição seja no sentido de tradução, seja no sentido de uma sistematização que garantisse a compreensão do esquema lecional proposto, refletindo a ênfase no ensinamento da fé cristã e da proximidade dos fiéis com as Sagradas Escrituras em sua quase totalidade por meio das leituras para as celebrações dominicais e festivas. Outro aspecto relevante é a consideração da religiosidade popular brasileira no processo de trabalho. Reconhecendo a riqueza e a diversidade das expressões de fé presentes nas diferentes regiões do país, a Igreja procurou acomodar essa diversidade oferecendo formulários no lecionário que contemplam diversas circunstâncias, permitindo que as celebrações litúrgicas se aproximem bem da espiritualidade do povo. Embora tenham sido elaborados poucos formulários específicos para os santos do Brasil até o momento, é uma oportunidade para buscar um espaço para o desenvolvimento futuro nessa área, a fim de reconhecer e celebrar adequadamente a contribuição dos santos brasileiros para a fé cristã e a cultura no Brasil.

O Lecionário da Missa no Brasil, à luz do Vaticano II, não apenas reflete a teologia da Palavra de Deus, mas também se torna um instrumento pastoral fundamental na vida da Igreja, promovendo a compreensão, a comunicação e a vivência da fé cristã no contexto brasileiro. Por ele, a Igreja do Brasil demonstra seu

compromisso em tornar a Palavra de Deus acessível e significativa para todos os seus fiéis, ao mesmo tempo em que continua a evoluir e se adaptar às necessidades e riquezas de sua nação e regiões.

4 O LECIONÁRIO EM HORIZONTE PASTORAL

A Introdução ao Elenco de Leituras da Missa manifesta de maneira direta a natureza de seu objetivo como sendo pastoral. Uma vez conhecido o percurso histórico dos lecionários e a teologia desenvolvida nos critérios para sua elaboração, faz-se necessário observar a aplicação pastoral desse livro e seus desdobramentos.

No primeiro segmento, são estudados os princípios da distribuição dos ciclos de leituras presentes na IELM, onde a teologia do mistério pascal se desdobra. Trata-se de aprofundar como o ciclo dominical trienal, o ciclo bienal semanal e o ciclo anual dos santos compõem-se como estruturas cuidadosamente tecidas para orientar a comunidade através das narrativas da história da salvação, proporcionando os fundamentos para a reflexão teológica e a aplicação prática na vida cristã cotidiana.

A segunda seção apresenta o lecionário como a Bíblia presente na liturgia e a inerente relação entre os estudos bíblicos e litúrgicos. Examina-se as especificidades do biblista ao trabalhar com os lecionários, a importância do desenvolvimento de uma teologia da escuta durante as celebrações litúrgicas e a manifestação da sacramentalidade da Palavra de Deus, destacando a centralidade das Sagradas Escrituras na experiência litúrgica.

Na última seção, a proposta é a ampliação do horizonte ritual na elaboração dos lecionários. São dois os meios aqui desenvolvidos: a consulta aos lecionários litúrgicos existentes em outras tradições rituais para a concepção do no *Ordo Lectionum Missae*, somada à possibilidade de um trabalho semelhante no Brasil, e a apresentação do Lecionário Ecumênico, com estrutura proposta a partir do lecionário romano, como possibilidade de promoção para a compreensão e o incentivo da unidade na diversidade das tradições cristãs.

Ao debruçar-se sobre as diversas possibilidades do lecionário, este capítulo procura proporcionar uma compreensão abrangente e detalhada do livro, lançando luz sobre o seu significado pastoral e os frutos desse trabalho para a Igreja no Brasil e no mundo.

4.1 O MISTÉRIO PASCAL, TEOLOGIA APLICADA NOS CICLOS DE LEITURAS

No que concerne ao ciclo de leituras dos lecionários, sua aplicação revela um horizonte diretamente pastoral, tendo como princípio fundamental da comunicação do

mistério da salvação. Neles há uma certa atenção para as particularidades dos tempos litúrgicos e para as necessidades inerentes às comunidades celebrantes, como a devoção popular dos santos e os eventos da vida cotidiana comunitária, que evidencia a estreita relação entre as leituras e os mistérios celebrados.

A distribuição das leituras ao longo do ano litúrgico segue diversos ciclos. Dentro de suas respectivas organizações, o elenco de leituras aponta o resgate da abundância da Palavra de Deus na liturgia, realizado de maneira a proporcionar a leitura de quase todos os livros das Sagradas Escrituras. É também expressão de sua constituição volumétrica a previsão de textos alternativos para diversas solenidades, festas e memórias, trazendo-lhe versatilidade na comunicação dos mistérios celebrados.

4.1.1 O ciclo trienal dominical e as solenidades

No atual elenco de leituras da missa, três são as características que predominam na distribuição das leituras para os domingos e festas: a primeira ocorre na constituição e organização das leituras, sendo três no total: uma retirada do Antigo Testamento, a segunda vinda de uma das epístolas dos apóstolos ou do livro do Apocalipse e a terceira, escolhida do Evangelho. A proposta é, como dito no capítulo anterior, expressar a unidade entre Antigo e Novo Testamentos, e a História da salvação, no mistério pascal do Cristo celebrado. A segunda característica é a razão pela qual as leituras são organizadas dessa maneira: a abundante e variada leitura das Sagradas Escrituras na liturgia, de maneira que os fiéis possam tomá-la bem, até a repetição do ciclo. A terceira característica reside nos princípios pelos quais tais leituras são organizadas. São chamados de “composição harmônica” e “leitura semicontínua” (IELM, nº 66).

Para compreendê-los, a IELM ensina que a melhor combinação entre as leituras do Antigo e do Novo Testamento é aquela que a Bíblia sugere, ou seja, aqueles em que os ensinamentos e fatos apresentados nos textos do Novo Testamento têm uma ligação mais ou menos clara com os ensinamentos e fatos do Antigo Testamento. Para isso, os textos do Antigo Testamento foram escolhidos, sobretudo, devido à sua concordância com os textos do Novo Testamento, de maneira particular com o Evangelho que é lido na mesma missa. Nos domingos do Tempo Comum, entretanto, os textos das Epístolas e do Evangelho são organizados de

acordo com a ordem da leitura semicontínua, enquanto a leitura do Antigo Testamento é relacionada com a do Evangelho. Estabelecer um relação entre a economia da salvação do povo de Deus no Antigo Testamento e as comunidades destinatárias dos textos neotestamentários, indica que, no ato de proclamação da Palavra, a Igreja se reconhece e se integra nesse processo (IELM, nº 67 e 68).

No Tempo do Advento, as leituras do Evangelho apresentam uma peculiaridade: referem-se à vinda do Senhor no final dos tempos (primeiro domingo), a João Batista (segundo e terceiro domingo) e aos eventos que preparam de forma mais próxima o nascimento do Senhor (quarto domingo) As leituras do Antigo Testamento contêm profecias a respeito do Messias e do tempo messiânico, extraídas, sobretudo, do livro de Isaías. As leituras do Apóstolo contêm conselhos e ensinamentos sobre diversas características deste tempo (IELM, nº 93).

Para o Tempo do Natal do Senhor, as leituras nas três missas do Natal foram extraídas da tradição romana. No domingo dentro da oitava de Natal, no qual se celebra a Sagrada Família, o evangelho narra a infância de Jesus, enquanto as outras leituras falam das virtudes da vida doméstica. Na solenidade de Maria, Mãe de Deus, as leituras abordam os aspectos maternais de Maria e da nomeação de Jesus. No domingo seguinte ao Natal, lê-se na liturgia da Palavra sobre o mistério da encarnação divina. Na Epifania do Senhor, a leitura do Antigo Testamento e do Evangelho mantêm a tradição romana; na leitura apostólica, é possível ler um texto que diz respeito à vocação dos chamados para a salvação, enquanto os textos presentes na celebração do Batismo do Senhor referem-se a este mistério (IELM, nº 94).

As leituras do Evangelho durante a Quaresma são distribuídas da seguinte maneira: para o primeiro e o segundo domingos, mantêm-se as narrações das tentações e da transfiguração do Senhor, de acordo com os evangelhos sinóticos. Nos três domingos seguintes do ano A (Mateus), foram estipulados os evangelhos da samaritana, do cego de nascença e da ressurreição de Lázaro. Tais textos podem ser lidos também nos anos B e C, sobretudo quando há catecúmenos, tendo em vista importância para a iniciação cristã. No ano B (Marcos), são utilizados alguns textos do evangelho segundo João sobre a futura glorificação de Cristo por meio de sua cruz e ressurreição, enquanto no ano C (Lucas), alguns textos abordam o aspecto da conversão, propício para esse Tempo (IELM, nº 97)

Para o Domingo de Ramos e da Paixão do Senhor, foram selecionados textos que relatam a entrada de Jesus em Jerusalém e sua aclamação como rei, extraídos

dos evangelhos sinóticos. Na liturgia da Palavra, durante a missa, é lido o relato da Paixão do Senhor. As leituras do Antigo Testamento referem-se à história da salvação, um dos temas centrais da catequese quaresmal. A cada ano, há uma série de textos que apresentam seus elementos principais, desde o início até a promessa da nova aliança. As leituras do Apóstolo foram selecionadas de maneira a estabelecer uma ligação adequada entre as leituras do Evangelho e do Antigo Testamento, bem como uma ligação adequada entre elas (IELM, nº 97).

Ao inaugurar o Tríduo Pascal, durante a missa vespertina da Quinta-feira Santa são recordados o banquete que antecedeu a saída do povo de Israel do Egito e o ensinamento de Jesus, mestre, no gesto de lavar os pés dos discípulos. Na segunda leitura, ouve-se a narrativa do apóstolo Paulo sobre a instituição da eucaristia. A liturgia da Sexta-Feira Santa tem como ápice o relato da paixão do Senhor, narrado pelo evangelista João. O paralelo com a leitura que narra a profecia de Isaías sobre o Servo Sofredor, aponta a unicidade de Jesus como o sacerdote que se torna a oferenda. Na celebração pascal da noite do Sábado Santo, propõem-se sete leituras do Antigo Testamento, que recordam as obras admiráveis de Deus na história da salvação, e duas do Novo Testamento: o evangelho que narra o anúncio da ressurreição de acordo com os sinóticos, e a leitura apostólica sobre o batismo cristão como sacramento da ressurreição de Cristo. Para a celebração do Domingo da Páscoa do Senhor, é sugerida a perícopes do Evangelho segundo João, sobre o encontro do sepulcro vazio. Caso seja conveniente, é possível ler os textos dos evangelhos propostos para a Vigília Pascal ou, se houver uma missa vespertina, a narração de Lucas sobre a aparição dos discípulos que iam para Emaús. A primeira leitura é feita de perícopes dos Atos dos Apóstolos, lidos durante o período pascal, em vez da leitura do Antigo Testamento. A leitura do Apóstolo diz respeito ao mistério da Páscoa vivido na Igreja (IELM, nº 99).

No período pascal, os evangelhos do primeiro, segundo e terceiro domingos trazem na liturgia da Palavra as aparições do Ressuscitado aos seus. No quarto domingo, o evangelho do Bom Pastor guia a liturgia, enquanto nos domingos seguintes, são lidas perícopes selecionadas do discurso e oração do Senhor durante a última ceia. A primeira leitura prioriza o livro dos Atos dos Apóstolos, apresentando, a cada ano, algumas manifestações da vida, do testemunho e do progresso da Igreja dos primeiros tempos cristãos. Para a segunda leitura, são lidas a primeira carta de São Pedro no ano A, a primeira carta de São João no ano B e o livro do Apocalipse

no ano C, cuja mensagem remete à esperança e à feliz certeza no Ressuscitado (IELM nº 100).

A solenidade da Ascensão narra o acontecimento conforme a perícope presente nos Atos dos Apóstolos, complementada pelas leituras apostólicas sobre o Cristo elevado à direita do Pai e pelos evangelhos de cada ciclo, que apresentam a narrativa por sua perspectiva (A, B e C). Em Pentecostes, solenidade que encerra o ciclo pascal, mais de um formulário é disponibilizado e há uma abundância na proposta dos textos lecionais: para a missa da vigília, por exemplo, são sugeridas quatro perícopes do Antigo Testamento à escolha, somadas à leitura apostólica, que ensina sobre a atuação do Espírito Santo junto à Igreja, e ao evangelho, que recorda a promessa do envio do Paráclito feita por Jesus Cristo, antes de sua glorificação. Há uma pequena mudança na lógica empregada nas leituras para a missa do dia: a primeira leitura, já definida, é oriunda da narração que os Atos dos Apóstolos apresentam sobre o acontecimento de Pentecostes, ao passo que os textos da segunda leitura expressam os efeitos da atuação do Espírito Santo na vida da Igreja. O evangelho apresenta como, na tarde da Páscoa, Jesus torna os discípulos participantes do Espírito. Também para esta liturgia há textos opcionais, que abordam a ação do Espírito nos discípulos e na Igreja (IELM, nº 102).

Com a perícope joanina das Bodas de Cana, o 2º Domingo do Tempo Comum liga-se ainda ao caráter epifânico apresentado anteriormente na solenidade da Epifania do Senhor. Do terceiro domingo em diante, dá-se início à leitura semicontínua dos evangelhos sinóticos, cada um em seu ano e sentido correspondente, tendo como enfoque a vida e a missão de Jesus, dando ritmo ao ano litúrgico. A pregação, os milagres e o tema escatológico predominam a temática do Tempo Comum. Por ter uma quantidade de perícopes menor, o evangelho segundo Marcos é completado com cinco leituras do capítulo 6 do evangelho segundo João. Tal complemento, feito de maneira estudada, permite a compreensão da mensagem do evangelista sem que haja descompassos entre as perícopes (IELM, nº 105). Com base nas perícopes evangélicas, as leituras do Antigo Testamento para o Tempo Comum foram escolhidas por dois princípios: a sistematização de temas importantes do Antigo Testamento e sua fundamentação para o Evangelho. Buscou-se fazer com que fossem de tamanho breve e de fácil compreensão aos fiéis. A ordem dos textos veterotestamentários não depende de sua continuidade, mas da relação com os demais textos, sobretudo o Evangelho (IELM, nº 106). Em harmonia com a primeira

leitura e o evangelho, a segunda leitura propõe um ciclo semicontínuo das cartas de Paulo e de Tiago. A primeira Carta aos Coríntios foi distribuída ao longo dos três anos do ciclo, no início deste Tempo Comum, tendo em vista sua longa duração e seu amplo conteúdo. A Carta aos Hebreus foi dividida em duas partes, a primeira delas sendo lida no ano B e a outra no ano C. O princípio geral foi o da fácil compreensão dos textos pela assembleia celebrante (IELM, nº 106).

Para as celebrações da Santíssima Trindade, do Santíssimo Sacramento do Corpo e Sangue de Cristo e do Sagrado Coração de Jesus, foram selecionados textos que se adequam às principais características dessas celebrações: o caráter trinitário do Deus revelador e sua característica comunitária que se manifesta na Igreja e os aspectos da devoção ao Corpo e ao Sangue de Jesus Cristo e ao seu Sagrado Coração. No último domingo, encerrando o Tempo Comum, as leituras da solenidade de Jesus Cristo, rei do universo, apontam Jesus como aquele prefigurado em Davi, proclamado em sua paixão e morte, caminhante com a Igreja, para a qual retornará no final dos tempos (IELM, nº 108).

Uma particularidade do cenário pastoral brasileiro é o deslocamento de algumas celebrações com data fixa para o domingo seguinte. É o caso da Epifania do Senhor, conhecida na devoção popular como Dia de Reis. Essa celebração tem como data o dia 06 de janeiro e chega a agregar a data da festa religiosa com espetáculos de teatro, dança, música e poesia, como os tradicionais “Pastoril” e “Folia de Reis”, manifestações culturais de encenação dançante, presentes de forma assídua no nordeste e no sul do Brasil. Como eles, também se destaca a “Queima da Lapinha”, gesto litúrgico popular para o encerramento dos festejos natalinos, no qual os participantes colocam pedidos na manjedoura antes de a queimarem consagrando suas chamuscas. Outro exemplo que pode ser citado é o da solenidade da Ascensão do Senhor, celebrada quarenta dias após a Páscoa, fator que faz com que possa ocorrer em um dia de semana. Tendo em vista sua importância teológica, é transferida para o domingo seguinte, para ser celebrada como solenidade, potencializando o mistério da ascensão ao da Páscoa dominical e trazendo aos fiéis a compreensão da distribuição dos principais eventos salvíficos no calendário litúrgico. A Ascensão do Senhor prenuncia a solenidade de Pentecostes, que motiva as igrejas locais com atividades pastorais de preparação da celebração de encerramento do Tempo Pascal, como o rito da Crisma para os catecúmenos.

De modo geral, a organização litúrgica das leituras ao longo do ciclo trienal dominical e nas solenidades reflete uma cuidadosa busca por expressar a unidade entre o Antigo e o Novo Testamento, promovendo uma compreensão mais profunda da História da salvação, principalmente no mistério pascal de Jesus Cristo. A composição harmônica e a leitura semicontínua guiam a seleção dos textos, proporcionando uma ligação visível entre as leituras do Antigo Testamento e do Novo Testamento, particularmente com o Evangelho lido na mesma missa. A proposta se adapta aos diferentes períodos litúrgicos, destacando temas específicos durante o Advento, a Quaresma, o Tempo Pascal e o Tempo Comum. No conjunto, as leituras procuram transmitir os ensinamentos fundamentais da fé cristã, proporcionando o contato da comunidade com a quase totalidade das Sagradas Escrituras na liturgia dominical. Em suma, a prática litúrgico-pastoral da proclamação, da escuta e da interpretação da Palavra busca conduzir a comunidade de fé, através de um método próprio que entrelaça a tradição escriturística e a vida da Igreja ao coração do mistério pascal, culminando num processo metanóico, tendo em vista a glória de Deus e a salvação da humanidade.

4.1.2 O ciclo bienal semanal

Para a liturgia da Palavra do ciclo semanal, duas leituras foram estabelecidas. A distribuição das perícopes está posta da seguinte maneira: a primeira leitura é proposta do Antigo Testamento, dos Atos dos Apóstolos, das Epístolas ou do livro do Apocalipse. No Tempo Pascal, é específica do livro dos Atos dos Apóstolos; a segunda leitura trata-se de um trecho de um dos Evangelhos. Durante os dias das trinta e quatro semanas do Tempo Comum, há um ciclo duplo para a primeira leitura, realizado de acordo com o ano em questão, se ímpar ou par. As leituras do Evangelho se distribuem num único ciclo, repetido a cada ano. Nele também são utilizados os princípios da composição harmônica e da leitura semicontínua. Conforme visto no ponto anterior, os ciclos do Advento, Natal, Quaresma e Páscoa carregam em si características específicas. A eles é dado um ciclo anual de leituras hebdomadárias que não variam (IELM, nº 69).

Para a organização dessas leituras semanais, os textos já estão estabelecidos de forma direta, portanto é necessário que sejam lidos segundo tal ordem. Se houver, durante a semana, alguma celebração que coincida, para que a leitura de um

determinado livro não se repita ou se delongue, cabe ao que preside a celebração verificar antecipadamente a necessidade de omissão ou de adição de partes dos textos propostos (IELM, nº 82).

No Tempo do Advento, há duas séries de leitura, marcando-o com uma divisão em duas partes. A primeira, se estende desde o início até o dia 16 de dezembro, é composta pela leitura do livro de Isaías de acordo com a ordem cronológica, sem excluir as perícopes mais relevantes que também são lidas aos domingos. Os Evangelhos estão intimamente relacionados à primeira leitura. A partir da quinta-feira da segunda semana, inicia-se a leitura do Evangelho sobre João Batista. Para a primeira leitura, uma continuação do livro de Isaías ou um texto que esteja relacionado ao Evangelho. Na última semana antes do Natal, entre os dias 17 e 24, são lidos os eventos preparativos para o Natal do Senhor, presentes nos Evangelhos segundo Mateus (cap.1) e Lucas (cap.1). Para a primeira leitura foram selecionados alguns textos de diversos livros do Antigo Testamento, sendo relacionados com o Evangelho do dia, entre os quais se encontram algumas profecias messiânicas importantes (IELM, nº 94).

Durante o Tempo do Natal, a partir do dia 29 de dezembro, é realizada uma leitura contínua de toda a primeira carta de São João, que começou a ser lida no dia 27 de dezembro, data celebrativa do mesmo evangelista, e no dia seguinte, memória dos santos inocentes. As leituras evangélicas dizem respeito às manifestações do Senhor, cujos acontecimentos de sua infância são descritos nos Evangelhos segundo Lucas (dias 29 e 30 de dezembro), no primeiro capítulo do Evangelho segundo João (de 31 de dezembro a 5 de janeiro) e nas epifanias citadas nos quatro Evangelhos (7 a 12 de janeiro) (IELM, nº 96).

Com temas próprios da catequese quaresmal, em consonância com o significado espiritual do Tempo da Quaresma, leituras evangélica e veterotestamentária seguem a dinâmica de composição harmônica, de modo que expressem o sentido espiritual desse Tempo. Nesse intuito, a leitura semicontínua do Evangelho segundo João inicia-se na segunda-feira da quarta semana. As leituras da samaritana, do cego de nascença e da ressurreição de Lázaro são previstas como semanais, uma vez que só estão presentes em caráter obrigatório nos domingos do ano A, em substituição das leituras estipuladas para a terceira, quarta e quinta semanas (IELM, nº 98).

Nos primeiros dias da Semana Santa, ao levarem em conta o mistério da Paixão do Senhor, sua função messiânica e continuidade na Igreja através dos sacramentos, as leituras preparam as comunidades para adentrarem no Tríduo Pascal. Na Páscoa, a primeira leitura vem semicontínua dos Atos dos Apóstolos. Dentro da oitava da Páscoa são lidas no Evangelho as perícopes que relatam as aparições do Senhor, e uma leitura semicontínua do Evangelho segundo João nas semanas seguintes, com textos de sentido pascal, principalmente o discurso e a oração do Senhor depois da ceia, em complemento dos textos lidos na Quaresma (IELM, nº 101).

Entre a primeira e a nona semana do Tempo Comum, é lido o evangelho segundo Marcos, na qual os capítulos 1-12 são lidos por completo, à exceção de duas perícopes do capítulo 6, presentes em semanas de outros tempos litúrgicos. O evangelho segundo Mateus vem em seguida, entre a décima e a vigésima primeira semanas. Da vigésima segunda à trigésima quarta é lido o evangelho segundo Lucas, do qual o discurso escatológico é lido integralmente, de maneira que culmine com o final do ano litúrgico (IELM nº 109). É próprio para a primeira leitura desse Tempo a alternância entre Antigo e Novo Testamentos, conforme a volumetria dos livros lidos. Dada a considerável extensão do Antigo Testamento, as perícopes propostas foram as que permitiam um entendimento histórico ou teológico da natureza do livro. Os históricos, por exemplo, foram completados por textos sapienciais que lhes fizeram as vezes de próêmio ou conclusão. Dos livros do Novo Testamento, lê-se uma parte bastante notável, procurando dar uma visão substancial de cada uma das cartas. Nesse Tempo, cinco são os livros que não aparecem: Abdias e Sofonias (proféticos), Cântico dos Cânticos (poético) e Ester e Judite (narrativos). O livro de Daniel e o Apocalipse de São João são lidos no período final do ano litúrgico, dado o seu aspecto escatológico (IELM, nº 110).

A estrutura do ciclo bienal semanal das leituras litúrgicas revela uma organização cuidadosa e significativa, cujo objetivo encontra-se no aprofundamento da compreensão espiritual do mistério pascal na dinâmica cotidiana do ano litúrgico. Os critérios para distribuição das leituras nos dias de semana, envolvendo o Antigo Testamento, as Epístolas e o Evangelho, seguem um ciclo duplo durante as trinta e quatro semanas do Tempo Comum, proporcionando uma variedade de textos que contempla quase todos os livros das Sagradas Escrituras. As peculiaridades dos períodos litúrgicos, como Advento, Natal, Quaresma e Páscoa, são consideradas com

atenção e orientações próprias, oferecendo leituras que destacam temas específicos relacionados a cada fase litúrgica. A flexibilidade para ajustes durante celebrações especiais é incorporada, permitindo uma adaptação adequada dos textos propostos. No geral, a seleção de leituras busca promover, através do emprego da composição harmônica e da leitura semicontínua, uma lógica de compreensão que culmine numa experiência litúrgica coesa e significativa para a comunidade cristã ao longo do ciclo litúrgico bienal.

4.1.3 O ciclo serial dos santos e os formulários para demais celebrações

O lecionário santoral, por sua particularidade flexível nos formulários de leituras, revela-se um livro de inúmeras possibilidades. Para as celebrações dos santos, o elenco de leituras da missa dispõe de uma dupla série de leituras. A primeira, chamada “Próprio”, diz respeito às aos formulários de leituras para as solenidades, festas e memórias dos santos, no qual são dispostas leituras próprias. Quando existem leituras cujo tema diz respeito direto ao santos cuja memória é celebrada ou ao mistério divino neles revelado, são feitas essas leituras em substituição da leitura semanal, sobretudo se a memória for obrigatória. Para elas também é possível a indicação de perícopes dos demais formulários que possam ser consideradas de maior acordo com a celebração. A segunda série diz respeito ao “Comum” dos santos, organizada de maneira a atender as celebrações dos santos organizados em categorias (mártires, pastores, virgens etc.) e da santidade de modo geral, escolhidos livremente dentro dessa série (IELM, nº 70). É esse lecionário, de fato, diferente. Para ela há ainda outra característica, não encontrada em nenhum dos demais formulários: seus textos são dispostos todos de uma só vez para o Antigo Testamento, para a leitura do Apóstolo e para os Evangelhos. Estes são precedidos pelos textos dos cânticos interlecionais, o salmo e a antífona do evangelho. Tal proposta teme em vista a liberdade de escolha da comunidade celebrante para adequar-se às necessidades pastorais, sob a orientação de quem preside (IELM, nº 71).

Da mesma maneira se dá a disposição para os demais formulários de leituras que compõem o lecionário santoral. São os textos organizados para as celebrações que tenham intenções para as missas rituais, para diversas necessidades, votivas e para os fiéis defuntos. Assim como a série “Comum” os textos também são dispostos

na ordem da leitura veterotestamentária, do Apóstolo, dos salmos, das antífonas evangeliárias e do Evangelho (IELM, nº 72).

Encontram-se também no lecionário santoral formulários organizados para celebrações de outras naturezas. Para elas são previstas também três leituras: a do Antigo Testamento, a do Apóstolo e a do Evangelho. Esta orientação pode ser alterada de acordo com o parecer das Conferências Episcopais, que podem sugerir que haja apenas uma leitura antes do Evangelho, sendo retirada do Antigo ou do Novo Testamento, levando em consideração as tradições de leitura de certos livros de acordo com o tempo litúrgico (IELM, nº 87). As missas votivas são aquelas cujo caráter é devocional e particular, não estando ligadas ao calendário próprio dos santos. Esse elenco propõe uma diversidade de textos cuja utilidade presta um bom serviço para as situações de adaptação das celebrações, conforme a natureza de cada uma delas (IELM, nº 86). Os critérios para sua escolha são semelhantes àqueles utilizados para os formulários do “Comum” (IELM, nº 87).

Na diversidade de formulários desse lecionário, a IELM orienta aos que presidem e podem fazer a escolha de textos alternativos para a coerência no momento da escolha. Os critérios são teológicos e pastorais, ou seja, que comunicam o mistério pascal e possibilitam a boa compreensão dele por parte dos fiéis. Nunca é aconselhado que as leituras sejam escolhidas por preferências subjetivas, ou que sejam suprimidas aquelas que devem ser feitas, pois a mesa da Palavra deve estar preparada de maneira abundante para o povo (IELM, nº 83).

Ao destacar tais aspectos do lecionário santoral percebe-se sua diversificada constituição, capaz de proporcionar aos fiéis diversas possibilidades para a liturgia da Palavra nas celebrações dos santos, em suas duplas séries de leituras: o “Próprio”, voltado para as solenidades específicas de cada santo, e o “Comum”, aberto para diversas categorias de santidade. Essa estrutura única, que inclui textos dispostos de uma só vez para o Antigo Testamento, Apóstolo e Evangelhos, permite uma liberdade de escolha pela comunidade celebrante, sob a orientação do presidente da celebração. Para além, o lecionário contempla formulários para outras naturezas de celebrações, como as votivas, proporcionando uma diversidade de textos que se adequam às diferentes situações litúrgicas. A IELM destaca a importância dos critérios teológicos e pastorais na escolha das leituras, orientando que estas sejam selecionadas visando a comunicação do mistério pascal e a compreensão pelos fiéis, reforçando que a mesa da Palavra deve ser preparada de maneira abundante para o

povo. Essas orientações, baseadas em critérios bem fundamentados, asseguram a coerência e o significado da liturgia celebrada.

A presença de alguns formulários próprios para determinados santos destaca sua importância na devoção popular do Brasil. Inicialmente, é possível lembrar da solenidade de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, formulário próprio para o Brasil, conforme mencionado no capítulo anterior, com o dia 12 de outubro declarado feriado nacional em sua honra. Nesse cenário devocional destaca-se também a festa de Nossa Senhora de Nazaré, celebrada no dia 8 de outubro na região norte do Brasil, com uma devoção típica desta região. Mas sua celebração ainda não consta como festa ou memória obrigatória no lecionário, nem há um formulário específico para ela. É um caso oportuno sobre o qual pensar, para uma futura edição do lecionário santoral. Sua contemplação no nesse livro representará uma boa iniciativa para a representação do norte do país na liturgia, que já conta com a Oração Eucarística V, composta por ocasião do Congresso de Manaus, realizado no ano de 1975.

Existem aqui também outras situações que fazem com que determinadas festas de santos com datas possíveis para a semana sejam transferidas para o domingo seguinte, graças ao seu apelo devocional. A solenidade da Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria, celebrada no dia 8 de dezembro, tem tradição antiga no Brasil e reúne fiéis de todas as regiões, com inúmeras comunidades paroquiais e diocesanas dedicadas a ela. Sua transferência para o domingo seguinte ocorre em tempo oportuno porque, celebrada dentro do Tempo do Advento, tal mistério está diretamente ligado ao Natal. A decisão para esta transferência distinta ocorreu na 13ª Assembleia Geral da CNBB, que deliberou conforme os seguintes critérios:

Neste ano, a festa da Imaculada Conceição cai em Domingo do Advento. Conforme as rubricas, deve ser antecipada para o sábado precedente. Atendendo às dificuldades pastorais causadas por esta transferência, a Sagrada Congregação para o culto Divino escreveu ao Presidente da CNBB acenando com a possibilidade de manter a festa da Imaculada no Domingo, caso fosse esse o parecer da Conferência Episcopal. Ora, considerando que o mistério da Imaculada Conceição se relaciona com o tempo do Advento (preparação da vida do Messias), considerando que no Brasil a festa tem grande ressonância popular, estando o povo habituado a celebrá-la no dia 8, tendo mesmo obtido que em numerosos lugares o dia 8 fosse feriado civil (CNBB, 2019).

A pontuação do documento sobre a concessão de feriado civil em diversos lugares do Brasil nesta data reforça o fato de que sua força impacta não apenas o cenário religioso. A cidade de Recife-PE, por exemplo, ganha anualmente diversas

adaptações na mobilidade urbana ao longo da festa para que os fiéis subam o Morro da Conceição, com um sistema de transportes destinado ao local. Considerada desde 2022 “Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco”, atrai anualmente uma média de 1,5 milhão de fiéis durante seus 10 dias (Melo, 2023).

Caso igual de transferência para o domingo seguinte ocorre na solenidade de São Pedro e São Paulo, apóstolos. Embora unidos ao dia 29 de junho, em algumas regiões, o costume de celebrar esses dois santos na mesma data é pequeno. No dia 29 de junho, sobressai a devoção a São Pedro, unida aos festejos juninos, fortes na região nordeste. Em outras regiões, São Paulo costuma ser celebrado na data da festa de sua conversão, 25 de janeiro. É o caso da cidade e do estado de São Paulo, na região sudeste do país, que carregam seu nome. Em nenhum desses formulários, entretanto, a distribuição das leituras é impactada, porque permanecem no seu lecionário de origem. É diferente a situação da solenidade da Assunção de Nossa Senhora, já mencionada no primeiro capítulo, quando as leituras dessa festividade, mencionada no Lecionário Santoral, encontram-se dispostas no Lecionário Dominical, por ocasião de sua transferência para o domingo seguinte no Brasil.

Um fator que tem se apresentado como grande desafio pastoral para a efetiva utilização do lecionário na liturgia é a comercialização e distribuição dos subsídios paralelos preparados para a missa, como os folhetos litúrgicos de uso específico (jornaizinhos) e os impressos com periodicidade mensal (liturgia diária). Hábito presente em diversos países, tais subsídios surgiram no Brasil com o propósito de facilitar a recepção dos livros litúrgicos e a participação ativa do povo na missa, conforme a proposta conciliar do Vaticano II. Com o passar do tempo, no entanto, causaram um efeito de duplicidade na sua utilização. Por um lado, contribuem significativamente para que a assembleia possa conhecer e compreender a Palavra de Deus e o rito celebrado, situando-se no calendário litúrgico por meio das leituras e orações, trazendo acessibilidade e participação aos fiéis que, de modo geral, não têm acesso direto aos livros litúrgicos e podem, assim, preparar melhor a celebração, treinar a proclamação das leituras, ensaiar os cânticos e, durante a celebração, responder corretamente as partes designadas para si. Por outro lado, esse tipo de material criou diversos vícios nas comunidades que, tomando-o como subsídio oficial na prática litúrgica, afastaram-se do lecionário e perderam a consciência da pertença desse livro como seu, levando a uma dependência dos subsídios para a proclamação das leituras, substituindo muitas vezes o lecionário pelo folheto no ambão. Com isso,

foram acostumando as gerações a fazerem dessa prática algo comum e legítimo. Nela, limitou-se também a compreensão das possibilidades de uso para as leituras litúrgicas e dos textos eucológicos nas diversas celebrações, condicionando as assembleias a seguirem à risca o que está proposto no folheto como únicos textos possíveis e corretos. O caminho da formação litúrgica para as comunidades parece, hoje, o mais assertivo para a compreensão correta da utilização desses recursos. Uma formação séria e comprometida com a valorização da Palavra de Deus na liturgia e com o estudo do lecionário poderá equilibrar as questões pertinentes dos fiéis sobre o conhecimento dos ritos, dos livros e das práticas pastorais.

Em síntese, a cuidadosa organização do ciclo trienal dominical, do ciclo bienal semanal e do ciclo dos santos, com seus formulários para demais celebrações, busca expressar, nas leituras específicas para cada período litúrgico - Tempo do Advento, Natal Quaresma, Páscoa, e o Tempo Comum - uma compreensão profunda e completa da história da salvação, à luz do mistério pascal de Jesus Cristo, por meio da unidade entre o Antigo e o Novo Testamento. Da disciplina nos formulários do lecionário dominical e solene, à volumetria do lecionário semanal e à flexibilidade e adaptabilidade dos formulários propostos no lecionário santoral, o elenco de leituras para a missa oferece uma notável variedade de textos que contempla quase todos os livros das Sagradas Escrituras e considera as peculiaridades de cada fase litúrgica, bem como os contextos regionais que favorecem aspectos de devoção e piedade popular. A importância dada aos critérios teológicos e pastorais na escolha das leituras destaca a preocupação em comunicar o mistério pascal de forma clara e significativa para as comunidades cristãs, a partir de sua celebração na experiência dos santos e das razões particulares das comunidades. Assim, a mesa da Palavra é abundantemente preparada para alimentar espiritualmente também a devoção dos fiéis ao longo dos ciclos litúrgicos.

4. 2 LECIONÁRIO, A BÍBLIA NA LITURGIA

4.2.1 A arte de fazer: a tradução dos lecionários em vista da recepção pastoral

No processo de redescoberta das Sagradas Escrituras no Vaticano II, “a Igreja, então, convenceu-se de que “não há progresso litúrgico possível sem uma educação bíblica do cristão, porque não há liturgia sem a Bíblia” (Benedito, 2019, p. 82). Porém, dentro dos estudos bíblicos, os lecionários ocupam um espaço menor em relação aos

estudos litúrgicos e quase resumido à sua historicidade e ao estudo da crítica textual, mas de grande contribuição, pois é a partir de tal trabalho que as composições dos antigos e atuais elencos de leituras litúrgicas vão sendo embasadas ao longo do tempo, nas reformas realizadas nos livros litúrgicos.

Ocorre que, durante os estudos dos textos originais dos lecionários, pesquisadores da área de Bíblia ignoraram o fato de que a história do lecionário tem uma ligação mais direta com a história da liturgia do que com a história do Novo Testamento, o que justifica a pouca pesquisa sobre o tema na área de Bíblia. Logo após, chegou-se à percepção de que não se pode ignorar os fatos históricos da Igreja numa pesquisa sobre a Bíblia. Sobre o lecionário, Kurt e Bárbara Aland destacam como exemplo as regiões de produção dos primeiros textos e seus contextos histórico/eclesiológico, a passagem do grego ao latim na liturgia, o estabelecimento do calendário litúrgico e a leitura litúrgica como método de leitura para o ambiente celebrativo:

Há agora a questão da antiguidade deste sistema que foi preservada com uma consistência tão impressionante pelos lecionários gregos (além de muito poucas exceções importantes). A data de sua introdução tem implicações definitivas para o tipo de texto encontrado em seus exemplares originais. Se fosse anterior a 300 d.C., representaria o texto do período inicial. Se fosse do século IV, haveria várias possibilidades, dependendo da região em que foi composto. Se fosse um pouco mais tarde, ou mesmo consideravelmente mais tarde, provavelmente teria sido baseado no texto imperial bizantino. Caspar René Gregory acreditava (embora tenha afirmado com cautela como uma "teoria") que o início da sequência de leituras de sábado a domingo "provavelmente" remete à primeira metade do segundo século, e o resto ao "final do segundo século". Ele considerou a conclusão do sistema dos dias da semana como impossível antes da idade de Constantino, e esta é a última data que ele proporia (Aland; Aland, 1995, p. 166-167¹).

E, após esta conclusão, finalizam com o apontamento da importância do estudo dos contextos histórico-rituais dos lecionários para um trabalho assertivo:

Podemos observar aqui as consequências fatais incorridas quando os críticos textuais prestam atenção inadequada à história da Igreja e do Cânone (mesmo em 1972 Bruce M. Metzger ainda escreveu: "Quando essas datas são muito

¹ *There is now the question of the antiquity of this system which has been preserved with such impressive consistency by the Greek lectionaries (apart from a very few important exceptions). The date of its introduction has definite implications for the kind of text found in its original exemplars. If it were anterior to A.D. 300, it would represent the text of the early period. If it were of the fourth century there would be several possibilities, depending on the region in which it was composed. If it were somewhat later, or even considerably later, it would most probably have been based on the Byzantine Imperial text. Caspar René Gregory believed (although he stated it cautiously as a "theory") that the beginnings of the Saturday-Sunday sequence of lessons probably go back to the first half of the second century, and the rest to "the late second century." He regarded the completion of the weekday system as impossible before the age of Constantine, and this is the latest date he would propose).*

cedo, não é para o atual escritor julgar, mas ele preferiu acreditar, de acordo com a maioria dos estudiosos lecionários entre os quais ele mesmo é excelente, "que o sistema lecionário atual hoje na Igreja Ortodoxa teve sua origem em algum momento durante o século IV" (Aland; Aland, 1995, p. 166-167²).

Para os biblistas e liturgias que trabalharam na composição do novo *Ordo Lectionum Missae*, tornou-se que a teologia e a história deveriam ser levadas em conta igualmente, uma vez que a revelação se dá na história e, à luz de SC, a liturgia é parte fundamental de ambas:

Como se o critério fosse considerado "o mistério de Cristo e a história da salvação" (art. 16). Assim, numa nova série de leituras, apresenta-se todo o núcleo da pregação apostólica sobre Jesus "Senhor e Cristo" (Atos 2:36), que cumpriu as Escrituras com sua vida e pregação e sobretudo o mistério pascal; mas a sua própria vida vivifica a igreja até à sua segunda e gloriosa vinda (Massimi, 2018, p. 64³).

Embora tivesse ocorrido o avanço na perspectiva bíblica sobre o modo de estudar e organizar a utilização do lecionário a partir de seus contextos, teologia e história, o trabalho de organização e tradução não deixou de ser prolongado e minucioso, ocasionando, em certos momentos, delonga as entregas dos textos:

Na *Relatio* que estamos examinando, novamente na seção *Travail en cours*, foi destacado que na época apenas parte do programa foi implementado: «De fato, foram contactados alguns estudiosos da Bíblia (cerca de 50), que prepararam uma lista de perícopes do Antigo e do Novo Testamento, algumas falharam e foram substituídas. Além disso, em agosto de 1965, ainda faltava a lista dos dez livros e as listas apresentadas eram muitas vezes excessivamente esquemáticas. Estas listas foram enviadas em dezembro de 1965 para 40 especialistas em catequese ou pastores» (Massimi, 2018, p. 71⁴).

² *We can observe here the fatal consequences incurred when textual critics pay inadequate attention to the history of the church and of the canon (even in 1972 Bruce M. Metzger still wrote: "Whenever these dates are too early, it is not for the present writer to judge"; yet he preferred to believe, in agreement with the majority of lectionary scholars among whom he is himself outstanding, "that the lectionary system current today in the Orthodox Church had its origin sometime during the fourth century*").*

³ *Tamquam criterium habeatur «mysterium Christi et historia salutis» (art. 16). Proinde in novo ordine lectionum conficiendo proferatur totus nucleus apostolicae praedicationis circa Iesum "Dominum et Christum" (Act. 2, 36), qui Scripturas adimplevit vita, praedicatione et praesertim paschali mysterio; Ecclesiam vero suam propria vita vivificat usque ad secundum et gloriosum suum adventum.*

⁴ *Nella Relatio che stiamo esaminando, sempre nella sezione Travail en cours, veniva messo in luce come all'epoca solo parte del programma fosse stata realizzata: «Infatti, dei biblisti contattati (circa 50), che prepararono una lista di pericopi dell'Antico e del Nuovo Testamento, alcuni furono inadempienti e vennero sostituiti. Inoltre, nell'agosto del 1965, mancava ancora l'elenco di dieci libri, e le liste presentate spesso furono eccessivamente schematiche. Tali liste vennero inviate nel mese di dicembre del 1965 a 40 esperti in catechesi o pastori».*

No trabalho dos exegetas para a tradução das perícopes a serem usadas nos lecionários para o Brasil, era imprescindível a busca pelo favorecimento da compreensão nas traduções apresentadas, para promover uma tradução que transmita as palavras, mas que também ofereça uma entrada acessível e eficiente ao conhecimento contido nos textos originais. Em algumas situações, a revisão ajudava na detecção de termos dúbios ou ruins na tradução:

(...) Talvez fosse mais expedito assumir o Lecionário dos Paulinos, que já está pronto, e mais ou menos difundido. A tradução é boa, digna, clara; mas na vontade de esclarecer e atualizar caiu nalgumas bobagens: por exemplo: traduz corvo por urubu; as moedas foram colocadas em cruzeiros (!!)

– além da falsidade da tradução, não favorece de modo algum a compreensão, sobretudo com nossa inflação galopante: os cruzeiros de quando foi impresso o Lecionário valem umas dez vezes o de hoje, tirando qualquer sentido às parábolas (...). Se, pois, se achar mais fácil assumir o Lecionário dos Paulinos, que nas próximas edições haja as devidas correções. (Ainda ontem falava de Maria noiva” de José, e versículos após apresentava corretamente José como esposo de Maria) (...) (Veloso, 1980).

Na preocupação com a linguagem da tradução, aspectos técnicos eram discutidos, revelando ali as habilidades necessárias para o trabalho de um tradutor, adquiridas pelos biblistas durante sua formação e experiência:

(...) O meu assunto é a respeito do Lecionário Dominical que recebi por meio da Secretaria Geral da Sociedade Bíblica do Brasil. É sobre isso que, com toda estima e respeito que os senhores merecem, venho ponderar o seguinte: 1. A linguagem do Lecionário, toda ela, é uma mistura de trechos eruditos com trechos de linguagem comum. Este reparo se aplica ao vocabulário, à estrutura da frase, e também aos hebraísmos e helenismos (Alves, 1982).

O texto continua suas colocações, exemplificando o uso do princípio de equivalência formal e equivalência dinâmica⁵ no processo de tradução dos textos do lecionário:

2. Quanto aos princípios, pelo que foi dito acima, há versículos, e vários em seguida, que estão redigidos de acordo com os Princípios da Equivalência Dinâmica. E também há muitos misturados com a Equivalência Formal (ou literal). Isto se aplica mais ao Novo Testamento. No entanto, na parte tirada do Antigo Testamento, predomina a Equivalência Formal. Como o senhor sabe, esta equivalência, além de ser erudita, arcaica e lusitana, é totalmente estranha e incompreensível ao povo simples. Estou de pleno acordo com as suas recomendações, conforme documento de 23 de dezembro de 1981. Na letra C, o senhor recomenda, além de fidelidade aos originais, "acessibilidade também ao povo simples". Ótimo! (Alves, 1982).

⁵ A equivalência dinâmica, consiste na proposta de que, ao ser traduzido, o idioma de partida precisa provocar a mesma compreensão na língua de chegada, enquanto a equivalência formal refere-se ao idioma de partida traduzido em sua forma literal.

O autor finaliza deixando claro seu parecer técnico sobre qual princípio se torna adequado à proposta linguística do lecionário, colocando-se à disposição para discussão sobre questões exegéticas e linguísticas:

3. Até onde posso perceber, estou certo de que o Lecionário, pela sua importância e responsabilidade, deveria seguir um princípio só - o da EQUIVALENCIA DINAMICA. A mim me parece, como tradutor do N.T. na Linguagem de Hoje e de vários livros do A.T., (e revisor nos demais), que a redação do Lecionário deveria passar por mais 5 ou 6 fases do processo linguístico de equivalência dinâmica aplicado às traduções da Bíblia. Na Bíblia na Linguagem de Hoje tivemos 19 fases. Quanto ao problema da uniformização exegética e linguística, creio que, se desejarem, podemos trocar idéias mais tarde (Alves, 1982).

Para a equipe da época em questão, as traduções foram tomando forma adequada, à medida que o trabalho avançava, sobretudo pela fidelidade aos textos originais, como previa o critério estabelecido de tradução fiel, mas acessível ao povo:

Prezado Padre Bauduino, com grande alegria recebi suas traduções para o Lecionário Dominical Ano C. Fiquei muito contente não somente porque chegaram bem em tempo, mas também porque me parecem traduções que correspondem àquilo que precisamos. Digo isso, sem querer julgar sobre a fidelidade aos originais; a este respeito tenho plena confiança no senhor. Mas a linguagem ne parece realmente acessível e proclamável. Por enquanto digo: Muito obrigado! Logo que tivermos o texto datilografado mandarei uma segunda via para o senhor, uma outra depois da revisão feita (...) (Lutz, 1981).

A tradução não era um trabalho isolado aos biblistas. Outros especialistas iam, à medida de conclusão da tradução, colaborando no esmero do texto, sob a supervisão dos tradutores:

Prezado Padre Lutz CSSp. PXti. Está em minhas mãos sua prezada carta de 10 do c., na qual me convida a traduzir as perícopes dominicais dos profetas do Ano C. (...) 6. Quanto às revisões Literária-filológica, exegética, litúrgica, faço questão de as receber, a ver se correspondem exatamente aos originais. Queremos é um texto fiel aos originais; a sonoridade e fluência são importantes e desejáveis, mas não se devem afastar do texto original (...) (Kipper, 1981).

Os registros da Linha 4 da CNBB sobre a tradução e organização dos lecionários para o Brasil, apontam os nomes de alguns dos biblistas responsáveis pelo processo⁶; alguns nomes que não aparecem nesta lista já foram citados

⁶ Segundo Lutz, "São estes os exegetas que fizeram esta tradução: Frei Ludovico Garmus OFM, Petrópolis: Pentateuco e Ezequiel; Pe. José Raimundo Vidigal CSSR, Rio de Janeiro: Os outros livros históricos do Antigo Testamento; Pe. Luis Stadelmann, SJ, São Leopoldo: Livros Sapienciais; Pe. J. Balduino Kipper SJ, São Leopoldo: Profetas com exceção de Ezequiel; Pe. Ney Brasil Pereira, Florianópolis: Deuterocanônicos; Euclides Martins Balancin, São Paulo: Evangelho de S. Mateus, Corpo Joaneu; Pe. Ivo Storniolo, São Paulo: Evangelho de S. Lucas, Atos dos Apóstolos; Domingos.

anteriormente. Destacar essas pessoas é necessário, tendo em vista o grande trabalho prestado à Igreja no Brasil nesse processo, pelo qual deve-se gratidão. Ainda no mesmo registro, há um pedido importante: que a revisão das perícopes traduzidas seja feita, se possível, com a participação comunitária.

(...) Na base destas explicações, pergunto se pode, eventualmente junto com outros membros do seu grupo de trabalho, ou com uma comunidade eclesial, colaborar na revisão das traduções do lecionário dominical do ano C. Trata-se de umas 220 perícopes. Como a tradução definitiva dos salmos já foi confirmada pela Santa Sé, os salmos não entram neste trabalho atual (...) Pe. Gregório Lutz / Assessor da Linha 4 – Liturgia (Lutz, 1983).

Não foram encontrados registros posteriores sobre a possibilidade de realização da revisão através da equipe de trabalho ou da comunidade mencionada. Contudo, é possível compreender que a participação do povo nos trabalhos com os textos era algo desejado também pelos especialistas.

Os biblistas costumam trabalhar em método de traduções de livros específicos e inteiros. O esquema proposto pelo lecionário, chamado de Leitura Litúrgica, diverge desse método, uma vez que se trata de conjuntos de perícopes de livros distintos para as celebrações às quais estão destinados. Nesse método, as Sagradas Escrituras estão para a teologia celebrada e auxiliam na compreensão do mistério que a contempla:

Outra riqueza apresentada no novo lecionário está na leitura contínua e semicontínua dos textos bíblicos. O objetivo da leitura contínua é de aprofundar a mensagem “em si mesma”, isto é, ela segue o caminho da descoberta da intenção do autor, a fim de captar o sentido teológico e divino. Com esse método, os fiéis se aproximam da Palavra de Deus de modo sistemático. Por sua vez, a leitura semicontínua manifesta a impossibilidade de continuar no nível da proclamação continuada da Palavra: está em busca de uma hermenêutica mais complexa, voltada para a atualização existencial – uma exegese do tipo aplicativa (Benedito, 2019, p. 81-82).

Pedro Farnés destaca dois aspectos distintos e importantes do método de leitura litúrgica, um relacionado aos tempos litúrgicos e outro ao mistério da salvação, pilar da ordem de leituras:

Os livros da Escritura na celebração não são proclamados com a intenção única de ler materialmente a Bíblia (segundo essa suposição, a base dos lecionários seria muito simples: colocar neles os livros bíblicos na mesma ordem com que, desde antigamente, aparecem na Bíblia). Essa proclamação

Zamagna, São Paulo: Cartas Paulinas. Para a revisão convidamos, além dos que foram indicados na reunião de 5 - 9 - 1981: Frei Carlos Mesters Ocaram, Angra dos Reis; Pe. Raul Motta de Oliveira, Caratinga.” (Lutz, 1983).

tem, sobretudo, a finalidade concreta e pedagógica de facilitar, através das leituras, a oração contemplativa do mistério de Deus e de Cristo. Por isso, determinados escritos bíblicos são reservados a tempos litúrgicos concretos, enquanto outros livros são dispostos em uma determinada ordem com o objetivo de renovar a vivência da História da Salvação (Farnés, 2008, p.11).

É possível pensar que o método de leitura litúrgica desvincula a estrutura na qual as perícopes são apresentadas na Bíblia. Trata-se, entretanto, de um o método antigo, com registros na história bíblica e litúrgica. Ademais, é uma maneira de relacionar os textos bíblicos, como se faz na também Bíblia, como é o caso dos escritores dos livros bíblicos, pioneiros a possibilitarem essa associação ao retomarem textos sagrados hebraicos⁷ em seus escritos. Outro caso semelhante encontra-se no método utilizado pelos biblistas tradutores que relacionam ao lado do texto ou em notas de rodapé citações de outros textos que tocam no assunto ali trabalhado. Finalmente, existe a universalidade do calendário litúrgico-celebrativo, razão pastoral que faz as comunidades contemplarem o mistério celebrado nos ciclos de leituras a partir de sua realidade particular.

Por fim, ainda uma palavra sobre o futuro da tradução dos lecionários no Brasil: a Bíblia da CNBB. Conforme relatado no primeiro capítulo, havia o desejo do uso de uma bíblia de referência para ser usada como texto-base dos lecionários, mas nenhuma das que foram avaliadas mostraram-se com linguagem apta para a proposta. Então, a organização e o lançamento de uma bíblia pela CNBB tornaram-se um projeto para o futuro, de maneira que servisse como texto-base dos “textos citados nos documentos eclesiais, (...) para a catequese, as reuniões, os encontros de oração e de formação” (Agnelo, 2006). Na 4ª edição da Bíblia da CNBB, o Cardeal Geraldo Majella Agnelo afirma a “intenção da CNBB oferecer, num futuro próximo, uma edição da Bíblia que tenha, ao mesmo tempo, a aprovação para ser usada na proclamação das leituras na Liturgia” (Agnelo, 2006).

Se, numa edição futura, a proposta for mantida, o texto bíblico certamente passará por uma adequação litúrgica. Mas é possível prever como ficará, por exemplo, o evangelho proclamado na Quarta-feira de Cinzas e sua comparação com o texto atual presente no lecionário:

⁷ A exemplo, ver Lc 24,44-45, Rm 3,10b-12 (Sl 14,1-3), 2Cor 9,9 (Sl 112,9);

TEXTO DO LECIONÁRIO
QUARTA-FEIRA DE CINZAS¹:

Proclamação do Evangelho de Jesus Cristo segundo Mateus 6,1-6.16-18.

Naquele tempo, disse Jesus aos seus discípulos:

1"Ficai atentos para não praticar a vossa justiça na frente dos homens, só para serdes vistos por eles. Caso contrário, não recebereis a recompensa do vosso Pai que está nos céus.

2Por isso, quando deres esmola, não toques a trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem elogiados pelos homens. Em verdade vos digo: eles já receberam a sua recompensa.

3Ao contrário, quando deres esmola, que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua mão direita,

4de modo que, a tua esmola fique oculta. E o teu Pai, que vê o que está oculto, te dará a recompensa.

5Quando orardes, não sejais como os hipócritas, que gostam de rezar em pé, nas sinagogas e nas esquinas das praças, para serem vistos pelos homens. Em verdade vos digo: eles já receberam a sua recompensa.

6Ao contrário, quando tu orares, entra no teu quarto, fecha a porta, e reza ao teu Pai que está oculto. E o teu Pai, que vê o que está escondido, te dará a recompensa.

16Quando jejuardes, não fiqueis com o rosto triste como os hipócritas. Eles desfiguram o rosto, para que os homens vejam que estão jejuando. Em verdade vos digo: Eles já receberam a sua recompensa.

17Tu, porém, quando jejuares, perfuma a cabeça e lava o rosto,

18para que os homens não vejam que tu estás jejuando, mas somente teu Pai, que está oculto. E o teu Pai, que vê o que está escondido, te dará a recompensa".

Palavra da Salvação.

TEXTO DE MATEUS 6,1-6.16-18

BÍBLIA DA CNBB

(tradução de Dom Walmor Oliveira de Azevedo e Pe. Geraldo Dondice)

6 1" Cuidado! não pratiqueis vossa justiça na frente dos outros, só para serdes notados. De outra forma, não recebereis recompensa do vosso Pai que está nos céus.

2Por isso, quando deres esmola, não mandes tocar a trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem elogiados pelos outros. Em verdade vos digo: já receberam sua recompensa. 3Tu, porém, quando deres esmola, não saiba tua mão esquerda o que faz a direita, 4de modo que tua esmola fique escondida. E o teu Pai, que vê no escondido, te dará a recompensa.

[A oração. O Pai-nosso]

"Quando orardes, não sejais como os hipócritas, que gostam de orar nas sinagogas e nas esquinas das praças, em posição de serem vistos pelos outros. Em verdade vos digo: já receberam a sua recompensa. 6Tu, porém, quando orares, entra no teu quarto, fecha a porta e ora ao teu Pai que está no escondido. E o teu Pai, que vê no escondido, te dará a recompensa.

[O jejum]

16«Quando jejuardes, não fiqueis de rosto triste como os hipócritas. Eles desfiguram o rosto, para figurar aos outros que estão jejuando. Em verdade vos digo: já receberam sua recompensa. 17Tu, porém, quando jejuares, perfuma a cabeça e lava o rosto, 18para que os outros não vejam que estás jejuando, mas somente teu Pai, que está no escondido. E o teu Pai, que vê no escondido, te dará a recompensa.

Como síntese deste estudo sobre o trabalho dos biblistas com os lecionários, é notável perceber a importante e complexa relação histórica entre a Bíblia e a liturgia, na qual ambas se complementam e cooperam mutuamente para a comunicação do mistério pascal. Durante a reforma dos lecionários após o Concílio Vaticano II, os biblistas desempenharam significativa colaboração, contribuindo para a atualização e contextualização das leituras, tornando-as acessíveis e relevantes para os fiéis. De igual importância, seu trabalho na exegese e hermenêutica textual nas traduções dos lecionários e dos demais livros litúrgicos para o Brasil destaca-se como um esforço qualitativo para transmitir a mensagem bíblica de maneira fiel e compreensível. Ao considerar o desejo de uma participação ativa do povo durante o processo de revisão das traduções, vislumbra-se a importância de envolver a comunidade na aplicação pastoral deste livro. Para além, os benefícios da leitura litúrgica, método particular da liturgia, específico para a compreensão da Bíblia através dos ritos, contribuem significativamente para a comunicação eficaz do mistério pascal, enriquecendo a experiência das comunidades celebrantes.

4.2.2 A arte de acolher criativamente: diversas formas de recepção do lecionário no contexto pastoral brasileiro

Durante a elaboração dos lecionários a Igreja no Brasil também passava pelo processo de elaboração da Liturgia das Horas. Seu processo foi posterior ao do Lecionário por uma diferença pequena de tempo, tendo sido publicada no ano de 1995, em quatro volumes. Surgiram nesse período esquemas próprios para o Ofício entre as comunidades religiosas e a publicação do Diurnal Romano e da Oração do Tempo Presente, subsídios temporários até a chegada da versão definitiva e oficial da CNBB com boa aceitação do público. Uma perda pastoral significativa em relação à Liturgia das Horas foi a falta do Ofício de Leituras quando da publicação da primeira edição no Brasil. Houve excessiva demora para a finalização do trabalho, de modo particular na tradução dos textos patrísticos. Acrescentaram-se outras razões a esta, como a esperança de fazer neste livro o uso das traduções preparadas para o lecionário, e a opção por uma tradução dos salmos diferente, metrificada para o canto, um trabalho inédito no Brasil (Beckhäuser, 2001, p. 87-89).

Essas questões foram contribuindo para a perda de sua prática entre os que já o realizavam em caráter obrigatório dos estatutos seculares e religiosos, e o distanciamento ainda maior dos demais fiéis para ela. Somou-se a elas a chegada do Ofício Divino das Comunidades⁸, organizado por um grupo independente de liturgistas e publicado no ano de 1988 pelas Edições Paulinas, como uma proposta popular dessa oração. Mesmo não sendo um livro oficial da CNBB, essa proposta teve grande aceitação nas comunidades devido à sua tradução livre, de fácil memorização, e à simplificação e redução de alguns aspectos da Liturgia das Horas. Na primeira edição, as leituras bíblicas são dispostas de três modos: inseridas integralmente no roteiro (ODC, 1988, p. 163), indicadas do lecionário (ODC, 1988, p. 509) ou à escolha (ODC, 1988, p. 107). Na segunda edição, publicada no ano de 1993 pela Editora Paulus, os textos bíblicos encontram-se já indicados e dispostos integralmente (ODC, 2007, p. 555) ou sugere-se a leitura do dia, em referência à que é proposta pelo lecionário no calendário litúrgico (ODC, 2007, p. 488). O ODC realiza um trabalho de grande contribuição para a Igreja no Brasil e poderia ser oficializado por ela, para que lhe fosse dado de direito o mérito que já tem de fato. Sua grande aceitação em relação à Liturgia das Horas, no entanto, faz com que seja notado, mais uma vez, o afastamento

⁸ Doravante ODC.

entre os livros litúrgicos oficiais e as assembleias litúrgicas, fazendo com que, dados os feitos rebuscados na sua tradução, na sua sistematização ou na falta de preparação pelos ministros, ordenados ou não, e pelo povo em geral, estes procurem recursos paralelos para a oração.

Com o tempo, certas ações pastorais foram sendo fidelizadas no Brasil, fazendo com que a proclamação Palavra de Deus não tivesse sua presença reduzida apenas à celebração eucarística, e expandindo o uso do lecionário para além da leitura na missa. A celebração da Palavra de Deus, que toma como base o lecionário da missa, é um bom exemplo. Documentos, vídeos e roteiros educativos foram produzidos pela CNBB⁹ e por iniciativas de liturgistas¹⁰. A adoção do ciclo de leituras da missa emergiu com naturalidade, uma vez que a memória do mistério pascal na vida da comunidade é especialmente transmitida pela proclamação da Palavra segundo a ordem do tempo litúrgico e sua materialização no elenco das leituras da missa.

Outro exemplo é a Campanha da Fraternidade, projeto relacionado à doutrina social da Igreja que convida à vivência concreta desse tempo forte de conscientização das necessidades socioambientais no período quaresmal. Os materiais produzidos em sintonia com esta campanha preveem roteiros celebrativos que tomam em consideração o tema e o lema de cada campanha. A elaboração e realização de roteiros para a Via-sacra e para as celebrações e caminhadas penitenciais são iluminados abundantemente pela Palavra de Deus, em harmonia com o lecionário.

Promovida em abrangência mundial pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e pelo Conselho Mundial de Igrejas, a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos é celebrada no Brasil durante a última semana da Páscoa, funcionando como preparação para a solenidade de Pentecostes, para estabelecer uma sintonia com o tempo litúrgico e com o seu elenco de leituras, buscando o diálogo e a convivência harmônica entre os cristãos, à luz Espírito Santo. O caráter ecumênico é experimentado também na diversificação dos textos bíblicos e eucológicos previstos

⁹ CNBB. Ministério e celebração da Palavra de Deus. Documento da CNBB, 108. Brasília: Ed. CNBB, 2019.

¹⁰ Cf. BUYST, Ione. Celebração do domingo ao redor da Palavra de Deus. São Paulo: Paulinas, 2002; CARPANEDO, Penha. Dia do Senhor. Rito da celebração da Palavra Deus. São Paulo: Paulinas, 2017; GUIMARÃO, Jesus A. C.; FRANCO, José A.; ALMEIDA, Sebastião C. de Almeida; FERNANDES, Veronice. Celebrando o dia do Senhor. Tempo comum A B C subsídio para as celebrações dominicais da Palavra de Deus nas comunidades. São Paulo: Paulus, 2012.

nos roteiros elaborados para os momentos de oração, além da temática anual, acompanhada por um versículo bíblico.

A Igreja no Brasil estabelece a cada ano, considerando a piedade popular, um conjunto de subsídios litúrgicos-pastorais, em preparação para a celebração do Natal do Senhor: são as “Novenas de Natal” que, durante as duas últimas semanas do Advento. Para além das leituras bíblicas próprias do tempo, as “Antífonas do Ó”, presentes no lecionário como aclamação ao Evangelho a partir do dia 17 de dezembro, são retomadas nas novenas como antífonas do cântico evangélico.

Compreende-se, desta forma, que o lecionário da missa interage com outras formas litúrgico-celebrativas, vigorando os fiéis na prática comunitária, na qual as Sagradas Escrituras permanecem como alimento espiritual cotidiano.

4.2.3 A arte de ouvir: por uma teologia da escuta

Na relação comunicativa entre Deus que se manifesta e a pessoa humana que a ele é chamada a prestar culto, apresenta-se um diálogo cuja expressão sacramental alcança sua plenitude na proclamação e na escuta da Palavra divina¹¹. Como gesto pertencente à ação ritual da proclamação da Palavra de Deus na liturgia, a escuta é proposta como um ato sagrado, capaz de proporcionar profunda conexão entre a Palavra proclamada e a comunidade que a recebe. Através da escuta, é possível acolher as experiências e vivências relatadas nos textos sagrados, como também compreender as necessidades e os anseios da comunidade reunida, promovendo um diálogo respeitoso e legítimo.

O dinamismo da Palavra de Deus durante a celebração litúrgica se desdobra em uma dualidade de movimentos essenciais. Em sua dimensão ascendente, manifesta-se como um culto latrêutico-eucológico, no qual a comunidade se apresenta com louvor e oração. Simultaneamente, sua força revela-se descendente, desencadeando um movimento didático-soteriológico. Este último, um fluxo de ensinamento e salvação destinado à pessoa humana. Nesse contexto revelador, a Palavra celebrada transcende a mera comunicação textual, tornando-se um veículo dinâmico de interação entre o divino e o humano (Benedito, 2022, p. 106).

¹¹ O apelo a desenvolver a arte da escuta da Palavra proclamada na ação litúrgica foi renovado pelo Papa Francisco no n° 53 de sua carta apostólica *Desiderio Desideravi*: “(...) que arte somos chamados a aprender ao proclamar a Palavra, ao escutá-la, ao fazê-la inspiração da nossa oração, ao fazê-la tornar-se vida?” (Francisco, *Desiderio Desideravi*, 2022).

A Palavra de Deus é proclamada de forma ritual na liturgia: Deus fala e o povo, reunido por ele, imbuído das reverberações da Palavra anunciada, através da ação do Espírito Santo, escuta e responde. Dessa forma, a ação ritual proclamativa deve ser realizada de maneira a tornar os textos proclamados compreensíveis e capazes de comunicar o mistério salvífico neles anunciado, sem acréscimos ou supressões:

A escuta litúrgica da Palavra de Deus chega ao coração do povo de Deus por sua simplicidade; por isso, “o rito deve [...] ser claro e breve, evitar as repetições, estar ao alcance dos fiéis e não necessitar de muitas explicações”. Esta afirmação do Concílio ainda não foi bem compreendida, apesar do esforço das Comissões de liturgia nacionais, regionais e diocesanas. A simplicidade traz nobreza, beleza e leveza ao rito. Outro aspecto desafiante é a quantidade de enxertos feitos no rito, o que atrapalha e bloqueia a escuta ritual da Palavra de Deus, além de causar mal-estar na assembleia. O ato de proclamar a Palavra de Deus é ritual e dinâmico por sua própria natureza (Quirino, 2022, p. 193).

Na liturgia da Palavra, o silêncio também é importante. O gesto de silenciar para a escuta de algo externo a si, possibilita aos fiéis a percepção do Deus que convida à comunicação. É um convite também à compreensão da sabedoria divina frente conhecimento limitado do ser humano. O silêncio posiciona a comunidade celebrativa na condição do aprendizado constante, permitindo que novas perspectivas surjam e enriqueçam sua compreensão sobre a fé e a espiritualidade cristã. Se trata também de um gesto previsto para a liturgia da Palavra, na busca das melhores condições para que a comunidade celebre bem:

A liturgia da palavra deve ser celebrada de tal maneira que favoreça a meditação; por isso deve-se evitar a pressa, que impede o recolhimento. O diálogo entre Deus e os homens, que se realiza com a ajuda do Espírito Santo, requer breves momentos de silêncio, adequados à assembleia presente, para que neles a Palavra de Deus seja acolhida interiormente e se prepare uma resposta, por meio da oração. Podem-se guardar estes momentos de silêncio, por exemplo, antes de comentar a liturgia da palavra, depois da primeira e da segunda leitura, e ao terminar a homilia (IELM, nº 28).

Dada a importância da escuta da assembleia à liturgia da Palavra visando uma boa celebração, a preparação dos leitores demanda uma abordagem imprescindível e abrangente, integrando tanto aspectos bíblicos e teológicos quanto técnicos. A formação bíblica e teológica constitui a base, capacitando os leitores a compreenderem profundamente o contexto e a mensagem dos textos sagrados. Nesse sentido, é de fundamental importância estudar, além do texto a ser proclamado,

as orientações litúrgicas para esse rito, considerando a diversidade ministerial que o compõe:

A tradição litúrgica assinala a função de proclamar as leituras bíblicas na celebração da missa a ministros: leitores e diácono. Mas se não houver diácono nem outro sacerdote, o celebrante deve ler o Evangelho, e no caso em que não haja leitor, todas as demais leituras (IELM, nº 49).

Com o tempo, tornou-se comum a confiança da proclamação da Liturgia da Palavra por leitores não instituídos, possibilitando esse espaço como uma das expressões da participação ativa da assembleia litúrgica:

A assembleia litúrgica precisa ter leitores, ainda que não tenham sido instituídos para esta função. Por isso, é preciso procurar que haja alguns leigos, os mais aptos, que estejam preparados para desempenhar este ministério. Se houver vários leitores e várias leituras a serem feitas, convém distribuí-las entre eles (IELM, nº 52).

O ministério instituído do leitor, entretanto, permanece válido e digno, sendo feito uso dele sempre que possível:

“Na celebração eucarística, o leitor tem um ministério próprio, reservado a ele, ainda que haja outro ministro de grau superior”. É importante dar a devida importância ao ministério do leitor, conferido por ato litúrgico. Os que foram instituídos como leitores, se os houver, devem exercer sua função própria, pelo menos nos domingos e festas, durante a missa principal. Além disso, pode-se confiar a eles o encargo de ajudar na organização da liturgia da palavra e de cuidar, se for necessário, da preparação de outros fiéis que, por designação temporânea, devem fazer as leituras na celebração da missa (IELM, nº 51).

Quanto a este ministério, uma ação pastoral deverá ser mais bem trabalhada entre as comunidades, tendo em vista a alteração do cân. 230 § 1 do Código de Direito Canônico pelo Papa Francisco no ano de 2021 com o *motu próprio Spiritus Domini*, que permite a inclusão de mulheres e de homens que não estão no processo para a ordenação presbiteral (Francisco, 2021). O fato é que a função da leitura já vem sendo exercida durante anos por leitores não instituídos, seja pela pouca presença desse ministério nas comunidades, seja pela proposta de participação ativa da assembleia na liturgia, que inclui as diversas funções litúrgicas possíveis a ela. Nesse caso, o que precisa ser feito é a formalização e regulamentação dessa função, para que manifeste ainda mais o valor da Palavra de Deus na liturgia.

A par da formação teológica, é imperativo incluir treinamento prático nas habilidades de comunicação oral. Isso envolve o desenvolvimento da voz, abordando técnicas de entonação, ritmo e projeção vocal para garantir uma proclamação

envolvente e acessível. Além disso, quando for necessário uso do microfone, sejam feitas orientações que contribuam para assegurar que a mensagem alcance todos os ouvintes no espaço litúrgico. Certas necessidades precisam partir não apenas dos leitores, mas também daqueles que cuidam da formação litúrgica:

O que mais contribui para uma adequada comunicação da Palavra de Deus à assembleia por meio das leituras é a própria maneira de proclamar dos leitores, que devem fazê-lo em voz alta e clara, tendo conhecimento do que leem. As leituras, tiradas de edições aprovadas, segundo a índole dos diferentes idiomas, podem ser cantadas, mas de forma que o canto não obscureça as palavras, mas as esclareça. Se forem feitas em latim, observe-se o indicado no *Ordo Cantus Missae* (IELM, nº 14).

Essas necessidades não se restringem aos recursos humanos, exigindo também uma boa adequação do espaço sagrado para a proclamação das leituras:

Para que o ambão ajude, da melhor maneira possível, nas celebrações, deve ser amplo, porque em algumas ocasiões têm de estar nele vários ministros. Além disso, é preciso procurar que os leitores que estão no ambão tenham suficiente luz para ler o texto e, na medida do possível, bons microfones para que os fiéis possam escutá-los facilmente (IELM, nº 34).

O conhecimento aprofundado do Livro das Leituras é um componente essencial, capacitando os proclamadores não apenas na compreensão dos textos, mas também na localização eficiente durante as celebrações. Esse aspecto prático agiliza a proclamação, minimizando possíveis distrações e garantindo uma participação fluida na liturgia.

As páginas da Escritura proclamada ressurgem como eventos novos e únicos em cada fiel que participa da celebração naquele momento. Tudo isso se dá mediante a interação entre Escritura, leitor e comunidade. (Benedito, 2022, p. 105). Ao fundir os aspectos formativos acima propostos, a formação para ministros cuja função seja o canto e a leitura dos textos litúrgicos, pode trazê-los clareza, segurança e precisão na execução de seu ministério, beneficiando a comunidade que celebra com uma proclamação eficiente da Palavra de Deus, de maneira que ressoe forte e significativamente na fé e na vida do povo.

A prática da escuta das Sagradas Escrituras nas igrejas enfrenta desafios multifacetados que ultrapassam a audição de palavras. Em um mundo permeado por ritmos acelerados e distrações incessantes, a questão reside não apenas na capacidade de ouvir, mas na habilidade de compreender e internalizar a Palavra proclamada. Além disso, interpretações variadas e contextos culturais diversos podem influenciar a compreensão das Sagradas Escrituras, exigindo uma abordagem

delicada para evitar mal-entendidos e promover a unidade na fé. A diversidade de experiências e perspectivas dentro das comunidades também destaca a importância de uma escuta atenta e respeitosa, onde as Escrituras se tornam um ponto de convergência que transcende diferenças, e a necessidade de educar as comunidades para a escuta, uma vez que “a eficácia salvífica da Palavra de Deus, portanto, também se realiza através da escuta. De fato, “na própria proclamação litúrgica, a Palavra realiza o que anuncia, sendo, pois, um momento de graça, um momento da ação de Deus”” (Benedito, 2022, p. 103-104). Superar esses desafios demanda um compromisso constante com a prática ritual, sua reflexão, e a aplicação cotidiana dos ensinamentos, buscando assim vivenciar as Sagradas Escrituras como fonte viva e transformadora na vida das comunidades de fé.

4.2.4 A arte de celebrar: a sacramentalidade da Palavra de Deus

O conceito de sacramentalidade da Palavra de Deus emergiu durante o Concílio Vaticano II, com a abordagem da presença de Cristo nas Sagradas Escrituras durante a liturgia e a relação destas com os ritos sacramentais, tendo sido aprofundado em documentos mais recentes do Magistério (Benedito, 2022, p. 102). Na Exortação pós-Sinodal *Verbum Domini*¹², do Papa Bento XVI, o sentido sacramental da Palavra de Deus se dá na sua encarnação como sinal visível e eficaz da ação divina:

Daqui se compreende que, na origem da sacramentalidade da Palavra de Deus, esteja precisamente o mistério da encarnação: «o Verbo fez-Se carne» (Jo 1, 14), a realidade do mistério revelado oferece-se a nós na «carne» do Filho. A Palavra de Deus torna-se perceptível à fé através do «sinal» de palavras e gestos humanos. A fé reconhece o Verbo de Deus, acolhendo os gestos e as palavras com que Ele mesmo se nos apresenta. Portanto, o horizonte sacramental da revelação indica a modalidade histórico-salvífica com que o Verbo de Deus entra no tempo e no espaço, tornando-Se interlocutor do homem, chamado a acolher na fé o seu dom (VD, nº 56).

Na liturgia, a Palavra divina é ação trinitária. Deus, o Pai, revela seu Filho, Jesus Cristo, Palavra encarnada pela ação do Espírito Santo. É essa mesma ação que faz com que o gesto proclamativo das Sagradas Escrituras atualize e realize o que foi anunciado, manifestando a pertença dessa Palavra e a tornando não apenas um acontecimento ou gesto sacramental, mas também veículo da eficácia salvífica:

¹² Doravante VD.

Por outro lado, se a Escritura proclamada na liturgia não constitui um fato sacramental, isto é, portadora da eficácia salvífica, ela corre o risco de ser vista, não como Palavra “de” Deus, mas simplesmente como Palavra “sobre” Deus e, assim, reduzida a um mero preâmbulo à Liturgia Sacramental. A Palavra é “de” Deus porque nela está presente e fala o Cristo Ressuscitado com toda sua autoridade e senhorio. É também “de” Deus pelo fato de ser uma palavra inspirada pelo Espírito e transmite o mesmo Espírito (Benedito, 2022, p. 103).

A presença de Cristo na Palavra anunciada não é apenas um fato histórico passado, mas sim uma realidade viva e atuante na vida da comunidade. Enquanto as Sagradas Escrituras são palavra escrita, a Palavra anunciada na liturgia é viva e relacional, onde a presença de Cristo se manifesta de forma dinâmica e ativa, fazendo-se contemporânea ao mistério celebrado. Nesse sentido, a Palavra de Deus é também ação. No hebraico, a palavra “*dabar*” tem um significado distinto: “O *dabar* é uma “palavra-ação”. Por isso, a Sagrada Escritura não é apenas comunicadora da revelação, mas é também ação. (Benedito, 2022, p. 85). Desse modo, o fundamento da dinâmica da liturgia da Palavra é a relação comunicativa. Esse caráter performativo, alcançado por força pneumatológica unida à presença de Cristo, gera uma atualização no anúncio realizado. A partir dele, o mistério de Cristo é perpetuado por meio dos que dele tomam parte na escuta, no aprendizado e no anúncio de sua Palavra (Benedito, 2022, p. 90).

Por isso, destaca-se também a importância da comunidade dos fiéis que se reúnem para celebrar. No caráter comunitário, a Igreja atualiza o mistério divino, sendo chamada a uma participação consciente, ativa e frutuosa durante a liturgia da Palavra e dos demais ritos (SC, nº 11), para fazê-lo presente em seu meio:

A Palavra de Deus celebrada não é mera lembrança de acontecimentos passados. Ao ser proclamada, ela não perde a sua eficácia original: é a Palavra criadora; a que falou pelos profetas; também a que, pela boca de Cristo, realizou sinais milagrosos. Agora, pela voz da Igreja, ela atualiza o mistério de Cristo. Por isso, não é a mesma coisa “ler individualmente a Bíblia em casa” e “ouvir a Palavra na celebração litúrgica”. É através da assembleia litúrgica que a Palavra de Deus se torna viva em sua plenitude, pois nos sinais litúrgicos Cristo está presente. (...) Através da celebração litúrgica, o “hoje” da Igreja torna-se o lugar da Palavra, visto que Deus continua falando e, portanto, se faz presente na história concreta de seus membros. (...) A assembleia litúrgica torna-se o *locus* privilegiado onde se verifica a atualização da Palavra de Deus. (Benedito, 2022, p. 104).

Assim sendo, a liturgia desempenha um papel fundamental na transformação de um texto que pode parecer simples em Palavra de Deus. É no ambiente litúrgico que as palavras ganham vida, tornando-se uma celebração do próprio agir divino ao

longo da história (Benedito, 2022, p. 105). Através dos ritos, orações e símbolos presentes na liturgia, o texto sagrado é vivenciado e experimentado pelos fiéis como uma experiência viva e atual do encontro com Deus. Não apenas transmite informações teológicas, mas possibilita uma participação ativa e profunda no mistério salvífico divino, proporcionando um espaço para que a Palavra se torne um acontecimento real e capaz de mudar a vida dos fiéis que dela participam.

4.3 O LECIONÁRIO EM PERSPECTIVA ECUMÊNICA

4.3.1 Participação cristã para além do rito

Predicado nominal do Vaticano II, o tema do ecumenismo constituiu um dos princípios que o distinguiram dos demais concílios da Igreja, tornando-se expressão de sua abertura à cooperação com outras denominações cristãs e até mesmo com outras religiões. Esse esforço de abertura e diálogo marcou uma mudança significativa na postura da Igreja em relação às outras tradições religiosas. Houve resultados visíveis dessa abertura e participação, como a observação e a consulta acerca das discussões levantadas no que concerne aos representantes das outras denominações cristãs convidados para o concílio. Mesmo que não tivessem participação direta nas sessões conciliares, foram convidados a testemunhar as deliberações do concílio e forneceram suas perspectivas e compreensões sobre as questões discutidas.

O documento *Unitatis Redintegratio*¹³ foi a declaração do Vaticano II sobre o ecumenismo. Nele, a Igreja reconheceu a presença de elementos de santificação e verdade em outras tradições cristãs, afirmando a dignidade e a liberdade religiosa de todas as pessoas na busca da verdade e na prática da fé (*UR*, nº 4). É constituído pelo reconhecimento de que, embora existam diferenças teológicas e históricas entre a Igreja e outras tradições cristãs, há também elementos positivos presentes nessas tradições que contribuem para a santificação e a verdade (*UR*, nº 4). Também se encontra presente o apelo à reconciliação e à busca ativa pela unidade entre os cristãos. É responsabilidade de todos os cristãos o trabalho pela restauração da unidade (*UR*, nº 5). Encontra-se em sua mensagem o encorajamento da cooperação em áreas onde os cristãos compartilham objetivos comuns, como questões sociais, e aponta para a necessidade de um diálogo profundo sobre as diferenças doutrinárias.

¹³ Doravante *UR*.

O documento destaca ainda a importância de promover o ecumenismo na formação e educação cristã, tanto nas famílias quanto nas instituições educacionais, para fomentar uma mentalidade de unidade e respeito (*UR*, nº 23).

Outro resultado significativo se deu na elaboração do novo lecionário, a partir da consulta dos textos de outras igrejas, como um empenho na cooperação para a proximidade dos textos das Sagradas Escrituras proclamadas na liturgia:

Nesta reforma pareceu conveniente elaborar um só Elenco das Leituras da Missa, rico e abundante quanto possível, de acordo com a vontade e as normas do Concílio Vaticano II, mas que, ao mesmo tempo, por sua forma se acomodasse aos determinados costumes e exigências das Igrejas particulares e das assembleias celebrantes (*IELM*, nº 59).

Para salvaguardar a Tradição transmitida através do rito romano e em consonância com *SC*, nº 4¹⁴, o texto justifica a escolha da forma estabelecida, sem deixar de reconhecer o valor existente nas formas lecionais dos demais ritos litúrgicos e denominações cristãs:

Por esta razão, os encarregados de elaborar essa reforma se preocuparam em salvaguardar a tradição litúrgica do rito romano, sem detrimento de uma grande estima pelo valor de todas as formas de seleção, distribuição e uso das leituras bíblicas nas demais famílias litúrgicas e em algumas Igrejas particulares, valendo-se daquilo que já havia sido comprovado por experiência e procurando ao mesmo tempo evitar alguns defeitos existentes na tradição precedente (*IELM*, nº 59).

A escolha do uso de determinados livros da Bíblia para tempos específicos do ano litúrgico como algo relacionado ao costume de outros ritos também é apresentada:

Pela importância intrínseca do assunto e por tradição litúrgica, no presente Elenco das Leituras da Missa, alguns livros da Sagrada Escritura reservam-se para determinados tempos litúrgicos. Por exemplo, respeita-se a tradição, tanto ocidental (ambrosiana e hispânica) como oriental, de ler os Atos dos Apóstolos no Tempo Pascal, já que este livro serve grandemente para fazer ver como a vida da Igreja encontra suas origens no mistério pascal. Conserva-se, também, a tradição, tanto ocidental como oriental, de ler o Evangelho de São João nas últimas semanas da Quaresma e no Tempo Pascal. A leitura de Isaías, principalmente da primeira parte, é atribuída por tradição ao Tempo do Advento. Não obstante, alguns textos deste livro são lidos no Tempo do Natal. No Tempo do Natal, lê-se também a primeira carta de São João (*IELM*, nº 74).

¹⁴ *SC*, nº 4: O sagrado Concílio, guarda fiel da tradição, declara que a santa Mãe Igreja considera iguais em direito e honra todos os ritos legitimamente reconhecidos, quer que se mantenham e sejam por todos os meios promovidos, e deseja que, onde for necessário, sejam prudente e integralmente revistos no espírito da sã tradição e lhes seja dado novo vigor, de acordo com as circunstâncias e as necessidades do nosso tempo.

Ciente das orientações da *Sacrosanctum Concilium* sobre para a reforma do lecionário, o *Coetus XI*, grupo de trabalho que iniciou a reforma do livro após o Concílio Vaticano II, retomou a indicação da revisão a partir da tradição romana, de outras tradições litúrgicas e necessidades pastorais:

Na primeira parte, à luz das indicações de SC 35, 1; 51 e 49 evidenciam a necessidade de compor um novo corpus de leituras para o Missal Romano: «Ergo novum corpus lectionum pro Missali Romano exarandum esse patet»¹⁶. A revisão do Lecionário deve ser feita tendo em conta a tradição romana, outras tradições litúrgicas e necessidades pastorais, segundo o espírito 4 e 23 do SC (Massimi, 2018, p. 71¹⁵).

Elena Massimi destaca ainda o trabalho abrangente e minucioso dos liturgistas na elaboração das tabelas das perícopes litúrgicas para uma variedade de tradições cristãs, tanto ocidentais quanto orientais. Seu esforço incluiu ritos como o romano, galicano, hispânico, além de ritos orientais como o antigo litúrgico de Jerusalém, nestorianos, jacobitas e melquitas. A conclusão desse trabalho permitiria comparações e a identificação dos textos utilizados por essas tradições de maneira simultânea ou similar ao longo dos séculos:

O secretário, G. Fontaine, já havia elaborado as tabelas completas das perícopes dos Tempos, dos Comuns, das missas votivas em todas as tradições ocidentais: romana, galicana, hispânica, alta e baixa. O mesmo se fazia com os ritos orientais: a antiga liturgia de Jerusalém, os nestorianos, os jacobitas, os melquitas, os atuais síriacos já tinham sido examinados. Em poucas semanas todos os ritos orientais, antigos e modernos, estariam prontos; desta forma teria sido possível fazer comparações e identificar as constantes ao longo dos séculos (Massimi, 2018, p. 64¹⁶).

O registro aponta o comprometimento da equipe de trabalho com a consideração pela história da diversidade litúrgica em seus contextos, contribuindo para o diálogo ecumênico e a preservação da história litúrgica cristã. Essa iniciativa reflete um compromisso em compreender e valorizar as tradições litúrgicas diversas presentes no cristianismo ao longo do tempo.

¹⁵ *Nella prima parte, alla luce delle indicazioni di SC 35, 1; 51 e 49 si evidenzia la necessità di comporre un nuovo corpus di letture per il Messale Romano: «Ergo novum corpus lectionum pro Missali Romano exarandum esse patet»¹⁶. La revisione del Lezionario deve essere fatta tenendo conto della tradizione romana, delle altre tradizioni liturgiche e delle necessità pastorali, secondo lo spirito 4 e 23 di SC.*

¹⁶ *Il segretario, G. Fontaine, aveva già redatto le tabelle complete delle pericopi del Temporale, dei comuni, delle messe votive in tutte le tradizioni occidentali: romana, gallicana, ispanica, alta e bassa. Lo stesso si stava facendo per i riti orientali: l'antica liturgia di Gerusalemme, i Nestoriani, i giacobiti, i melchiti, gli attuali siriaci erano già stati presi in esame. In poche settimane sarebbero stati pronti tutti i riti orientali, antichi e moderni; in questo modo si sarebbe potuto fare confronti e individuare le costanti nello scorrere dei secoli.*

No Brasil, a cooperação para o trabalho com o lecionário do Vaticano II se deu de forma distinta, uma vez que a base para a tradução era o *OLM* e a Bíblia Vulgata (Neo Vulgata, após sua revisão). Nesse processo, não há registros de consultas a perícopes traduzidas por bíblias de outra tradição cristã. Os textos citados nos documentos apontam apenas informações de consulta a bíblias e livros litúrgicos católicos, fossem eles de edição brasileira ou de outra nacionalidade, como relata o Pe. Kipper, um dos tradutores do projeto: "(...) tomei como base o hebraico, conferindo também um pouco o texto latino do leccionário vaticano e da Neo-Vulgata (...)" (Kipper, 1981).

Diante de tal questão, é de se pensar que poderia ter sido uma boa oportunidade para a contribuição das relações ecumênicas no Brasil, tendo como ponto de partida a revisão das traduções por estudiosos e pastoralistas de outras denominações cristãs (protestantes, luteranos, anglicanos...). É provável, porém, que o cenário eclesial católico brasileiro à época, afetado por diversas mudanças oriundas do concílio, não fosse capaz de tal abrangência naquele momento, uma vez que o trabalho de produção do lecionário necessitava de determinada urgência para sua chegada às comunidades.

Frente aos desafios e transformações litúrgicas e ecumênicas aqui abordados, é notável o papel central do ecumenismo no Vaticano II, destacando-se como um princípio distintivo que reflete a abertura da Igreja à cooperação com diversas denominações cristãs e tradições religiosas. Nele, a elaboração do novo lecionário manifestou-se como um desdobramento, no trabalho para preservar a tradição litúrgica enquanto junto ao reconhecimento da dignidade das práticas rituais de outras denominações. Se no passado desse trabalho, porém, a contribuição intereclesial não parece ter sido tentada no Brasil, não significa que tal questão não possa ser retomada futuramente. Como já foi apontado no capítulo anterior, o texto-base previsto para a próxima edição dos lecionários até o presente momento é o da Bíblia da CNBB, o que impede o uso de perícopes de outras bíblias, quer sejam organizadas por editoras católicas, quer de outras denominações cristãs. Em todo caso, os esforços para o ecumenismo podem surgir de outros projetos que permitam e incentivem o intercâmbio de modelos e traduções entre as religiões cristãs no Brasil, reafirmando assim a importância do diálogo e cooperação contínuos na busca pela unidade cristã, como é o caso do Leccionário Ecumênico a ser apresentado a seguir.

4.3.2 O lecionário ecumênico

Com o trabalho de elaboração do lecionário romano do Concílio Vaticano para o Brasil já adiantado e caminhando para a publicação, surgiu no meio evangélico a iniciativa da adoção do Lecionário Ecumênico (Série Trienal) pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil¹⁷. A proposta veio do seu Conselho de Liturgia em sua última reunião de 1988, que sugeriu ao Conselho Diretor a implementação dessa nova ordem de perícopes bíblicas para as comunidades dessa igreja, e surgiu de uma reflexão e sugestão interna, evidenciando a preocupação da IECLB em buscar uma abordagem litúrgica que refletisse sua visão ecumênica e confessional. Na última reunião de 1988, o Conselho Diretor da IECLB adotou o Lecionário Ecumênico ou Série Trienal para suas Comunidades, distribuindo as leituras bíblicas ao longo de três anos no Ano Litúrgico da Igreja.

Em sua página oficial, um artigo aponta o percurso histórico que fez com que o Ciclo Trienal fosse adotado pela IECLB. Ao resgatar a origem comum da prática sinagoga da leitura dos textos sagrados, lembra os cismas sofridos entre as igrejas orientais e ocidentais e a Reforma protestante, na qual Lutero conservou a Série Histórica, resumida a um Ciclo Anual nessa época, devido à diminuição da presença das Sagradas Escrituras na liturgia, já abordadas no Capítulo 1 (Tesche, 1989).

Tempos e acontecimentos posteriores¹⁸ fizeram com que os Luteranos caminhassem para a adoção de um ciclo de leituras cuja estrutura encontrava-se no trabalho do Concílio Vaticano II para seu lecionário:

Surge então, com o Concílio Vaticano II, uma nova proposta pericópica: um lecionário com três leituras (AT, Epístola, Evangelho), interrelacionadas internamente e distribuindo-se pelo período de três anos. Uma análise mais detalhada demonstrará que os textos se reforçam mutuamente, criando uma relativa harmonia temática, propondo leituras tiradas de um maior número de livros, superando o marcionitismo da Igreja e procurando refletir todo o desígnio de Deus (At 20.27). As palavras de Lutero, expressas na sua *Formula Missae*, caso no futuro a língua nacional vier a ser usada na missa, então se deveria fazer o possível para que fossem lidas na missa epístolas e evangelhos tirados das melhores partes desses livros, tornam-se aqui um verdadeiro *vaticinium ex evento* (Tesche, 1989).

Dentre os argumentos expostos ao Conselho Diretor da IECLB, destacam-se como fatores elucidativos da relevância do Lecionário:

¹⁷ Doravante IECLB.

¹⁸ O texto completo pode ser encontrado em: <https://www.luteranos.com.br/textos/o-lecionario-ecumenico>.

a. A IECLB está comprometida com a ecumene (luta em favor da una saneia no sentido de Jo 17.11), em termos confessionais (CA VII) e constitucionais (Const. IECLB I.I. 2ª.); d. o novo lecionário ecumênico vem sendo adotado pelas Igrejas ecumênicas do mundo inteiro, em especial do continente latino-americano; e. todas as Igrejas-membro do CONIC (romanos, episcopais e metodistas) adotaram o novo lecionário ecumênico; f. também foi adotado pela IELB; g. o Lecionário Histórico, não obstante algumas revisões, só inclui esporadicamente leituras proféticas do AT; h. com isso, o horizonte profético da fé cristã perdeu-se em grande parte das Comunidades cristãs (ex. o *Kirchenkampf* na Alemanha), dando assim lugar a uma compreensão individualista do testemunho evangélico; i. a IECLB vem assumindo desde o Documento de Curitiba seu ministério profético no país, é preciso, porém, que suas Comunidades entendam que essa atuação tem fundo profético, e não político; j. a Igreja Evangélica da Alemanha, não obstante o aconselhamento da Federação Luterana Mundial, resolveu encetar um caminho individual, não aceitando o novo lecionário ecumênico; l. no espectro eclesial brasileiro não seria salutar insistirmos numa trajetória individualista, pensando-se também na questão da literatura homilética (Tesche, 1989).

As teses ressaltaram os diversos benefícios decorrentes da adoção do novo lecionário ecumênico. Ao priorizar o compromisso ecumênico, a IECLB buscou promover a unidade e a cooperação entre diferentes tradições cristãs, uma iniciativa que ganhou respaldo global, com a aceitação do lecionário em igrejas ecumênicas ao redor do mundo, especialmente na América Latina. A participação ativa no CONIC, com a adesão de todas as igrejas-membro, fortaleceria os laços colaborativos entre diferentes denominações. A introdução de leituras proféticas do Antigo Testamento no lecionário não apenas ampliaria o horizonte temático e profético da fé cristã, mas também enriqueceria a experiência litúrgica das comunidades. Além disso, a IECLB reafirmava seu ministério profético no país, destacando a necessidade de compreender essa atuação como fundamentada na profecia, não na política. Em contraposição à escolha individualista da Igreja Evangélica da Alemanha, a IECLB enfatizou a importância de evitar uma trajetória isolada no cenário eclesial brasileiro, promovendo a unidade e a colaboração ecumênica como pilares essenciais para a vida cristã. Esses benefícios evidenciaram a visão da IECLB de utilizar o lecionário como instrumento para fortalecer a comunhão ecumênica, enriquecer a liturgia e consolidar um testemunho cristão abrangente e unificado (Tesche, 1989).

Em 2004, entretanto, durante o Concílio Geral em São Leopoldo/RS, foi formado um grupo de trabalho composto por professores especializados em áreas como Bíblia, Liturgia, História e Protestantismo, junto a indivíduos com experiência

prévia no tema¹⁹ para a proposta de uma revisão desse livro. O lecionário anterior não trazia as revisões que deram origem ao Lecionário adotado pela IECLB em 1988, gerando discrepâncias temporais em relação a outras igrejas que o adotavam. Para superar esse descompasso, a IECLB integrou as revisões no seu novo Lecionário Comum Revisado. Esse grupo se dedicou a um trabalho minucioso para propor revisões e ajustes necessários, resultando no lecionário atual dessa igreja (Igreja Evangélica, 2007, p. 6).

A comparação entre o primeiro e o segundo destaca algumas questões, a começar pelo que foi levado em consideração na reforma do OLM no Vaticano II: “A Série Histórica não foi levada em conta pelos especialistas, liturgistas e historiadores da Igreja Católica Romana na confecção da Ordem de Leituras para o Concílio Vaticano II” (Igreja Evangélica, 2007, p. 8).

Em sua introdução, o uso de um ciclo trienal para o elenco de leituras também é proposto, tendo em vista a recepção comunitária:

A IECLB propôs o uso do Lecionário Trienal a partir do ano de 1990. Sua implantação, conforme planejado naquele ano, deveria ser acompanhada sistematicamente em comunidades previamente definidas, com vistas a uma avaliação após certo período. Nessa avaliação se tomaria em conta a perspectiva da comunidade e dos obreiros (Igreja Evangélica, 2007, p. 8).

A introdução também faz algumas observações para uma boa preparação da homilia através da relação entre as leituras propostas para a celebração:

Como o Lecionário Trienal visa, originalmente, às leituras bíblicas no culto e subentende a homilia temática (o tema é tomado do conjunto das três leituras bíblicas), e considerando que nem sempre as três leituras indicadas combinam entre si, o então coordenador do Proclamar Libertação propôs uma tabela, segundo a qual, na IECLB, se define qual dentre as leituras é o texto de prédica. Essa tabela foi seguida na IECLB desde o ano de 1990 e vem orientando o PL até a presente data (Igreja Evangélica, 2007, p. 8).

Outros aspectos foram considerados ao longo do trabalho, como a coerência no espírito ecumênico que previa a possibilidade de adoção do texto por outras igrejas, de modo a não ficar isolada nesse sentido e o aspecto majoritário da Igreja Católica Romana no Brasil e na América Latina ciente pelo ecumenismo no país. Também foi levada em consideração a disposição dos textos bíblicos indicados na Série Histórica, contemplados, em sua maioria, no Lecionário Trienal ABC, conservando a

¹⁹ O grupo de trabalho foi formado por Nelson Kilpp, Verner Hoefelmann, Ulrico Sperb, Ilson Kayser, Allan Krahn, João Artur M. da Silva e Sissi Georg, conforme a informação do texto de apresentação do Lecionário Comum Revisado.

possibilidade de uso de recursos homiléticos e litúrgicos produzidos na igreja luterana da Alemanha; ganhou força de argumento a acessibilidade de tais recursos alemães e também norte-americanos por meios virtuais e a diminuição gradativa do uso do idioma alemão entre as gerações mais jovens de obreiros e das comunidades da IECLB (Igreja Evangélica, 2007, p. 8).

Quanto às leituras, procurou-se conservar a tradição da Série Histórica para os domingos do tempo da Quaresma e da Páscoa com os termos latinos, organizar o descompasso relativo aos textos indicados para os domingos após a solenidade de Pentecostes, que coincidiam com os das igrejas católico-romana e anglicana apenas nos três últimos domingos, e salientar a autonomia da IECLB na proposição dos ajustes pertinentes ao seu calendário, conforme a edição anterior (Igreja Evangélica, 2007, p. 8).

Os textos de referência para a aplicação do Lecionário Comum Revisado vêm da Bíblia João Ferreira de Almeida Revista e Atualizada, da Sociedade Bíblica do Brasil, para a numeração dos versículos e a abreviatura dos livros bíblicos. A razão se dá no fato de esta ser a mais publicada para os protestantes no Brasil. Pensando nos públicos que utilizam bíblias católicas, que costumam ter uma divisão de capítulos e versículos diferente da utilizada pelas versões editadas pela Sociedade Bíblica do Brasil, seguindo a numeração de capítulos e versículos do original hebraico, o Lecionário Comum Revisado apresenta uma tabela de conversão para a numeração dos capítulos e versículos, inserida no Anexo A (Igreja Evangélica, 2007, p. 10-11).

No que concerne aos aspectos teológicos, o Lecionário Comum Revisado tem a Páscoa em seu cerne, seja celebrada anualmente ou aos domingos, destacando assim o principal aspecto da fé cristã, para além dos ritos (Igreja Evangélica, 2007, p. 9).

O rito para a proclamação da Palavra de Deus é também semelhante e destaca a relação entre a Mesa da Palavra e a Mesa da Eucaristia:

A liturgia da palavra pode ser precedida da chamada Pequena Entrada. Assim como temos a procissão dos elementos da Ceia e da oferta na liturgia da Ceia do Senhor, na liturgia da palavra, a Bíblia pode ser trazida em procissão até o púlpito imediatamente antes de ser lida (Igreja Evangélica, 2007, p. 14).

É igual a concepção e orientação para a execução dos cânticos interlecionais:

O Salmo não é leitura bíblica, mas cântico intermediário ou recitação. Ele sucede à leitura do Antigo Testamento. É preferível ter um Salmo por domingo do que vários fragmentos de Salmos. A leitura do evangelho é

aclamada de pé pelo aleluia da comunidade. O versículo de aclamação é dito sem a referência bíblica. Ao invés desta, fala-se: aleluia, ao que a comunidade responde cantando o aleluia do dia (Igreja Evangélica, 2007, p. 14).

Como no lecionário romano, a Liturgia da Palavra é organizada com três leituras, proposta semicontínua e ênfase no evangelho:

As leituras bíblicas indicadas para cada dia festivo são três. Dessas, o evangelho é a leitura-mor, a que fornece o tema do dia. No Lecionário Comum Revisado, a leitura do Antigo Testamento apresenta duas possibilidades: a) uma leitura bíblica que ilumina ou contesta o tema do dia; b) uma leitura semicontínua do AT. O LCR integra os livros dêuterocanônicos (Baruque, Tobias etc). A terceira leitura é da epístola. São denominados epístola os textos bíblicos do NT com exceção dos evangelhos. A epístola é leitura semicontínua, de modo que nem sempre harmoniza com o tema do dia (Igreja Evangélica, 2007, p. 9).

Dá-se destaque ao caráter da escuta comunitária da Palavra de Deus, da sua acolhida pelos que a ouvem e de sua compreensão e efeitos mediante a ação do Espírito Santo:

Outro fundamento do lecionário é que ele é pensado para ser lido por uma pessoa e ouvido pela comunidade. A comunidade acolhe a leitura e deixa o eco da leitura soar dentro de si, permitindo que o Espírito Santo sobre nos diferentes espaços de seu ser. A reflexão que é feita a seguir seria o que é denominado de homilia, isto é, uma conversa informal que integra o assunto de todas as leituras feitas, com destaque para o evangelho (Igreja Evangélica, 2007, p. 9).

Nele, a unidade no acompanhamento dos ciclos de leituras se manifesta no fato de ter sido adotado pela maioria das igrejas do mundo. Em todo caso, o texto não deixa claro se se refere às igrejas luteranas ou às igrejas de outras denominações cristãs; além do mais, é possível que a adoção majoritária represente, ao mesmo tempo, uma boa recepção do trabalho, todavia de maneira parcial (Igreja Evangélica, 2007, p. 9).

Como nas comunidades católicas de rito romano, os luteranos também percebem a negligência em relação à preparação para a liturgia da Palavra e fazem diversas recomendações nesse sentido, como a escolha antecipada da tradução da Bíblia da qual serão proclamados os textos, a boa conservação do livro, a leitura preliminar e a manutenção dos textos previstos para o dia (Igreja Evangélica, 2007, p. 14).

Diferente do texto do lecionário romano, cuja tradução já está realizada, o Lecionário Comum Revisado propõe que as inserções e adaptações sejam feitas por

quem realizar a leitura. Há uma recomendação explícita para a inclusão de gêneros na proclamação dos textos:

a) Inclua artigos ou o sujeito da frase quando o mesmo não ficar claro (Disse Deus a Eliseu; ou: O profeta Isaías relata; ou: Assim escreve o apóstolo Paulo à comunidade de Corinto). b) Identifique onde a linguagem androcêntrica deve ser alterada. Um exemplo disso é Salmo 1.11: Em vez de Feliz o homem que não anda no conselho dos injustos..., deve-se usar Feliz a pessoa que não anda.... Outro exemplo é Ez 34.31: em vez de homens sois, falar gente sois (Igreja Evangélica, 2007, p. 14).

Há também a recomendação para evitar expressões que possam provocar uma hermenêutica associativa negativa:

c) Evite expressões como o Senhor dos Exércitos, usando em seu lugar O Senhor todo-poderoso (assim como é usado na Bíblia na Linguagem de Hoje). Na indicação de antífonas, levamos isso em consideração (Igreja Evangélica, 2007, p. 14).

Uma boa observação feita diz respeito à adequação das leituras considerando também as faixas etárias mais novas presentes na assembleia, para que possam compreender bem os ensinamentos transmitidos e permanecerem motivados na prática ritual:

d) Na escolha da tradução, considere a presença de crianças no culto. Afinal, motivar os batizados à Ceia força a gente a rever a liturgia na perspectiva da presença de crianças no culto (Igreja Evangélica, 2007, p. 14).

Essas orientações estão presentes na introdução do Lecionário Comum Revisado. A considerar o ano da sua publicação, nota-se que questões importantes da sociedade atual foram tomadas para a orientação da comunidade, possibilitando a inclusão e a representatividade na linguagem adotada em sua liturgia. É um passo que o lecionário romano precisa levar em conta, tendo em vista a participação de faixas etárias e gêneros distintos, sobretudo em relação às mulheres, grande força evangelizadora da Igreja, e das crianças que, em maioria, ainda costumam ser batizadas sem a imersão no processo catecumenal.

Ao invés de ser compreendido como uma cópia do lecionário romano, o lecionário ecumênico deve ser tomado como igualmente legítimo, porque tem também sua trajetória, que coincide com a de outras tradições ao longo do tempo. O que se percebe é que nenhum deles foi elaborado de maneira aleatória ou sem referência alguma. Aqui prevalece o caráter da Tradição: como conservá-la e transmiti-la com o passar dos anos e o avanço dos recursos? E, ao mesmo tempo, como adaptá-la para que fale às novas gerações, sendo fiel a si mesma? Como todos os lecionários já

elaborados, este também apresenta aspectos que podem ser ampliados e melhorados e proporciona diversas contribuições para os avanços dos estudos bíblicos, litúrgicos e ecumênicos, e para as celebrações cristãs das igrejas cristãs evangélicas e para a Igreja Católica de rito romano, em edições futuras de seu lecionário.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Diante do que foi exposto nesse capítulo, observa-se que o lecionário pode ser compreendido como materialização da inclusão comunitária, tendo tal materialização acontecido por meios como a inclusão da língua vernácula na tradução dos textos bíblicos, a participação ativa da comunidade na dinâmica comunicadora da liturgia da Palavra como ação sacramental e a projeção do sacerdócio batismal, comum a todos os fiéis, ordenados e não-ordenados, nas funções da liturgia da Palavra.

O lecionário é o resultado de um trabalho rebuscado de peritos de diversas áreas da teologia, que permitiu a ampliação do tema da sacramentalidade da Palavra de Deus e a relação com os demais sacramentos. A compreensão do modelo apresentado ao final aparenta ser estudada e compreendida em sua recepção de maneira superficial pelos ministros ordenados, atuantes diretos desse livro, levando à questão sobre o quanto se conhece da Introdução ao Elenco de Leituras e das possibilidades apresentadas nela para o uso dos formulários, bem como sua relação com os textos eucológicos, inspirados muitas vezes nas leituras propostas.

Ainda que os lecionários tenham sido o efeito de considerável empenho da Igreja para a participação ativa e consciente do povo na liturgia, não é incomum encontrar comunidades nas quais os fiéis são totalmente dependentes dos padres que presidem a celebração para o manuseio e indicação dos textos que devem ser utilizados. É importante considerar também os diferentes públicos, que carregam distintas linguagens e esquemas de compreensão, e buscar maneiras para trabalhar o livro para uma adaptação ao público-alvo sem perder sua originalidade e fidelidade à Tradição. Embora de diferentes realidades, o público principal para os quais os textos foram traduzidos são os adultos. Deve-se, portanto, englobar nesse trabalho pastoral possibilidades para a proclamação das leituras para crianças e pelas crianças.

Quanto a uma futura edição do lecionário, cabem duas considerações. A primeira diz respeito à sua relação com o missal romano, do qual é elemento

fundamental. Uma vez que para a 3ª edição do missal romano para o Brasil foram inclusos formulários de orações para os santos do Brasil e da América Latina, caberia que fossem acompanhados de formulários de leituras específicos para eles, aumentando assim a particularidade brasileira e latino-americana iniciada no trabalho da primeira edição e a relação entre o livro das Sagradas Escrituras e o livro da Sagrada Tradição. Certamente não é algo para o qual a Igreja no Brasil tenha total autonomia, mas é possível propor quando for oportuno. A segunda questão destina-se à relação do lecionário com a Bíblia da CNBB, na proposta do uso desta última como texto-base para a primeira. Como visto, os caminhos de ambas estão interligados desde o princípio. Numa proposta dessa natureza, significa dizer que o trabalho parece ficar restrito aos biblistas tradutores dessa edição bíblica, o que significa também uma menor participação do povo no processo. Tal conclusão é algo pertinente para a Igreja do Brasil? Como esse impasse poderia ser resolvido? Naturalmente, o trabalho técnico deve ser feito por peritos, mas seria importante que os textos pudessem chegar às comunidades para que expressassem suas opiniões sobre a linguagem proposta, o que leva também a uma necessidade de formação para que estas possam se expressar de forma segura. É difícil colaborar quando não se sabe o que propor! Vê-se, portanto, a necessidade de procurar e criar metodologias de escuta e desempenho que possibilitem a participação do povo.

De tudo o que foi exposto, por fim, resulta a certeza da dignidade desse instrumento. Como expressão material da Palavra de Deus na liturgia, o lecionário é um livro cuja sacralidade exige o empenho na conservação da dignidade de sua teologia e de seu papel na ação ministerial da Igreja. De geração em geração, é o livro que registra e transmite a fé às novas gerações, contando-lhes a história da revelação de Deus e de seu povo, à medida que alimenta também a fé das gerações presentes.

5 CONCLUSÃO

Em virtude de tudo quanto foi exposto, a presente pesquisa buscou, a partir da história e do *status quo* do lecionário da missa segundo a experiência eclesial autóctone, contribuir para a reflexão sobre o futuro dos livros litúrgicos e seu uso pastoral. Norteados pela máxima escriturística “a Palavra de Deus é viva e eficaz” (Bíblia [...], 2002, Hb 4,12), os lecionários são a concretização dessa Palavra na liturgia, exercendo, portanto, um papel fundamental na dinâmica eclesial, sendo mais do que simples compilações de textos sagrados. São, por esta razão, instrumentos que moldam e conduzem a experiência litúrgica dos fiéis. Ao proporcionar um roteiro específico de leituras bíblicas para cada celebração, os lecionários orientam a comunidade na contemplação e na compreensão mais profunda dos mistérios da fé cristã. Esses livros litúrgicos têm a faculdade de unir a Igreja em torno da Palavra de Deus, interligando-os ao longo do tempo e do espaço por meio das leituras comuns. Além disso, os lecionários refletem a riqueza teológica da Tradição e, ao mesmo tempo, se adaptam aos contextos pastorais locais, garantindo que a mensagem proposta pelas Sagradas Escrituras seja relevante e acessível. Não são documentos estáticos, mas instrumentos que requerem constante reflexão, adaptação e participação ativa da comunidade, além de contribuírem na promoção da unidade na diversidade dentro da comunidade cristã.

A gênese dos livros litúrgicos encontra raízes na diversidade de ministérios litúrgicos, evidenciando a complexidade e a riqueza das práticas litúrgicas. A influência significativa da língua e da linguagem na transmissão dos textos aos fiéis também é salientada, ressaltando sua capacidade de facilitar ou dificultar a compreensão e a consciência da participação legítima do povo na liturgia da Igreja. O estudo do percurso historiográfico dos lecionários demonstrou como o lecionário foi sendo moldado a partir de uma perspectiva teologia cultivada no Concílio Vaticano II, tendo em vista sua aplicação pastoral. Esse estudo também evidenciou a notável diversidade de formas celebrativas presentes na Igreja, assim como os avanços e retrocessos que marcaram a composição dos livros litúrgicos ao longo do tempo. Além disso, a pesquisa destacou o papel fundamental das Sagradas Escrituras como alicerce para a celebração dos ritos, enfatizado na relação direta entre a liturgia e os textos sagrados.

A compilação das diretrizes que apresentam o horizonte teológico da reforma do lecionário e do método de leitura litúrgica na celebração eucarística (e demais celebrações, uma vez que é uma teologia que perpassa e engloba todos os livros litúrgicos) após o Concílio Vaticano II, aponta para a autoavaliação do modo de transmissão da fé pela Igreja, na perspectiva de um alinhamento coerente entre a Tradição e o progresso, sendo as Sagradas Escrituras a força iluminadora. Por conseguinte, na reforma do lecionário, foi estabelecido o compromisso com a comunicação do mistério pascal, no resgate do Antigo Testamento como necessário para a compreensão do Novo, e na unidade dos ciclos do calendário litúrgico. Influenciado por esse último, o lecionário se propõe como uma medida pela qual o tempo “*kairós*” pode ser vivido nos limites do tempo e da história humana através da ação ritual. Logo, a teologia do domingo e das comemorações presentes no calendário litúrgico, em interação e harmonia com o lecionário, expressam o mistério pascal vivido no seio da comunidade eclesial.

Os elementos teológicos fundamentais manifestados no processo de elaboração dos lecionários no Brasil foram desenvolvidos na conservação dos elementos fundamentais da Tradição e a adaptação ao contextos pastoral brasileiro, compreendendo a liturgia como um espaço que não é estático, mas inserido numa realidade histórica mutável e que deve ser, portanto, capaz de compreender os sinais para as atualizações necessárias em si. Por meio da prioridade concedida à elaboração do lecionário dominical, enfatizando o domingo como dia significativo para os cristãos, sobressai a finalidade pastoral e litúrgica dos lecionários, com um destaque para o santoral que, na sua aplicação e na sua versatilidade (menor em número de páginas, maior em possibilidades para o uso de suas perícopes), desponta como uma expressão do rosto diverso da piedade popular nas assembleias litúrgicas brasileiras. Por isso, pode-se afirmar que o lecionário é um instrumento eficaz da experiência e da propagação da piedade popular através da ação pastoral que é a liturgia.

Dentro do que concerne ao ciclo de leituras dos lecionários, sua aplicação revela um horizonte diretamente pastoral, tendo como princípio fundamental da comunicação do mistério da salvação. Neles há uma certa atenção para as particularidades dos tempos litúrgicos e para as necessidades inerentes às comunidades celebrantes, como a devoção popular dos santos e os eventos da vida cotidiana comunitária, que evidencia a estreita relação entre as leituras e os mistérios

celebrados. Dentro desses ciclos e dos tempos litúrgicos, o lecionário promove o emprego abundante da Palavra de Deus na liturgia, proporcionando às comunidades cristãs a leitura e a oração de quase todos os livros das Sagradas Escrituras. Isso também decorre na abundância de textos alternativos para diversas solenidades, festas e memórias, trazendo-lhe versatilidade na comunicação dos mistérios celebrados. O presente estudo trouxe a importância do conhecimento técnico e a participação popular no trabalho de tradução e elaboração de um livro comunitário. Uma vez já presentes nos ambões das comunidades, os lecionários possibilitam, em seu uso realizado de forma correta ou não, o despertar de uma busca qualitativa para a prática da escuta dessa Palavra nas assembleias litúrgicas. Através do uso dos lecionários, a ministerialidade litúrgica é resgatada e representada, levando a uma participação ministerial em faixas etárias e gêneros diversos. Junto a isso, percebe-se como os lecionários são instrumentos de comunicação da proposta conciliar sobre a Palavra de Deus, desenvolvida posteriormente, como cumpridora de uma ação sacramental, tornando eficaz aquilo que diz. Nas Sagradas Escrituras, a Palavra de Deus une o diverso: a reforma do lecionário possibilitou também a cooperação entre as igrejas cristãs, sendo uma das expressões da unidade desejada pelo Evangelho.

No entanto, esse trabalho acarretou para o Brasil muitos desafios, concentrados em diversas naturezas: de consenso quanto à abordagem a ser utilizada nas traduções (mais nos rituais que nos lecionários, inicialmente, pois dizia respeito às partes do rito nas quais haveria interação entre o presidente da celebração e os demais fiéis), de ponto de partida para a tradução, se dos originais, se de uma Bíblia de referência, e sobre qual pronome assumir para a referência divina (tu ou vós). Também foi um desafio considerável o tempo para a produção de um material de qualidade com um cenário pastoral pós-conciliar que fazia urgir a publicação dos livros para a oração pessoal e comunitária. Notou-se, além do mais, a pouca participação/cooperação da parte do público convocado para as análises dos textos produzidos, sendo o reflexo de uma igreja ainda condicionada à leitura de passividade e inatividade em suas ações litúrgicas que, até aquele momento, se distanciava da proposta eclesiológico-pastoral do Concílio. Isso surge como um reflexo da inabilidade popular com as ferramentas necessárias para tal cooperação (domínio de línguas, incompreensão teológico/litúrgica... etc.). No decorrer do processo de elaboração do lecionário da missa no Brasil uma solução pastoral acabou se apresentando como um obstáculo para o futuro: os subsídios publicados como proposta para auxiliar na

implantação do lecionário nas assembleias litúrgicas (folhetos para missa com leituras, cantos e orações), com o passar do tempo foram tomando o espaço dos livros litúrgicos, trazendo dependências até hoje difíceis de serem superadas para a Igreja em todo o Brasil. Na atual expansão tecnológica, soma-se a eles o uso de telas de fácil acesso, nas quais os textos litúrgicos são disponibilizados, o que tem levado as assembleias a uma dispersão maior durante a proclamação da Palavra de Deus.

Houve também algumas oportunidades que poderiam ter sido aproveitadas na elaboração do plano de trabalho, mas não foram. É o caso de um lecionário produzido em cooperação ecumênica. Teria sido muito interessante uma proposta mais abrangente para os formulários próprios dos santos, a partir de um estudo sobre a religiosidade popular brasileira, pelo qual poderiam ser elencados os santos de maior devoção no Brasil. No quesito da arte, um melhor planejamento e desenvolvimento da dimensão estética e gráfica nos livros seria merecido, uma vez que, além dos créditos das imagens presentes nos livros, não foram encontrados dados consideráveis acerca da proposta estética para a publicação. Esse poderia ter sido um trabalho confiado a um ou a vários artistas brasileiros, que pudessem agregar a diversidade de elementos regionais em técnicas gráficas capazes de expressar a beleza, a dignidade e a multiplicidade eclesial presente no lecionário. Como a Bíblia da CNBB tornou-se o texto de referência para uma edição futura do lecionário, importante seria ter realizado um trabalho de tradução mais próximo do povo, com recursos metodológicos que pudessem aproximar as pessoas da gênese dessa bíblia tão significativa para a Igreja no Brasil, uma vez que na ocasião de sua preparação e lançamento, o cenário eclesial e técnico da produção dos livros havia sido aprimorado.

Diante de tudo quanto foi exposto durante esta pesquisa, pretende-se também contribuir para a reflexão acerca do futuro dos lecionários no Brasil. É oportuno que haja uma maior participação do povo a partir de um método eficiente de consulta pública, no qual as pessoas saibam como avaliar o trabalho apresentado e possam contribuir significativamente para a edição. No caso de ser usado o texto da Bíblia da CNBB, levando em consideração suas edições que buscam a melhoria na qualidade exegetica e pastoral, pode ser necessária uma revisão nos textos antes de usá-la como texto para o lecionário. Uma vez que o lecionário e o missal romano são um, a aproximação do trabalho entre ambos deve ser levada em conta. A aproximação do tempo de publicação das edições do missal e do lecionário pode colaborar para que as assembleias litúrgicas tenham uma melhor visualização da relação entre ambos.

Para o canto e a música, assim como foi feito na 3ª edição do missal romano para o Brasil, poderia ser preparado para os lecionários um livro ou encarte de partituras com melodias para os cânticos interlecionais. E, em suma e mais importante, que a 3ª edição do lecionário seja uma oportunidade para a Igreja do Brasil redescobrir esse tesouro, que é a Palavra de Deus, na liturgia: livro, ambão e ministérios.

O lecionário é, finalmente, um “vaso de barro” no qual encontra-se o tesouro da Palavra de Deus transmitida por milênios aos cristãos, agindo na história, na teologia e na ação pastoral da Igreja. A metáfora dos “vasos de barro”, utilizada pelo apóstolo Paulo em sua segunda carta à comunidade de Corinto (2Cor 4,7) destaca a fragilidade e as imperfeição inerentes à condição humana; assim como os vasos de barro são frágeis e suscetíveis à ação do tempo, os seres humanos e seus recursos também têm seus percalços e são impactados pelos contextos nos quais estão inseridos. Embora a mensagem seja divina e valiosa como um tesouro, é transmitida e compartilhada por meio de instrumentos que podem ser imperfeitos, restritos e sujeitos a falhas, como foi apresentado nas páginas deste trabalho. Noutra perspectiva, as pessoas também são consideradas como “vasos de barro”, porque são chamadas a guardarem dentro de si o tesouro da Palavra de Deus, ainda que com as limitações oriundas de sua humanidade. Essa metáfora aponta o reconhecimento das limitações humanas na transmissão dessa mensagem e destaca, ao mesmo tempo, a preciosidade desse “cântaro”, expressão do trabalho de muitas mãos e de uma matéria prima orgânica, que revela a unidade entre o Deus que cria, que se revela e que reúne, e sua criação, que reflete suas maravilhas nas palavras, nas ações e na sua existência, “para que esse incomparável poder seja de Deus e não de nós (Bíblia [...], 2002, 2Cor 4,7)”.

REFERÊNCIAS

- AGNELO, Cardeal Geraldo Majella. Apresentação. *In: Bíblia Sagrada*. CNBB. 6. ed. São Paulo: Canção Nova, 2006;
- ALAND, Kurt; ALAND, Barbara. **The text of the New Testament: an introduction to the critical editions and to the theory and practice of modern textual criticism**. 2. ed., rev. and enl. Tradução de Erroll F. Rhodes. [Grand Rapids]: Eerdmans, 1995.
- ALBAZÁBAL, José. Verbete: MOVIMENTO LITÚRGICO. *In: SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA. Dicionário elementar de liturgia*. Disponível em https://www.liturgia.pt/dicionario/dici_ver.php?cod_dici=274. Acesso em 15 de janeiro de 2024.
- ALVES, Oswaldo. **[Carta do Rev. Oswaldo Alves sobre princípios para a tradução das perícopes dos lecionários]**. Destinatário: Pe. Gregório Lutz. São Paulo, 1982. 1 carta. Carta escrita ao assessor da Linha 4 – Liturgia na CNBB.
- AUGÉ, Matias. **Domingo, festa primordial dos cristãos**. São Paulo: Ave-Maria, 2007.
- AUGÉ, Matias. **Liturgia: história, celebração, teologia, espiritualidade**. 3. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2007.
- BENEDITO, André Luiz. **A sacramentalidade da Palavra de Deus**. Uma aproximação entre a mistagogia de Ambrósio de Milão e a Constituição Sacrosanctum Concilium. 2019. 350f. Tese (Doutorado em Teologia) – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BENTO XVI. **Verbum Domini: exortação apostólica pós-sinodal sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja**. Roma, 30 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html>. Acesso em: 11 fev 2024.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM**. nova ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- BONNEAU, Normand. **Il lezionario domenicale**. Origine, struttura, teologia. Bologna: EDB, 2012.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Brasília: MEC, [s.d].
- BUGNINI, Annibale. **A Reforma Litúrgica (1948-1975)**. São Paulo: Paulinas, 2018.
- BUYST, Ione. **Celebração do domingo ao redor da Palavra de Deus**. São Paulo: Paulinas, 2002.
- CARPANEDO, Penha. **Dia do Senhor**. Rito da celebração da Palavra Deus. São Paulo: Paulinas, 2017.
- CNBB. **Bíblia Sagrada**. 6.ed. São Paulo: Canção Nova, 2006, p. 1155;
- CNBB. **Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário**. Brasília: Edições CNBB, 2011.

CNBB. **Orientações para a celebração da Palavra de Deus – 52**. São Paulo: Paulinas, 2011.

CNBB. **Segundo Domingo do Advento ou Solenidade da Imaculada Conceição? Entenda**. CNBB, 2019. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/imaculada-conceicao-2o-domingo-advento/> Acesso em: 24 fev 2024.

CONCÍLIO VATICANO I. **Pius episcopus Dei Filius servus servorum dei Sacro approbante Concilio ad perpetuam rei memoriam**. Vaticano, 24 de abril de 1870. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700424_dei-filius_la.html Acesso em: 14 jun 2023.

CONCÍLIO VATICANO II. **A revelação divina: constituição dogmática Dei Verbum**. Edição bilingüe. Petrópolis: Vozes, 1966.

CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto Perfectae Caritatis sobre a conveniente renovação da vida religiosa**. Vaticano, 28 de outubro de 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_perfectae-caritatis_po.html Acesso em: 05 jul 2023.

CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto Presbyterorum Ordinis sobre o ministério e a vida dos sacerdotes**. Vaticano, 7 de dezembro de 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html Acesso em: 05 jul 2023.

CONCÍLIO VATICANO II. **Ordo Lectiones Missae**. Vaticano: *editio typica altera*, 1981.

CONCÍLIO VATICANO II. **Ordo Lectiones Missae**. Vaticano: *types polyglottis vaticanis*, 1969.

CONCÍLIO VATICANO II. **Unitatis Redintegratio** - Decreto sobre o Ecumenismo. *Acta Apostolicae Sedis*, v. 57, 1965, p. 90-114. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html. Acesso em: 09 fev 2024.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. **Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário**. Brasília: Edições CNBB, 2008. 7ª Edição – Revisada, ampliada e atualizada – 2021.

CONSILIUM AD EXSEQUANDAM CONSTITUTIONEM DE SACRA LITURGIA. **Instrução INTER ŒCUMENICI para a reta aplicação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Concílio Vaticano II**. Disponível em: <https://gloria.tv/post/x6iDeuQvD9ew1QgY1ruVXoQjg> Acesso em: 01 fev 2023.

DE ZAN, Renato. **Os múltiplos tesouros da única Palavra**. Introdução ao elenco de leituras da missa. Petrópolis: Vozes, 2016.

ERPEN, Jackson. O rito e o Missal Romano. **Vatican News**, 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-06/liturgia-o-rito-e-missal-romano.html>. Acesso em: 15 abr 2023.

FARNÉS, Pedro. **A Mesa da Palavra II**. Leitura da Bíblia no Ano Litúrgico. São Paulo: Paulinas: 2008, p. 11.

FRANCISCO. **Desiderio Desideravi**. Carta Apostólica sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Aos bispos, aos presbíteros, aos diáconos, as pessoas consagradas e aos fiéis leigos. De 29 de junho de 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html. Acesso em: 15 jan 2024.

FRANCISCO. **Spiritus Domini**. Carta Apostólica sobre forma de *motu próprio* sobre a modificação do cân. 230, §1 do Código de Direito Canônico acerca do acesso de pessoas do sexo feminino ao ministério instituído do leitorado e do acolitado. De 10 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210110_spiritus-domini.html. Acessado em 15 jan 2024.

GUIMARÃES, Jesus Andrade; FRANCO, José A. C.; ALMEIDA, Sebastião C. de Almeida; FERNANDES, Veronice. **Celebrando o dia do Senhor. Tempo comum A B C**: subsídio para as celebrações dominicais da Palavra de Deus nas comunidades. São Paulo: Paulus, 2012.

I LECIONÁRIO. **Lecionário Dominical A-B-C**. Tradução portuguesa da 2ª edição típica para o Brasil pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1995 (Missal Romano, I).

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. **Lecionário comum revisado da IECLB**. Coordenação: Sissi Georg. São Leopoldo: Oikos, 2007.

II LECIONÁRIO. **Lecionário Semanal**. Tradução portuguesa da 2ª edição típica para o Brasil pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Paulinas, 1995 (Missal Romano, II).

III LECIONÁRIO. **Lecionário Santoral**. Lecionário para as missas dos santos, dos comuns, para as diversas necessidades e votivas. Tradução portuguesa da 2ª edição típica para o Brasil pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Paulinas, 1997. (Missal Romano, III).

ISNARD, Clemente. **[Dissolução da Comissão Luso-Brasileira]**. Destinatário: Dom Florentino de Andrade e Silva. Rio de Janeiro, 1968. 1 carta. Carta escrita ao presidente da Comissão Litúrgica de Portugal.

CONGREGAÇÃO DO CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. **Liturgia Authenticam**. Nova instrução para uma reta aplicação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Concílio Vaticano II. Princípios que devem governar as traduções nas várias línguas modernas dos textos da liturgia romana. De 20 de março de 2001. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccdds/documents/rc_con_ccdds_doc_20010507_comunicatostampa_po.html#:~:text=Liturgiam%20Authenticam%2D%20PO&text=A%204%20de%20Dezembro%20de,a%20sagrada%20Liturgia%20Sa%20crosanctum%20Concilium. Acesso em: 22 jun 2023.

JOUNEL, Pierre. **Lugares da celebração**. In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. (Org.). Dicionário de liturgia. São Paulo: Paulinas, 1992.

KIPPER, Balduino. **[Carta do Pe. Balduino Kipper sobre as revisões literária-filológica, exegética, litúrgica]**. Destinatário: Pe. Gregório Lutz. São Leopoldo-RS,

1981. 1 carta. Carta de um dos tradutores dos lecionário para o Brasil para o assessor da Linha 4 – Liturgia na CNBB.

KIPPER, Balduino. **[Tradução dos textos litúrgicos proféticos do Ano C]**. Destinatário: Pe. Gregório Lutz. São Paulo, 1981. 1 carta. Carta escrita ao assessor da Linha 4 (Liturgia) - CNBB.

LERCHNER, Pedro. **[Algumas observações ao manuscrito do lecionário “B”]**. Destinatário: Pe. Tiago. São Paulo, 1972. 1 carta. Carta escrita ao Secretariado Nacional de liturgia.

LERCHNER, Pedro. **[Algumas observações ao manuscrito do lecionário “B”]**. Destinatário: Pe. Tiago. São Paulo, 1972. 1 carta. Carta escrita ao Secretariado Nacional de liturgia.

LERCHNER, Pedro. **[Apontamento de Pe. Pedro Lerchner sobre a tradução do Ordo Lectionum Missae]**. Destinatário: Cônego Amaro Cavalcante de Albuquerque. São Paulo, 1966. 1 carta. Carta escrita ao subsecretário nacional de liturgia.

LERCHNER, Pedro. **[Apontamento de Pe. Pedro Lerchner sobre a tradução do Ordo Lectionum Missae]**. Sem registro de destinatário. São Paulo, 1966. 1 carta.

LERCHNER, Pedro. **[Encaminhamento do material de tradução do lecionário santoral]**. Destinatário: Cônego Amaro Cavalcante de Albuquerque. São Paulo, 1970. 1 carta. Carta escrita ao subsecretário nacional de liturgia.

LERCHNER, Pedro. **[Observações à tradução do Lecionário]**. Destinatário: Cônego Amaro Cavalcante de Albuquerque. São Paulo, 1966. 1 carta. Carta escrita ao subsecretário nacional de liturgia.

LERCHNER, Pedro. **[Observações e revisão do Lecionário]**. Destinatário: Cônego Amaro Cavalcante de Albuquerque. São Paulo, 1966. 1 carta. Carta escrita ao subsecretário nacional de liturgia.

LERCHNER, Pedro. **[Observações sobre o lecionário]**. Destinatário: Cônego Amaro Cavalcante de Albuquerque. São Paulo, 1970. 1 carta. Carta escrita ao subsecretário nacional de liturgia.

LERCHNER, Pedro. **[Problemas relativos ao Lecionário]**. Destinatário: Cônego Amaro Cavalcante de Albuquerque. São Paulo, 1970. 1 carta. Carta escrita ao subsecretário nacional de liturgia.

LORSCHIEDER, Aloísio. **[Apresentação do lecionário para grupos populares]**. Destinatário: Sua Eminência Cardeal James Robert Knox – DD. Brasília, 1979. 1 carta. Carta escrita ao Prefeito da Sagrada Congregação dos Sacramentos e Culto Divino (Roma).

LUTZ, Gregório. **[apresentação do plano de trabalho para os lecionários e convite à tradução de parte dos textos bíblicos]**. Destinatário: Revmo. Sr. Luis Stadelmann, SJ. Brasília, 1981. 1 carta. Carta escrita a um dos tradutores dos textos do lecionário para o Brasil.

LUTZ, Gregório. **[Carta circular do Pe. Gregório Lutz sobre os tradutores dos lecionários]**. Destinatário não especificado. Brasília, 1983. 1 carta. Carta circular assessor da Linha 4 – Liturgia na CNBB.

LUTZ, Gregório. **[Carta do Pe. Gregório Lutz sobre contentamento com a tradução das perícopes recebidas]**. Destinatário: Pe. Bauduíno Kipper. Brasília, 1981. 1 carta. Carta do assessor da Linha 4 – Liturgia na CNBB para um dos tradutores dos lecionário para o Brasil.

MALZONI, Cláudio Vianney. **As edições da Bíblia no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2016.

MASSIMI, Elena. **La riforma del lezionario della messa (1964-1965) – Prima parte**. Rivista Liturgica 105/3. Padova: Edizioni Messaggero Padova, 2018.

MAZZA, Enrico. **A mistagogia**. As catequeses litúrgicas do fim do século IV e seu método. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

MELO, Agostinha Vieira de; SANTOS, Domingos dos; BUYST, Ione; BATISTA, João; POSTMA, Joel; RODRIGUES, Jocy; BARROS, Marcelo de; CARPANEDO, Maria da Penha; MICHEL; VELOSO, Reginaldo. **Ofício Divino das Comunidades**. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

MELO, Agostinha Vieira de; SANTOS, Domingos dos; BUYST, Ione; BATISTA, João; POSTMA, Joel; RODRIGUES, Jocy; SOUZA, Marcelo de Barros; GUIMARÃES, Marcelo; CARPANEDO, Maria da Penha; MICHEL; VELOSO, Reginaldo. BASTOS, Geraldo Leite. **Ofício Divino das Comunidades**. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 2007.

MELO, Jamildo. **Festa do Morro da Conceição se torna Patrimônio Cultural Imaterial do Recife**. JC.NE, 2023. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/12/15644576-festa-do-morro-da-conceicao-se-torna-patrimonio-cultural-imaterial-do-recife.html#:~:text=A%20Festa%20do%20Morro%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20chegou%20aos%20119%20anos,para%20acolher%20todos%20os%20fi%C3%A9is> Acesso: 24 fev 2024

MIDILLI, Giuseppe. La messa in lingua parlata, prima attuazione della riforma liturgica. ***Ephemerides Liturgicae***, Roma, v.130, p. 284-305, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/33311945/La_Messa_in_lingua_parlata_prima_attuazione_della_riforma_liturgica_Ephemerides_Liturgicae_130_2016_284_305 Acesso em: 14 fev 2023.

MISSALE FRANCISCANUM REGULAE – codicis VI.G.38. Bibliothecae Nationalis Neapolinensis, a cura di Marek Przewczewski, OFMcap. Libreria Editrici Vaticana – Città del Vaticano, 2003.

MISSALE ROMANUM. MEDIOLANI, 1474. Edited by Robert Lippe, LL.D. Chaplain of the Royal Asylum and Royal Infirmary at Aberdeen. Vol.I. Text. London, 1989.

MORIN, Germain. **Le plus ancien Comes ou Lectionnaire de l'Église Romaine**. Revue Bénédictine, Turnhout, v.27; issue 1-4, p. 41-74, 1910. Disponível em: <https://www.brepolonline.net/doi/10.1484/J.RB.4.03215?mobileUi=0> Acesso em: 30 dez 2022.

NOCENT, Adrien. CIBIEN, Carlos. PANTOCRATOR. *In*: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. (Org.). **Dicionário de liturgia**. São Paulo: Paulinas, 1992.

PALAZZO, Éric. **Le Moyen Age : des origines aux XIII^e siècle**. Paris: Beauchesne, 1993.

PARANHOS, Washington da Silva. O Movimento Litúrgico. Publicado em 30/12/2021. *In: Enciclopédia Digital teológica LatinoAmericana*. Disponível em: <https://teologicalatinoamericana.com/?p=2570#:~:text=O%20Movimento%20Lit%C3%BAArgico%20nasceu%20por,relegados%20a%20um%20plano%20secund%C3%A1rio>. Acesso em: 15 jun de 2023.

PAUL VI. **Apostolic letter *Sacram Liturgiam* issued *motu próprio***. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/en/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19640125_sacram-liturgiam.html Acesso em: 22 jun 2023.

PAULO VI. **Carta Apostólica *Sacram Liturgiam* dada em forma de Motu próprio**. Disponível em: https://www.liturgia.pt/anodafe/Motu_proprio_Sacram_Liturgiam.pdf Acesso em: 3 jan 2023.

PAULO VI. **Carta apostólica sob forma de *motu próprio* *Mysterii Paschalis* de sua santidade o Papa Paulo VI sobre a celebração do Mistério Pascal aprovando as normas universais do ano litúrgico e o novo calendário romano geral**. Vaticano, 14 de fevereiro de 1969. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19690214_mysterii-paschalis.html Acesso em: 21 jun 2023.

PAULO VI. **Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia**. São Paulo: Paulinas, 2002.

PAULO VI. **Constituição dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina**. Vaticano, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em: 15 jun de 2023.

PIO IX. **Constituição dogmática *Dei Filius***. Vaticano, 1870. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700424_dei-filius_it.html Acesso em: 15 jun 2023.

QUIRINO, Ademilson Tadeu. **Teologia da escuta: palavra e rito na experiência litúrgico-cristã**. 2022. 387f. Tese (Doutorado em Teologia) – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

REID, Alcuin. **A *Sacrossanctum Concilium* e a reforma do *Ordo Missae***. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/5314717/A_Sacrosanctum_Concilium_e_a_Reforma_do_Ordo_Miss%C3%A6 Acesso em: 12 jun 2023.

SÃO JUSTINO. **I e II Apologias, - Diálogo com Trifão**. Coleção Patrística. Vol. 3. São Paulo: Paulus, 1995.

SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. (Org.). **Dicionário de liturgia**. São Paulo: Paulinas, 1992.

Scicolone, Ildebrando. LIVROS LITÚRGICOS. *In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. (Org.). Dicionário de liturgia*. São Paulo: Paulinas, 1992.

SILVA, Jerônimo Pereira. **O lecionário bíblico dominical, uma escola de fé e vida**. Revista de Liturgia 250 (julho/agosto), 2015, p. 9-16.

TESCHE, Silvio. O Lecionário Ecumênico. *In: Proclamar libertação*. Vol.15. Editora sindal. 1989. Publicado no *Portal Luteranos* da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/o-lecionario-ecumenico>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

VELOSO, José Fernandes. **[Carta do Pe. Pe. José Fernandes Veloso com dúvidas sobre os textos para a publicação do lecionário]**. Destinatário: Monsenhor Romeu Alberto. Petrópolis, 1980. 1 carta.

VELOSO, José Fernandes. **[opinião quanto à proposta do lecionário para grupos populares]**. Destinatário: D. Romeu Alberti. Petrópolis, 1980. 1 carta.

VISENTI, P. EUCARISTIA. *In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. (Org.). Dicionário de liturgia*. São Paulo: Paulinas, 1992.

WILMSEN, Klaus Carlos. **O ambão – Monumentum Paschale**. Algumas considerações a respeito do espaço litúrgico atual. *In: SILVA, José Arioaldo da. Liturgia, um direito do povo*. Petrópolis: Vozes, 2001.